



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

EDUARDA ALBUQUERQUE COSTA

**O *GENIUS LOCI* NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES AMIGAS DA INFÂNCIA:  
uma análise do PMPI da cidade do Recife**

Recife  
2022

EDUARDA ALBUQUERQUE COSTA

**O *GENIUS LOCINA* CONSTRUÇÃO DAS CIDADES AMIGAS DA INFÂNCIA:  
uma análise do PMPI da cidade do Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

**Área de concentração:** Arquitetura e Urbanismo.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria de Jesus de Britto Leite

Recife

2022

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Lílian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

C837g Costa, Eduarda Albuquerque  
O Genius Loci na construção das cidades amigas da infância: uma análise do PMPI da cidade do Recife / Eduarda Albuquerque Costa. – Recife, 2022.  
113f.

Sob a orientação de: Maria de Jesus de Britto Leite.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2022.

Inclui referências

1. Desenvolvimento Urbano. 2. Genius Loci. 3. Cidade - infância. 4. Plano Municipal pela Primeira Infância I. Leite, Maria de Jesus de Britto (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-68)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DE APROVACAO Nº 179 / 2022 - PPGDU (12.13.84)

Nº do Protocolo: 23076.042111/2022-98

Recife-PE, 19 de Abril de 2022

Eduarda Albuquerque Costa

“O GENIUS LOCI NA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES AMIGAS DA  
INFÂNCIA: uma análise do PMPI da cidade do Recife”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para obtenção do título de mestra em  
Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 26/01/2022

Banca Examinadora

Participação via Videoconferência

---

Profa. Maria de Jesus de Britto Leite (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Circe Maria Gama Monteiro (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

---

Profa. Andréa Melo Lins Storch (Examinadora Externa)  
Universidade Católica de Pernambuco

*(Assinado digitalmente em 19/04/2022 16:47)*  
MARIA DE JESUS DE BRITTO LEITE  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 297806

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando Tipo de  
Assinatura: **Assinado com senha**, número: **179**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE APROVACAO**, data de emissão:  
**19/04/2022** e o código de verificação: **d5dc5248fb**

Dedico esse trabalho a todas as crianças que vivem nos centros urbanos.

## AGRADECIMENTOS

Sou muito grata a Deus por ter me guiado até aqui, e principalmente, por ter me concedido saúde física e mental durante esse período de pandemia. Agradeço aos que me trouxeram ao mundo, especialmente minha mãe, por sua onipresença durante toda a minha trajetória de vida e de todo o percurso de desenvolvimento dessa dissertação, que mesmo distante fisicamente, sempre esteve aqui. Ela que sempre foi um exemplo de determinação e foco nos estudos, me estimulou a seguir sempre estudando. Ao meu pai, que foi para o outro plano no início desta pesquisa, e que apesar do corpo limitado que possuiu em vida, tinha uma mente brilhante e disposta a mudar o mundo. A minha avó, minhas tias e minha irmã, mulheres fortes que sempre estiveram na base da minha constituição como pessoa.

Ao meu companheiro de vida, que foi quem vivenciou de perto o dia a dia dessa pesquisa e teve muita habilidade em driblar as demandas decorrentes das minhas ausências enquanto me dediquei a todas as etapas no curso de mestrado, bem como os cuidados com as nossas filhas e comigo, principalmente quando fui acometida pela COVID-19. Minha gratidão às minhas pequenas, que semearam em mim uma nova maneira de enxergar o mundo, e que suportaram a ausência da mamãe nos momentos de dedicação ao mestrado.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Juju, que confiou na minha proposta de projeto, aceitando percorrer comigo essa jornada, e sempre com muita tranquilidade, me ajudou a conduzir os desafios da pesquisa acadêmica em um contexto tão atípico como foram esses meses de pandemia. Às professoras Circe e Jaileila, agradeço pelas contribuições valiosas na banca de qualificação, foram importantíssimas para a condução deste trabalho.

Não posso deixar de registrar um agradecimento especial à equipe da Diretoria de Planos e Projetos da SINFRA/UFPE, na qual sou servidora. Agradeço a Bel, principalmente, por ter se mostrado sempre muito compreensiva nos ajustes de horários e demandas de uma “servidora estudante”. Com certeza, sem a parceria desta equipe incrível, o caminho para chegar até aqui teria sido muito mais difícil.

Agradeço aos colegas de curso, que agregaram diversas contribuições e que se tornaram também um suporte maravilhoso nessa jornada. Aos professores do MDU, por compartilharem seus conhecimentos com excelência e dedicação.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

Devido às incertezas que envolvem o lugar da criança contemporânea nas cidades, o presente trabalho busca contribuições em uma teia de variadas disciplinas que dão suporte ao entendimento da infância, para junto com o conceito *Genius Loci*, de Norberg-Schulz (1980), rever as propostas que são direcionadas ao planejamento dos espaços públicos que contemple as crianças. A pesquisa se desenvolve a partir da iniciativa “Cidade Amiga da Infância”, almejada pela UNICEF (1996), que veio a desencadear no Plano Municipal para Primeira Infância da cidade do Recife. O documento é analisado em suas propostas diante da intenção em promover experiências e vivências que atendam as crianças de forma significativa, inserindo-as no contexto da cidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de base teórica que se apoia em pensadores da fenomenologia, com interrogações que foram construídas a partir dessas leituras, tomando a teoria do espaço de Norberg-Schulz, para trazer a infância a uma discussão necessária sobre seu lugar na sociedade urbanizada. O PMPI do município de Recife foi utilizado como objeto de estudo, através de uma investigação do conteúdo das mensagens do texto do documento, a fim de interpretá-las, avaliando se as instruções das propostas foram direcionadas a contemplar a infância, no que se referem aos espaços públicos da cidade do Recife, e se atentam à sua subjetividade à luz do *Genius Loci*. Assim, o percurso metodológico se apoia em uma análise investigativa e documental, para em seguida cotejar essas análises com o que inquire a teoria. Os métodos utilizados foram a coleta de informações e conhecimentos através de pesquisas bibliográficas, que substanciaram e contextualizaram a temática; e documental, que explorou os documentos que tratam a relação da criança com a cidade. Os conteúdos foram decompostos em fragmentos, a fim de revelar as sutilezas e as relevâncias contidas no texto, através de termos ou frases significativas que pudessem ser interpretadas diante da intencionalidade em proporcionar a concretização do *Genius Loci* nas propostas dos espaços para a criança. Dentre as conclusões da análise, temos as propostas que estimulam o brincar na rua e na calçada, buscando contato com a natureza, como o que existe de mais próximo dentro das perspectivas de alcançar a realidade concreta dos lugares em que se habita na infância.

**Palavras-chave:** cidade; criança; lugar; *Genius Loci*.

## ABSTRACT

Due to the uncertainties surrounding the place of the contemporary child in cities, this work seeks contributions in a web of various disciplines that support the understanding of childhood, together with the concept *Genius Loci*, by Norberg-Schulz (1980), which conceived in architecture and urbanism, the phenomenology of dwelling, reviewing the proposals that are directed to the space of contemporary childhood, in light of what has been planned from the "Child Friendly Cities" initiative, aimed at by UNICEF (1996), and elaborated as a Plan Municipality for Early Childhood in the city of Recife. This is a study of this document, analyzing whether there is in its content the intention to promote experiences and experiences that serve children in a meaningful way, placing them in the context of the city. It is a qualitative research with a theoretical basis that is supported by thinkers of phenomenology and built its questions based on these readings, taking the Norberg-Schulz theory of space, to bring childhood into a necessary discussion about its place in urbanized society, using the PMPI of the municipality of Recife as an object of study, through an investigation of the content of the messages in the document's text, in order to interpret them, evaluating whether the instructions of the proposals were directed to contemplate childhood, with regard to public spaces from the city of Recife, and they pay attention to their subjectivity in the light of *Genius Loci*. Thus, the methodological path is based on an investigative and documental analysis, to then compare these analyzes with what the theory inquires about. The methods used were the collection of information through bibliographic research, which substantiated and contextualized the theme; and documentary, which explored the documents that deal with the child's relationship with the city, where the contents were broken down into fragments, in order to reveal the subtleties and relevance contained in the text, through significant terms or phrases that could be interpreted in light of the intention in providing the realization of *Genius Loci* in the proposed spaces for children. Among the conclusions of the analysis, given the intentions to relate the child and their space, those that encourage playing in the street and on the sidewalk are the closest to the perspectives of reaching the concrete reality of the places in which they live.

**Keywords:** city; kid; place; *Genius Loci*.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Charge de Francesco Tonucci – Criança falando.....           | 49  |
| Figura 2 - Charge de Francesco Tonucci - Criança no parque.....         | 50  |
| Figura 3 - Desenvolvimento do cérebro da criança .....                  | 53  |
| Figura 4 - Gráfico de funções sensoriais e cognitivas.....              | 54  |
| Figura 5 - Criança na calçada.....                                      | 69  |
| Figura 6 - Eixos do Plano Municipal da Primeira infância do Recife..... | 93  |
| Figura 7 - Idealização do passeio público.....                          | 95  |
| Figura 8 - Proposta Urban95.....  | 96  |
| Figura 9 - Área de lazer em local específico na comunidade .....        | 97  |
| Figura 10 - Área de lazer no percurso da comunidade.....                | 97  |
| Figura 11 - Charge Francesco Tonucci - Crianças brincando na rua.....   | 100 |
| Figura 12 - Crianças brincando na rua.....                              | 101 |
| Figura 13 - Lazer na rua.....   | 101 |
| Figura 14 - Criança interagindo com o espaço urbano.....                | 103 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| COVID-19 | Coronavirus Disease  |
| ECA      | Estatuto da Criança e do Adolescente                             |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                  |
| MLPI     | Marco Legal da Primeira Infância                                 |
| OMS      | Organização Mundial da Saúde                                     |
| ONU      | Organização das Nações Unidas                                    |
| PMPI     | Plano Municipal pela Primeira Infância                           |
| PNPI     | Plano Nacional pela Primeira Infância                            |
| RNPI     | Rede Nacional Primeira Infância                                  |
| UNESCO   | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UNICEF   | Fundo das Nações Unidas para a Infância                          |
| ZEIS     | Zonas Especiais de Interesse Social                              |

## SUMÁRIO

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>1</b> | <b>APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA.....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>2</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>16</b>  |
| 2.1      | PERCURSO METODOLÓGICO.....   | 24         |
| <b>3</b> | <b>SOBRE A INFÂNCIA.....</b>   | <b>29</b>  |
| 3.1      | A concepção de infância em sua contextualização Histórico-social....   | 32         |
| 3.2      | Um olhar sobre as infâncias contemporâneas.....  | 37         |
| <b>4</b> | <b>O LUGAR DA INFÂNCIA.....</b>  | <b>41</b>  |
| 4.1      | Lugar da criança ou upara a criança: um espao social<br>condicionado?.....   | 44         |
| 4.2      | O desenvolvimento da criança em seu espaço existencial.....  | 51         |
| <b>5</b> | <b>O <i>GENIUS LOCI</i> COMO UM CONCEITO PARA O ESPAÇO<br/>EXISTENCIAL DA INFÂNCIA URBANA.....</b>                       | <b>61</b>  |
| 5.1      | Ser criança na cidade: uma conquista das dimensões corpóreas e<br>existenciais da infância contemporânea.....            | 64         |
| 5.2      | O <i>Genius Loci</i> para a criança: uma contribuição à relação de<br>pertencimento ao lugar pela lente da infância..... | 70         |
| <b>6</b> | <b>UMA “CIDADE AMIGA DA INFÂNCIA” COMO UM LUGAR<br/>MELHOR PARA TODOS: EXPLORANDO O PMPI DO RECIFE.....</b>              | <b>78</b>  |
| 6.1      | O entendimento de cidade Amiga da criança segundo a<br>ONU/UNICEF.....   | 81         |
| 6.1.1    | <i>O Pensamento nacional e local diante das propostas de Cidades<br/>amigas da Infância.....</i>                         | 85         |
| 6.2      | O Genius Loci da criança: ser criança na cidade diante do Plano<br>Municipal da Primeira infância do Recife. ....        | 89         |
| <b>7</b> | <b>CONCLUSÕES DA ANÁLISE.....</b>  | <b>105</b> |
| 7.1      | Considerações Finais.....  | 106        |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>110</b> |

## 1 APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA

O estudo e a análise das cidades permitem a imersão em inúmeras temáticas, pois abrange uma diversidade de funções e de acontecimentos. Dentre elas, espaço e infância sempre foram temas que me cativaram, me levando a fazer diversas reflexões. A inspiração em relacionar a infância aos estudos do espaço na arquitetura surgiu com a maternidade, foi quando a preocupação com uma outra perspectiva espacial se fez presente, e nasceu um olhar mais cuidadoso sobre o que seria necessário ao desenvolvimento de uma criança no que se refere ao seu lugar no mundo, um mundo em que se habita, um lugar para se desenvolver com plenitude, um espaço de cidadania e evolução. O anseio de transformar essas reflexões em uma pesquisa de mestrado veio atrelado ao desejo de unir as temáticas, buscando preencher uma possível lacuna na área onde atuam os urbanistas, afinal, onde estão as crianças dos centros urbanos? Que espaços elas ocupam? Quais lugares elas habitam?

Refletir sobre o espaço é fundamental para o entendimento do sentido de habitar, pois além de nos constituir como seres humanos, o espaço nos remete ao pensamento do lugar que ocupamos no mundo, numa complementaridade entre emoção e razão, onde o lugar configura uma realidade social e corpórea. Mas quando essa realidade é percebida a partir do ponto de vista da criança, que reflexões podem ser feitas? Por mais abrangente que essa pergunta possa parecer, é um princípio para que possamos nos desprender de pensamentos enraizados e dos paradigmas que envolvem as discussões sobre o espaço, de forma a ter empatia com a perspectiva da criança, sabendo que se colocar no lugar do outro é o que faz uma sociedade progredir.

No nosso cotidiano é comum utilizarmos nossa percepção pautada em valores racionais. Mas se pensarmos a partir da infância, podemos entender que a percepção sensitiva do mundo antecede a razão. A primeira e imediata experiência que temos na vida se dá através de percepções corpóreas, e a condição de espaço já está presente sem haver necessidade de racionalizá-lo, e sim por uma relação que se faz entender através da sensibilidade, onde o corpo é o modo fundamental de ser no mundo, de acordo com a filosofia de Martin Heidegger (2012) e Merleau-Ponty (1999).

Heidegger usa a expressão *ser-no-mundo*, enfatizando que não somos sem um mundo onde existir e que só somos se nos relacionamos com os lugares e com os outros. Merleau-Ponty (1999) nos remete à compreensão da existência humana como um processo sempre aberto a novas experiências, possibilitando uma visão do corpo e do movimento integrados à totalidade humana, enfatizando a ideia do homem como um ser-no-mundo. Ou seja, como sociedade, somos seres que habitam um mundo em comum, sendo necessário entender que somos partes integrantes dele durante nossa existência. E a partir do momento em que passamos a existir, é pertinente dizer que existimos em algum lugar.

Para trazer este debate, que relaciona a cidade e o lugar da criança, ao encontro das teorias de espaço em arquitetura, trago Norberg-Schulz (1975) como principal referência. O autor é um dos mais importantes nomes que trata a arquitetura no âmbito da fenomenologia e formula suas principais proposições relacionadas ao conceito de espaço existencial, à teoria do lugar e da valorização do método fenomenológico como possibilidade de compreensão dos espaços habitados. Reis (2017) entende que o olhar fenomenológico traz consigo uma intensidade maior do vínculo pessoal com o espaço como fenômeno do sentido, tanto emocional como intelectual. Esse olhar nos traz de volta para as coisas, para a experiência do mundo, abrindo a possibilidade de ampliar a nossa humanidade. Justamente pela preocupação em aproximar-se do mundo-vivido, a fenomenologia se constitui como uma abordagem coerente para o propósito de se fazer arquitetura e urbanismo, pois pode trazer para a materialidade do construído a dimensão existencial humana, tendo como referência a experiência do ser nos espaços.

Norberg-Schulz (1975) considera a importância de dar significado existencial à vida humana através do habitar, em que o lugar determina algo conhecido e concreto, a partir de um espaço do qual nos apropriamos, e fazemos dele um lugar de vivências. Essas vivências trazem significados para os espaços. Nesta reflexão, o espaço seria a estrutura que permite a existência, e quando ele proporciona a manifestação dos sentidos do indivíduo, se torna um espaço existencial. Lugar é onde ocorre a concretização dos significados do espaço existencial, através dos sentidos, que é a manifestação do habitar humano. O lugar vivenciado representa então a concretização desse espaço existencial, diante da fenomenologia de habitar de Norberg-Schulz (2006). Nesse sentido, será que existem oportunidades para as

crianças contemporâneas vivenciarem o seu espaço existencial nas cidades? O que está sendo feito para que elas possam habitar este lugar?

Os espaços permeiam as relações sociais, o corpo sente o ambiente a todo momento, e essa dualidade entre corpo e espaço vai constituindo o ser, através daquele que o vivencia. Nessa experiência, as crianças costumam questionar com uma sensibilidade natural a elas, acompanhadas de uma percepção aguçada, de quem deseja explorar o mundo. Mas então vão sendo tolhidas pela sociedade e têm seu lugar atrofiado, com um convite constante a ir “para dentro”, como uma negativa ao ambiente social que as rodeia. E nessa movimentação sutil, vamos criando um desencontro, rompendo com o que seria uma conexão importantíssima. Com isso, entendo que existe a necessidade de validar também o processo da corporeidade e da percepção, como um campo de experiência e reflexão de saberes sobre o lugar das crianças. Sobre o desenvolvimento da criança, Piaget (1970) ressalta a importância de nutrir a relação com o seu ambiente físico, então é preciso atentar ao fato da cidade, tanto no seu planejamento e desenvolvimento, como no uso cotidiano, como um lugar importante para a formação do ser, desde o seu nascimento.

Perceber a necessidade de incluir a infância neste olhar da fenomenologia do habitar no campo de estudo do Desenvolvimento Urbano, mais precisamente do espaço público, proveio de uma tentativa de elaboração de um estudo com as crianças. Antes de estruturar o trabalho tal como apresento agora, canalizei meus esforços na tentativa de elaborar um problema mais específico neste campo de pesquisa, onde os dados seriam colhidos através da observação de vivências, bem como por mecanismos de interação com as crianças, o que ajudaria muito no entendimento sobre as suas perspectivas de lugar, visto que as crianças interagem de maneira diferente dos adultos. Nesta dinâmica, também poderiam ser observadas as características socioculturais que enriqueceriam os dados da pesquisa. As vivências das crianças em determinado espaço do ambiente urbano seriam analisadas de forma a entender a importância dessa conexão.

No entanto, face ao contexto da pandemia do COVID-19 e com a necessidade de isolamento e distanciamento social, foram várias as dificuldades em desenvolver pesquisas empíricas, principalmente com crianças, e foi necessário voltar a pesquisa para uma análise teórica, mas sem perder de vista a contribuição do pensamento

fenomenológico acerca da natureza do espaço, levando em consideração as crianças como sujeito. Desse modo, o foco voltou-se à necessidade de se entender um pouco mais o campo de estudo que envolve a teoria do espaço, incluindo a perspectiva do lugar da criança nessa investigação. Assim sendo, apresento esta pesquisa como uma contribuição a mais, um modo de conhecimento do espaço: o lugar da criança nas cidades. Estudar por uma ótica que visualize a infância nas abordagens dos autores que conceituam o espaço da arquitetura e do urbanismo abre um caminho de possibilidades e faz perceber que o mundo que nos circunda, os objetos, os seres, o tempo, tudo faz parte da existência humana. E entendendo que essa existência necessita de um lugar, emerge a discussão sobre a criança.

Os estudos do habitar heideggeriano, buscam reforçar que a essência de construir é deixar-habitar, e as reflexões e considerações sobre arquitetura desenvolvidas por Norberg Schulz a partir deste pensamento, nos conduzem a entender que a função do espaço da arquitetura e do urbanismo é possibilitar o ser a habitar em seu espaço existencial. O pensamento fenomenológico nos conduz à compreensão do espaço como objeto de manifestação dos sentidos e como uma estrutura que reúne existência e significado do homem com o mundo. E, neste trabalho, me aproprio do conceito *Genius Loci*, desenvolvido pelo autor, para pensar sobre o espaço de significação entre a criança e o mundo.

Mas o que seria esse espaço? Diante da fenomenologia do habitar, certamente não são apenas os parques e praças da cidade, ou os espaços minimamente planejados e especializados para usabilidade infantil. Nessa pesquisa, o lugar da infância é entendido justamente, e principalmente, como o seu lugar social, seu lugar no mundo, que está relacionado com o espaço existencial que ela ocupa e vivencia no contexto de evolução da sociedade. E pensar em lugar a partir da infância é, também, dar condições para que a criança não seja relegada no espaço público, o que inclui além dos ambientes especializados, os ambientes de uso cotidiano e de uso geral, já que o crescimento desenfreado das cidades parece considerar cada vez menos a presença da criança, e tem dado cada vez menos importância ao fato de a cidade, o bairro, a rua, serem elementos estruturais da constituição do ser desde o início da vida.

Devido a estas incertezas sobre o lugar da criança, o presente trabalho busca contribuições em uma teia de variadas disciplinas que dão suporte ao entendimento da infância, para junto com o conceito *Genius Loci*, de Norberg-Schulz (1980), rever as propostas que são direcionadas ao espaço para criança, avaliando o que vem sendo planejado como uma Cidade Amiga da Infância, almejado pela UNICEF, e elaborado como Plano Municipal para primeira infância da cidade do Recife.

## 2 INTRODUÇÃO

A ONU (Organização das Nações Unidas) e alguns de seus Organismos como a UNICEF, vêm há anos conclamando os países a construírem um mundo melhor para as Crianças<sup>1</sup>. No que diz respeito ao desenvolvimento social, a necessidade de atentar para a infância surgiu a partir de estudos que comprovam que os primeiros anos de vida são cruciais para a formação do indivíduo, envolvendo todos os aspectos do desenvolvimento. Soma-se a isto as investigações sobre os estímulos que o espaço físico proporciona nesta fase da vida, através de experiências corpóreas, sociais e emocionais, interferindo diretamente no desenvolvimento infantil. Com essas constatações, que serão apresentadas ao longo do texto, diversas cidades, através de projetos de políticas públicas, têm apresentado algumas soluções que visam proporcionar possibilidades de interação da infância com o ambiente urbano.

Em 1996, a UNICEF, juntamente com os governos locais, lançou a iniciativa global “Cidade Amiga da Infância”<sup>2</sup>, para responder ao desafio de assegurar os direitos e o bem-estar das crianças em um mundo cada vez mais urbanizado, e com isso tornar as cidades melhores para todos. Essa iniciativa atenta para além dos cuidados básicos de proteção, saúde e educação, e a medida em que foi se estruturando, passou a dar relevância também ao espaço físico da cidade como sendo um componente importante para o desenvolvimento integral da criança, dando assim significado ao lugar. O resultado disso foi um documento<sup>3</sup> aprovado em maio de 2002, na 27ª Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas.

Neste documento, os chefes de Estado e de Governo, e representantes dos países participantes, se comprometeram a trabalhar nas melhorias sociais a partir das necessidades das crianças, bem como o compromisso em ouvi-las e assegurar sua participação nas decisões. O Brasil foi um dos países que o assinou, dando apoio às

---

<sup>1</sup> Desde 1924 a ONU discute sobre os direitos da criança buscando principalmente sua proteção e cuidado. FONTE: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>

<sup>2</sup> A iniciativa Cidade Amiga da Criança insere-se no quadro de uma resolução da II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996. Naquele momento, ficou declarado que o bem-estar da criança é um forte indicador para uma governança de excelência, um habitat saudável e uma sociedade democrática. FONTE: <https://unhabitat.org/un-habitat-s-solutions-start-with-cities>.

<sup>3</sup> A agenda *Um mundo para as crianças* foi adotada descrevendo metas específicas para melhorar as perspectivas das crianças durante a década seguinte. FONTE: [https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-09/um\\_mundo\\_para\\_as\\_crianças.pdf](https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-09/um_mundo_para_as_crianças.pdf)

iniciativas de um mundo para as crianças, e se comprometendo a promover ações nas quais a infância seja colocada em primeiro lugar. Com isto, em 2006, foi constituída uma articulação nacional de organizações de sociedade civil, do governo, do setor privado e de organizações multilaterais, que foi denominada de Rede Nacional da Primeira Infância<sup>4</sup>, com intuito de promover a primeira infância como item prioritário na defesa dos direitos da criança.

Assim, em 2010 essa Rede criou o Plano Nacional pela Primeira Infância<sup>5</sup> (PNPI), um documento político e técnico que visa orientar a ação do governo e da sociedade civil nas propostas com foco na primeira infância, cujo marco final será em 2022. Seguindo este panorama, em 2016 foi aprovado o Marco Legal da Primeira Infância<sup>6</sup>, que traz alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente e que contém recomendações aos municípios para a elaboração de um plano intersetorial que atenda aos direitos e as necessidades infantis, relacionadas a diversos aspectos. Desde então, os municípios vêm buscando formular os Planos Municipais para a Primeira Infância, tendo como referência as diretrizes e orientações estabelecidas nestes documentos.

A cidade do Recife, em 2018, instituiu o Marco Legal da Primeira Infância do Recife<sup>7</sup>, baseado no modelo nacional, com finalidade de estabelecer condutas que visem atender às necessidades das crianças do município, para a partir dele criar o próprio Plano Municipal. Esta pesquisa acompanhou o desenvolvimento do Plano Municipal da Primeira infância do Recife<sup>8</sup>, que foi aprovado em lei e sancionado em dezembro de 2020, com o nome de Plano Decenal para a Primeira Infância do Recife, por ter vigência até o ano de 2030, seguindo a agenda internacional. Ele estava em

---

<sup>4</sup> Formada inicialmente por um pequeno grupo de cerca de dez organizações, a RNPI iniciou suas atividades em março de 2007. Hoje são mais de 200 organizações de todas as regiões do Brasil.

FONTE: <http://primeirainfancia.org.br/>

<sup>5</sup> A primeira versão do PNPI foi aprovada em dezembro de 2010, estendendo sua vigência até 2022, mas teve revisão e atualização em 2020 para acompanhar a agenda 2030 em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

FONTE: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>

<sup>6</sup> LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016. FONTE: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm)

<sup>7</sup> LEI Nº 18.491/2018. FONTE: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2018/1850/18491/lei-ordinaria-n-18491-2018-institui-o-marco-legal-da-primeira-infancia-do-recife-e-da-outras-providencias>.

<sup>8</sup> LEI Nº 18.769 /2020. Institui o primeiro Plano decenal para a primeira infância do Recife [http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/plano\\_decenal\\_para\\_a\\_primeira\\_infancia-3.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/plano_decenal_para_a_primeira_infancia-3.pdf)

elaboração, na fase de consulta pública, no início de março de 2020, quando fomos surpreendidos pela pandemia do COVID-19.

O novo cenário trouxe, e ainda tem trazido, reflexões em diversos ramos científicos, inclusive no que diz respeito à dinâmica urbana da sociedade. Faz-nos sentir falta de tudo que é externo, e nos remete a lembranças de liberdade. O sentido de pertencimento à cidade vem à tona, já que com o distanciamento social passamos a dar valor até as coisas que habitualmente não eram costumeiras, devido ao ritmo acelerado que nos é imposto no dia a dia. O PMPI do Recife foi elaborado nessas circunstâncias e teve reflexos ocasionados pelo cenário pandêmico. O desejo agora parece ser o de exaltar o que era raro: andar na calçada, apreciar os detalhes dos caminhos, ter encontros a céu aberto, descansar na sombra de uma árvore. Cada sutileza tem um valor imenso, mas estava sendo desconsiderada em meio ao caos cotidiano com o qual passamos a nos acostumar. A vontade é, mais do que em circunstâncias habituais, deixar que a cidade seja envolvida pelos nossos sentidos. E que nossos sentidos sejam envolvidos pela cidade.

A arquitetura e o urbanismo se propõem a planejar e materializar espaços destinados a serem habitados, tendo como objetivo a experiência do ser humano nos espaços. Ou seja, somos responsáveis por desenvolver o sentido de habitar a partir do mundo-vivido. Nessa perspectiva, trago para esta pesquisa o conceito de habitar heideggeriano, que norteou as teorias de Norberg-Schulz, trazendo a dimensão existencial para a materialidade, no exercício de pensar um modo de propor e desenvolver arquitetura e urbanismo a partir da fenomenologia. Uma materialidade que pode trazer significado à existência. De acordo com Reis (2017) a fenomenologia é um aporte metodológico promissor na construção do conhecimento e da criação arquitetônica. E é a arquitetura que, segundo Norberg-Schulz (1975), concretiza as necessidades humanas, permitindo que o homem habite, possibilitando a criação de vínculos com o lugar, estabelecendo uma raiz existencial. O autor considera importante dotar a vida humana de significado existencial e, para ele, o lugar determina algo conhecido e concreto, sendo um espaço do qual nos apropriamos, um lugar vivido mediante o seu uso e a que o autor chama de espaço existencial. De acordo com Norberg-Schulz (1975), perceber a essência do que rodeia a nossa existência é perceber mais um pouco da nossa existência. O teórico explica que o homem deve entender o espaço como uma relação entre existências, e que a

existência humana deve ser entendida como algo espacial, conferindo a importância da unificação de um conceito de espaço de forma indissociável, de reconhecimento do ser em um espaço vivido.

Neste sentido, é importante que a criança também usufrua do que o filósofo conceituou como espaço existencial, aquele com o qual o indivíduo se identifica e transforma em lugar. Por si só elas já têm um olhar diferenciado daquilo que as rodeia, ocasionado tanto pela estatura mais reduzida, como pela vontade de experienciar tudo, a todo momento. A cidade tem um papel relevante nessas relações existenciais, mas as relações com as crianças são ainda pouco exploradas, principalmente quando se trata de documentos técnicos para políticas públicas. Kohan (2004) entende a infância como uma dimensão ainda não suficientemente pensada da existência humana, e isso se reflete nesta pesquisa quando percebo a dificuldade em encontrar bibliografia sobre teoria do espaço no âmbito existencial da arquitetura e urbanismo que envolva a criança.

De acordo com Norberg-Schulz (2006), o ser humano sempre teve a necessidade de responder à sua existência e ao mundo ao qual faz parte, onde o interesse pelo espaço tem raízes existenciais, expondo a necessidade de ser no mundo, de ocupar o espaço, cuidá-lo e se relacionar com o que há nele. Ele constrói uma fenomenologia do espaço e do lugar apoiado no pensamento heideggeriano, e aponta uma crise de significados que não favorece o habitar.

A natureza do espaço construído é primordial nas experiências humanas, pois manifesta o modo de *ser-no-mundo* de um sujeito e de um grupo. Em suma, o habitar fenomenológico é uma noção que envolve a relação do ser humano e do espaço como uma totalidade, abrangendo diversos aspectos das experiências humanas nesse espaço e convergindo essas relações para um mesmo conceito, que é o habitar enquanto condição humana. A noção *espaço existencial* concebida por Norberg-Schulz (1976), introduz um termo que compreende as relações básicas entre o homem e seu ambiente, e constitui-se como uma grande contribuição para conceber, na prática, um habitar fenomenológico (REIS,2017). Norberg-Schulz introduziu o termo *Genius Loci* para esse universo reflexivo sobre o habitar, interpretando-o como a realidade concreta que se deve assumir na vida diária nos lugares em que se habita.

Partindo desta explanação, e com base no conceito *Genius Loci*, a pesquisa levanta a seguinte problemática: as cidades que buscam ser amigas da infância possuem em seus planos municipais o intuito de despertar esse sentimento de habitar, criando conexão com a alma do lugar?

Cabe, contudo, antes de se passar aos capítulos, ressaltar que a infância é constituída de seus sujeitos, e o Plano Nacional pela Primeira Infância (BRASÍLIA, 2016) traz uma abordagem da visão contemporânea relacionada às crianças:

*Em que pese ser a criança prenúncio e preparação da vida adulta – e esse sentido de crescimento exerça fascínio, fundamentamente esperanças e arregimente investimentos na primeira infância – é necessário ver, também, na criança um valor em si mesma. A infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdo próprios. Adultos inteligentes, criativos, empreendedores, com ampla flexibilidade mental, são antes consequência que objetivos da ação nos primeiros anos de vida. Por isso, não olhamos para as crianças na perspectiva do adulto que desejamos que sejam, mas como cidadãos, sujeitos de direitos enquanto crianças. Entendê-las como pessoa em desenvolvimento implica conferir plenitude ao momento da infância por ela ter sentido em si mesma e, adicionalmente, nessa mesma dinâmica, situá-la num processo de formação cuja meta é o sempre mais adiante.*

Em relação à temporalidade da infância, a imersão em outras áreas do conhecimento é mais eficaz para estabelecer os parâmetros utilizados nessa pesquisa. Os sociólogos Sarmiento e Pinto (1997) concordam que em relação ao início da infância não há uma convenção, se seria quando se nasce ou na formação dentro do útero. E o debate, segundo os autores, se acirra ainda mais quando está em questão a idade de término. Eles afirmam que o fim da infância está relacionado a algum determinado rito de passagem, como, por exemplo, à chegada da puberdade. Na filosofia, temos que a infância pode ser tomada como o nascimento de uma possibilidade de ruptura, afastando-se da compreensão única de que ela é um tempo da vida compreendido entre o nascimento e a entrada na puberdade (FROTA, 2018). Para Merleau-Ponty (1997), a infância jamais é liquidada, pelo simples fato de que não abandonamos nossa condição corporal, e a distinção do indivíduo em relação ao mundo e a outrem jamais é terminada.

Entretanto, o olhar para a infância como categoria social, e que como tal se conota com delimitações temporais, se deve, entre outras atribuições, ao fato de que quando se atenta aos menores, a sociedade como um todo termina por ser contemplada. Sobre essa afirmação, o pedagogo, psicólogo e filósofo Francesco Tonucci (2005) entende que para estar seguro de que uma cidade atenda a todos, deve-se começar pensando nos mais jovens, e é exatamente o que a iniciativa “Cidade Amiga da Infância” tem como prioridade. Dessa forma, podemos entender que a produção de conhecimento que se tem hoje da infância está intimamente relacionada ao lugar social que ela ocupa, fortemente marcada pelo tempo cronológico, mas também pela relação que se estabelece com o outro e pela subjetividade do sujeito criança. Mas apesar da sociologia da infância trazer essa temporalidade, o sentido filosófico da infância se manteve coerente nas reflexões ao longo desta pesquisa. Vale salientar também que as várias idades não são vistas como estáticas e rotuladas, cada etapa tem sua articulação de comportamentos com o meio e com os outros, que é o que culmina em desenvolvimento, onde cada idade é compreendida em função das relações sociais que articula.

Teóricos que se debruçam no estudo da infância e suas relações entendem que as crianças não são corpos passivos e que elas também se constroem com base na experiência sensorial (PIAGET, 1970). Os adultos e as crianças percebem diferentemente o mundo que lhes rodeiam. Na análise do desenvolvimento e percepção na infância, Piaget (1970) ressalta que os fenômenos humanos são biológicos em suas raízes, sociais em seus fins e mentais em seus meios, o que quer dizer que somos biológicos por natureza, que pensamos e agimos para, enfim, interagir socialmente com o nosso meio, embora essa ordem não seja rígida. Interagir com o meio e pensar e agir são tão interdependentes que não é uma simples relação de feedback. Temos, além do mais, na teoria de Vygotsky (2007), o pressuposto básico da constituição do ser humano na relação com o ambiente e com o outro social. Para o autor, a sociedade torna-se parte do indivíduo em um processo que ao longo do desenvolvimento, produz e transforma suas relações. O teórico compreende o cérebro como um sistema aberto, plástico, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história e do desenvolvimento social. Ou seja, as percepções da criança resultam em atitudes sociais que as tornam capazes de aprender, assimilando e alterando tudo o que as rodeia.

Pelo viés existencial, o conceito de percepção ganha destaque quando Merleau-Ponty rompe com a noção de corpo-objeto e com as noções clássicas de sensação e órgãos dos sentidos como receptores passivos, onde o corpo teria somente função de transmitir informações ao cérebro através dos sentidos. Em *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty reforça a percepção fundada na experiência do sujeito encarnado, do sujeito que olha, sente e, nessa experiência do corpo fenomenal, reconhece o espaço como expressivo e simbólico. O autor acrescenta a este entendimento o da infância, como um fenômeno atrelado às questões da cultura e da liberdade da criança, entendendo-a como alguém que trava relações com o mundo como lhe é possível, que se relaciona com o lugar antes que possa pensar ou refletir sobre suas experiências. Para este teórico, a percepção valoriza a dimensão da corporeidade, e encontra seu sentido na interseção das experiências com a ação pessoal, da sensação como ponto de partida para a constituição do ser e de suas relações com o mundo, contribuindo com mais uma maneira de enxergar a criança. Desse modo, a criança habita, e o habitar, no sentido existencial, é o propósito da arquitetura. O ser humano habita quando experimenta significativamente o ambiente, e a tarefa do arquiteto é criar lugares significativos, que o ajude a habitar (Norberg-Schulz, 1980).

A temática que relaciona a interação da criança com a cidade tem sido estudada, principalmente, nas áreas de sociologia e de educação. Alguns desses estudos se tornaram referências bibliográficas importantes para o desenvolvimento desta dissertação, como é o caso de Manuel Jacinto Sarmiento, citado anteriormente, e de Francesco Tonucci (1997), que afirma que as crianças devem passar a ser o parâmetro quando se deseja realizar intervenções nas cidades. Este autor está sempre nos convidando a refletir sobre o lugar das crianças em nossa sociedade, tanto nos discursos, como nas leis e nas pesquisas. Jane Jacobs (2011) também tem uma contribuição importante nesse tema, pois defende a calçada como um ambiente que pode ser palco da infância, ao contrário do que fomos sendo levados a crer com o desenfreado crescimento urbano, onde as crianças precisam estar guardadas em casa ou em instituições educacionais. O estudo de todos estes autores é que me conduziram a introduzir na temática de cidades para crianças a importância do conceito *Genius loci*, formulado por Norberg-Schulz (1980), que relaciona a percepção

e a vivência como pilares para criação e reconhecimento do espaço existencial, onde a experiência perceptiva é uma experiência corporal.

No Recife, o PMPI, que foi batizado de Plano Decenal para a Primeira Infância, possui 5 eixos temáticos estratégicos que tratam sobre: a) Governança e intersetorialidade; b) Direito à Saúde; c) Direito à Educação e Cultura; d) Direito à assistência Social e Direitos Humanos; e) Direito ao Espaço Público. Neste último eixo concentra-se o foco desta pesquisa, onde o conceito *Genius Loci* foi utilizado como base teórica para fundamentar a análise do documento. De acordo com Norberg-Schulz, cada lugar possui o seu próprio caráter, sua própria atmosfera, que provém de uma identidade irreduzível, e não pode ser levada apenas como uma localização, pois tem uma essência, possui matéria, forma, textura, cor, que potencializam a sensação existencial do ser humano de ser e estar no mundo. Esse caráter identifica os lugares, atribuindo a cada um o seu sentido próprio e sua dimensão existencial. Sendo assim, cada município possui sua maneira de manejar as diretrizes de seus próprios Planos Municipais de acordo com sua cultura e sua população.

Não se pode deixar de pontuar que as crianças se constituem subjetivamente diante de entendimentos peculiares. De acordo com Tonucci (2005), elas nos mostram também um caminho para entender a própria sociedade na relação pessoa-ambiente, nas formas de agir e pensar sobre e na cidade. Então, da demanda mundial em considerar a criança, surgem como objetivos desta pesquisa explorar historicamente o entendimento da infância no contexto social, discutir sobre a importância do lugar público cotidiano da criança - a rua, o seu entorno e o seu percurso - e validar a importância de considerar a experiência existencial da criança na cidade como uma ação promotora de desenvolvimento social e urbano. Some-se a isso a necessidade de analisar como a infância tem sido contemplada nas propostas de planejamento para a cidade do Recife, e se essas propostas têm a intenção de promover experiências e vivências suficientes para atender as crianças de forma significativa e completa, inserindo-as no contexto da cidade; ou se as soluções se constituem em entendimentos rasos sobre o lugar da infância. Com isso, a pesquisa tem o objetivo principal de contribuir com uma ótica que considere a análise subjetiva do lugar da criança, numa releitura do conceito *Genius Loci*, com foco na infância, considerando as peculiaridades e as necessidades da criança como sujeito.

Refletir sobre a infância urbanizada se torna relevante quando admitimos a indissociabilidade do sujeito com o seu contexto desde o nascimento. Não é à toa que existem relações profundas do sujeito enquanto adulto, com seu local de infância, seja através do contexto espacial como também pelo conjunto de memórias afetivas. Dessa forma, a reflexão sobre a maneira que as crianças necessitam desse espaço para evoluir socialmente é relevante no estudo da nossa relação com a cidade. No campo da arquitetura e urbanismo, ainda não são muitos os autores que desenvolvem literatura com foco no desenvolvimento urbano atrelado à teorias do espaço que considere a dimensão da infância, no sentido de solucionar a questão que envolve a possibilidade das crianças pertencerem e habitarem a cidade, em encontrar soluções que sejam benéficas ao desenvolvimento de propostas urbanas, a partir do entendimento e do estudo das teorias do espaço com perspectivas que atendam às crianças.

Ao escolher o conceito *Genius Loci* como norteador da análise dos planos de uma cidade para infância no município de Recife, atendo-me ao fato de que não parece suficiente encontrar as soluções apenas em propostas de ambientes especializados. O espírito do lugar se apresenta com uma qualidade que extrapola as funcionalidades. É tornar possível o sentir-se parte de um todo, sentir encantamento no habitar, não apenas porque ali há um ambiente produzido para as crianças serem aceitas, mas porque existe uma atmosfera, um misto de percepções que alimentam a sensibilidade infantil. Por sua vez, utilizar o conceito *Genius Loci* para ressaltar a perspectiva da criança, que abraça sua conexão com a alma do lugar, onde ela possa interagir integralmente, iniciando sua relação com o ambiente através da exploração corporal, torna-se relevante por se somar ao que está sendo planejado e projetado em relação a interação entre a cidade e a criança.

## 2.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Em relação à abordagem metodológica, esta dissertação trata de uma pesquisa qualitativa, já que visa trazer discussões e reflexões sob a perspectiva de um contexto filosófico e social. Sabemos que as informações ou dados coletados nas pesquisas qualitativas podem ser obtidos e analisados de várias maneiras, dependendo do

objetivo que se deseja atingir, onde o investigador é o instrumento principal para captar as informações, buscando dados por caminhos diversos, ou seja, utilizando uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados.

A presente pesquisa tem uma base teórica que se apoia em pensadores da fenomenologia e apresenta suas interrogações a partir dessas leituras, trazendo reflexões baseadas em um conceito filosófico que privilegia a dimensão subjetiva, o *Genius Loci*, difundido por Norberg-Schulz (1980). Assim, o percurso metodológico se apoia em uma análise investigativa e documental, tendo como norte os argumentos das “cidades amigas da infância”, para em seguida cotejar essas análises com o que inquire a teoria. Então, estabelece um compósito de métodos com o objetivo de somar ao *Genius Loci* uma interpretação relacionada ao mundo da criança, acrescentando o conceito às demandas de planejamento urbano relacionadas à infância.

Para isto, foi necessário incorporar ao conceito algumas teorias relativas à criança, que foram assimiladas de disciplinas adjacentes à arquitetura. Inicialmente foi feito um estudo objetivando a aproximação de uma compreensão possível da infância e da criança, buscando como fontes, principalmente, a história, a sociologia e a filosofia, na intenção de refletir a infância como um momento existencial. Em seguida, a investigação buscou entender como as crianças se desenvolvem em seus contextos espaciais, agregando mais algumas referências além arquitetura e urbanismo, para em seguida mergulhar nas reflexões em torno do *Genius Loci*, possibilitando a análise do PMPI com um olhar voltado ao conceito de Norberg-Schulz.

Este percurso teórico-metodológico possibilitou a produção de novas rotas, visto que a pesquisa teórica proporciona liberdade para diferentes aplicações, que podem variar muito a cada pesquisa. Neste caso, mesmo com a teoria atrelada a um conceito fenomenológico, não foi analisado um fenômeno em si, pois como já exposto anteriormente, a situação da pandemia de Covid-19 dificultou a realização de pesquisas empíricas. As limitações da pandemia deram então início à formatação de uma estrutura de trabalho que possibilitasse utilizar um método teórico, com a finalidade de aprofundar o conhecimento científico relacionado à temática que envolve a construção de cidades amigas da infância e contribuir para a literatura da área. O desafio desta investigação foi a dinâmica de selecionar, tratar e interpretar as informações contidas no PMPI do Recife, procurando captar o *Genius Loci* nas

perspectivas expostas nos documentos, desvelando novos aspectos para a problemática das cidades amigas da infância.

Para tanto, foram analisados os documentos que prometem estabelecer experiências e vivências que visibilizem a criança, e que desencadearam no Plano Municipal para a Primeira Infância do Recife, situando o documento em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido. Isso configura uma tipologia de pesquisa que: a) tem caráter exploratório em sua essência, já que busca familiaridade com o problema e aprofunda nas questões a serem estudadas; b) é documental em sua natureza, no que diz respeito ao reconhecimento do universo pesquisado, que envolve o estudo e a coleta de informações existentes.

Para desenvolver a pesquisa com informações suficientes a atingir o objetivo principal da pesquisa, os métodos utilizados foram a coleta de informações através de pesquisas bibliográficas, que substanciaram e contextualizaram a temática; e documental, que explorou os documentos que tratam a relação da criança com a cidade a nível internacional e nacional. Esses procedimentos possibilitaram a análise do contexto histórico-social na construção do entendimento da criança, e o estudo e interpretação de propostas para uma cidade amiga da infância.

A partir disso, foi traçado um caminho técnico-metodológico com as seguintes fases que conduziram a pesquisa e o desenvolvimento dos capítulos:

- 1- No primeiro capítulo, é apresentada uma pesquisa exploratória de contextualização histórico-social, de forma a aumentar a familiaridade e o entendimento do universo infantil através da literatura existente e de dados coletados a partir da leitura de bibliografias da área, com referência principalmente aos estudos de Phillippe Aries (1981), o conhecimento e o entendimento do conceito de infância que temos hoje, e com reflexões que guiam o pensamento acerca desse sujeito ao longo da dissertação;
- 2- No segundo capítulo, para possibilitar a discussão sobre a importância de estudar o lugar público cotidiano da criança, foi feita uma pesquisa bibliográfica que construiu uma base teórica interdisciplinar, levantando informações e conhecimentos a partir de diferentes materiais bibliográficos já publicados, com referências da sociologia, da pedagogia, da psicologia e

da neurociência, que contribuíram para a compreensão do quanto a criança é um ser social, que afeta e é afetado pela sociedade;

- 3- No capítulo 3 trago a explanação do conceito *Genius Loci*, onde é discutida a importância do espírito do lugar e a relevância das relações subjetivas do habitar, com direcionamento para a criança, concebendo o *Genius Loci* pela lente da infância. Para atingir esse objetivo, foi necessário um aprofundamento no conceito *Genius Loci*, desenvolvido por Norberg-Schulz, entrelaçado com alguns teóricos que se debruçam sobre a subjetividade do corpo no espaço, para extrair a essência necessária ao conteúdo deste trabalho. Mas antes disso, para inserir a criança e seu mundo nesse conceito, foi feito um estudo sobre a importância da sua corporeidade, sabendo que o corpo conduz às relações de apropriação do espaço através da percepção, gerando pertencimento, que foi fundamental para alcançar a definição do *Genius Loci* que considera o mundo e a perspectiva da infância. Com essa definição, foram feitas as análises das diretrizes propostas ao PMPI do Recife.
- 4- No quarto capítulo, há o desenvolvimento da análise do conteúdo do PMPI do Recife, desde as primeiras movimentações mundiais em torno dessa pauta, até chegar na proposta municipal local, onde foram estudados os eixos que tratam do espaço e do lugar para a infância. Traçando observações e interpretações sobre as diretrizes e propostas urbanas do PMPI, busquei esclarecer, através do estudo exploratório do documento, se elas têm a intenção de promover experiências e vivências suficientes para atender as crianças de forma significativa, compatíveis com o conceito *Genius Loci*, ou se encerram em soluções de espaços com base em entendimentos superficiais sobre o lugar da infância. Como técnica metodológica, inicialmente, foi feita uma síntese desses documentos oficiais desde a origem da Iniciativa “Cidades Amigas da Infância” até a culminância do projeto para os Plano Municipais da Primeira Infância, destacando e refletindo sobre o propósito de proporcionar para as crianças vivências nos espaços das cidades. Em seguida, foi realizada uma leitura mais específica e minuciosa do Plano Municipal da primeira Infância do Recife, onde apresento os tópicos, trechos e parágrafos que registram as intenções de

proporcionar para as crianças a experiência existencial de habitar, analisando e interpretando se as ideias fundamentais das propostas são compatíveis com o *Genius Loci*. Assim, a partir dessas interpretações, construí as análises finais. Ou seja, os conteúdos dos documentos foram decompostos em fragmentos, a fim de revelar as sutilezas e as relevâncias contidas no texto, através de termos ou frases significativas que pudessem ser interpretadas diante da intencionalidade em proporcionar a concretização do *Genius Loci* nas propostas dos espaços para a criança.

Trata-se de uma investigação do conteúdo simbólico das mensagens do texto do PMPI do Recife, a fim de interpretá-las, sintetizar as informações, e extrair as conclusões, avaliando se as instruções das propostas contidas nestes documentos foram direcionadas a contemplar a infância, no que se referem aos espaços públicos da cidade do Recife, e atentam à sua subjetividade à luz do *Genius Loci*. Por fim, é necessário reiterar que a pesquisa, mesmo tendo se debruçado em documentos políticos, técnicos e acadêmicos, trata de uma dimensão existencial, tomando a filosofia e a teoria do espaço de Norberg-Schulz, para trazer a infância a uma discussão necessária sobre seu lugar na sociedade urbanizada, utilizando o PMPI do município de Recife como objeto de estudo.

### 3 SOBRE A INFÂNCIA

*O que é a infância? A pergunta ressoa sem parar. Será que conseguimos levar a interrogação até onde ela consiga, de verdade, fazermo-nos interrogar? Será que nos perguntamos mesmo pela infância? Será que conseguimos interrogarmos-nos sobre nossa relação com a infância, sobre o que somos em relação à infância? Será que algo infantil nos atravessa com a pergunta?” (KOAN, 2004)*

A palavra infância deriva do latim *infantia*, que, etimologicamente, significa “aquele que não é capaz de falar”. Mas para entender o que é a infância, é necessário adentrar nos estudos que estão sendo realizados por pesquisadores das mais diversas áreas, com o objetivo de compreender melhor como a sociedade tem percebido a infância ao longo dos anos e como o olhar voltado para as crianças pode trazer respostas e soluções para a humanidade. Também podemos considerar que seja mais coerente falar de infâncias, e não de infância, no próprio sentido da pluralidade, já que as crianças estão inseridas em contextos sociais distintos, ainda que tenham peculiaridades, necessidades e características próprias que independem desses contextos e que são entendidas a nível global. Fortuna (2004) afirma que o mundo atual é um mundo de incertezas, um lugar que não oferece respostas fáceis e simples para compreender o que é a infância. Tentar definir criança e infância não é tarefa fácil, porque para compreender a infância e os modos de ser da criança, precisa-se entender a criança a partir das relações que estabelece com seus pares e com suas culturas.

Sendo assim, a pretensão neste capítulo foi aproximar-me de uma compreensão possível da infância e da criança, buscando como fontes, principalmente, a história, a sociologia e a filosofia, na intenção de refletir a infância como um momento existencial. Na nossa tradição histórica a criança é pensada e compreendida como habitando um tempo da infância, delimitada por um período, onde suas características são descritas de modo naturalizado e biológico. Este capítulo traz elementos que contribuirão para revelar diferentes percepções da sociedade sobre a construção do conceito infância e, principalmente, sobre a singularidade reservada às crianças que, no passado, nem sempre existiu. O estudo desta temática permitirá a

compreensão da infância e da criança como fenômeno que é construído pela e na sociedade, mas, sobretudo, permitirá pensar a criança como ator social.

A vertente histórica, embora por vezes entendida como insuficiente para o universo da dimensão existencial, foi trazida para tornar possível a compreensão e a reflexão diante do que admitimos hoje como interpretação da infância. A maneira como as infâncias são entendidas atualmente é consequência das constantes transformações pelas quais passamos, e é de extrema importância perceber essas transformações para compreender a dimensão que a infância ocupa hoje. O objetivo deste capítulo, então, é fazer um percurso histórico e reflexivo sobre esse entendimento em relação às infâncias no contexto social, bem como o lugar que a sociedade atribuiu à infância ao longo do tempo, a fim de construir conhecimento para significar a criança diante da pesquisa sobre o seu lugar no processo de desenvolvimento urbano e ter a base necessária para convergir o conceito *Genius Loci* com as propostas do PMPI do Recife que atrelam a infância ao desenvolvimento da cidade.

A discussão sobre as concepções de infância ao longo da história será apresentada no primeiro tópico, e iniciada com um relato sucinto sobre a Antiguidade Clássica no que se refere à concepção Platônica da infância, seguindo pelo entendimento da idade média e moderna até chegar à atualidade. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica de contextualização histórico-social, onde trago inicialmente as abordagens de Kohan (2003) sobre o conceito filosófico de infância em Platão na antiguidade clássica. Kohan é pesquisador na área que envolve a filosofia da infância, com estudos de diversos filósofos que abordam o tema, e traz uma contribuição muito importante aos estudos que têm sido feitos nesta área que busca entender a infância de maneira existencial.

Seguindo na pesquisa da história da infância entre a idade média e o século XX, os estudos de Phillipe Aries (1981) e Colin Heywood (2004) são importantes referências. O aporte teórico de Ariès (1981), historiador francês, é importante por ele ter sido um dos pioneiros dos estudos desta área, levando a sociedade a entender, numa perspectiva histórica, como a criança era considerada em cada época. Já Heywood, apesar de traçar questionamentos sobre o método temporal e linear dos estudos de Aries, trouxe complementaridade às análises da infância, com um avanço mais profundo sobre o tema, evitando generalizar se em determinado período é possível ou não definir a infância, pois entende que são diversas variáveis que

possibilitam a condição infantil se manifestar, mas reiterando as diversas maneiras de entendimento da condição infantil ao longo da história. Tanto Aries como Heywood trazem contribuições importantes para esta pesquisa, possibilitando a compreensão sobre como a condição infantil se manifestou durante a evolução histórica, variando de acordo com a sociedade.

Em sequência, trago a influência de Jean-Jacques Rousseau com o legado que deixou sobre o entendimento da infância até os dias hoje. Rousseau, ao publicar *Emílio, ou da Educação*, trouxe uma visão acerca da natureza na experiência da infância, e defende que devemos respeitar essa natureza e o mundo da criança com suas especificidades. Rousseau acredita que devemos prioritariamente desenvolver os sentidos da criança por meio do confronto dela com a natureza e com as coisas. O autor entende que nascemos sensíveis, e desde o nosso nascimento somos afetados de diversas maneiras pelo mundo que nos cerca, e que logo que adquirimos consciência de nossas sensações nos dispomos a procurar ou evitar aquilo que nos agrada ou nos incomoda (ROUSSEAU, 2007). Já em uma compreensão mais atual da infância, no segundo tópico deste capítulo trago referências principalmente da sociologia da infância. O sociólogo Manuel Jacinto Sarmiento, e outros contemporâneos como Allan Prout (2004) e Willian Corsaro (2011) também contribuem nesta pesquisa como autores que se debruçam em uma definição sobre a perspectiva da infância na atualidade.

Para esta pesquisa, que aborda a infância contemporânea na temática do espaço público, a análise desses teóricos resultou no conhecimento, na interpretação e no entendimento sobre o conceito de infância, com reflexões que guiam o pensamento acerca desse sujeito ao longo da dissertação. Entretanto, não pretendo enfatizar uma visão idealizada de infância - visto que as crianças contemporâneas carregam em si uma experiência fortemente marcada pelo consumo, pela mídia e pela tecnologia – e sim uma perspectiva que a sociedade atual tem pela infância, que foi traçada pela ótica desses autores.

Hoje, a sociedade admite o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo, apontando algumas características comuns no universo infantil, considerando as suas individualidades e diferenças. Mas esse entendimento e esse sentimento só foram possíveis porque as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância foram se modificando na sociedade. Diante disso, este capítulo aborda a história da concepção da infância, buscando sua

relação com a cidade, através de um estudo bibliográfico sobre essa temática, perpassando o entendimento da criança como “o adulto em miniatura” na Idade Média, chegando à contemporaneidade. O intuito foi compreender como se construiu o sentimento pela criança com o passar dos anos, para que seja possível admitir o seu lugar hoje, e assim, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, traçar considerações a respeito dos planos que contemplam o espaço para infância na cidade do Recife, no que tange a teoria do *Genius Loci*.

### 3.1 A concepção de infância em sua contextualização histórico-social.

Uma das certezas que qualquer indivíduo adulto pode ter é que um dia foi criança. Mas essa certeza não se aplica ao pensarmos se todos viveram uma infância. Os sociólogos portugueses, Manuel Jacinto Sarmiento e Manuel Pinto (1997), expõem a diferença entre os significados de infância e criança. Eles consideram que crianças sempre existiram, desde o primeiro ser humano, e que a infância surgiu como construção social através de um conjunto de representações e de crenças, para a qual se estruturaram dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria. Ou seja, a criança é o sujeito cultural e social, inserida na infância. Sobre isso, entende-se que a importância da criança na sociedade varia conforme o período histórico em que ela é considerada, uma vez que cada período imprime na infância uma significação específica, atrelada às condições sociais da época.

No contexto histórico do desenvolvimento da sociedade, sabemos que a organização das cidades teve início muito antes da era moderna. Desde a Antiguidade Clássica, os seres humanos já se reuniam na *polis* para viver em sociedade e prover suas necessidades. Nessa época, a sociedade não nutria uma dimensão da infância. Ao estudar o conceito de infância no ramo da filosofia, Kohan (2008) afirma que Platão, entre os filósofos gregos, foi um dos que mais se ocupou em pensar na criança, trazendo os primeiros traços do que hoje chamamos de filosofia da educação, onde foi demarcado um pensamento que ajuda a perceber como a criança era entendida na antiguidade Clássica. Ao refletir sobre a necessidade de uma educação que tivesse como meta a reinvenção da *polis*, Platão volta seu olhar para a criança. Com isso, Kohan (2003) aponta a visão de criança da antiguidade Clássica como uma

possibilidade de projeção do adulto, que poderiam vir a ser qualquer coisa no futuro. A infância se torna um problema filosoficamente relevante na antiguidade Clássica na medida em que se tenha de educá-la de maneira específica para possibilitar que a *polis* se aproxime o máximo possível da idealizada. Mas de acordo o autor, ainda se sabe muito pouco sobre as atitudes em relação às crianças e ao período da infância nesta época. De acordo com Aquino (2015), embora os pensadores gregos tenham trazido contribuições significativas para a reflexão dos processos educativos, eles manifestaram pouco interesse na infância, uma vez que esse período da vida não se apresentava como um problema filosófico, tampouco como uma categoria etária que merecia um tratamento específico.

Platão não fez da criança um objeto de estudo em si mesmo relevante, pois como ela era vista com inferioridade em relação à cidadania, a criança não era necessária, e não precisava ser estudada. É possível afirmar, segundo Kohan, de acordo com as concepções de infância encontradas em Platão, que em um mundo orientado pela razão, a criança não tinha espaço, e uma das tarefas dos filósofos era justificar a exclusão da infância no mundo da *polis* (KOHAN, 2008). Este autor enfatizou que o testemunho platônico sobre o que viria a ser um conceito de infância, é importante pela influência que teve na história das ideias de infância no pensamento ocidental. A visão de infância na antiguidade clássica se enquadra, então, num sentido de utopias, dos sonhos políticos dos filósofos.

Seguindo com o pensamento para a idade média, temos uma realidade espacial de inquietude, onde o espaço público era ocupado pelas mais diversas atividades, pois não havia outro lugar que comportasse a dinâmica social da época. De acordo com Oliveira (2004), era nesse mesmo espaço público, um ambiente de pobreza, promiscuidade e violência, que as crianças trabalhavam, eram abandonadas, e até mesmo onde encontravam refúgio para as violências que sofriam no ambiente privado. Ainda de acordo com essa autora, guardadas as devidas proporções, esse cenário não mudou muito, pois há sempre obstáculos que a criança tem que vencer. Porém, ao longo da história, a infância recebeu outras formas, outros lugares e outros discursos.

Ao estudar a infância da Idade Média, vimos que ela tem sido compreendida pela vertente histórica constituída a partir de estudos de Ariès (1981), que busca documentar o surgimento de um sentimento de infância. Segundo Aries, até o século XII não havia uma concepção de infância. Durante a Idade Média, antes da

escolarização das crianças, todos compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de lazer. Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos, não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida e a criança era entendida, unicamente, enquanto membro de uma linhagem. (Aries, 1981).

Nesse sentido, o período da infância não era entendido em suas especificidades e a criança não era considerada numa perspectiva diferente da do adulto, somente pertenciam a uma linhagem, a dos pais, e era considerada um adulto incompleto. A categoria social da infância, segundo Aries, ainda não tinha sido estabelecida, mas essa conclusão não foi num sentido de desprezo pela criança, e sim em função da ausência de uma noção da particularidade do infantil como aquilo que distingue essencialmente uma criança de um adulto. Tão logo tivesse o mínimo de condições para desempenhar atividades adultas, a criança passava a ser um trabalhador produtivo. Mas isto não significa uma negação à existência social das crianças na época, significa reconhecer que, antes do século XVI, a consciência social não admitia a existência autônoma da infância como uma categoria diferenciada do gênero humano. Levin (1997), assim como Aries, afirma que uma vez passado o estrito período de dependência física da mãe, os indivíduos se incorporavam plenamente ao mundo dos adultos.

Alguns historiadores modernos contestam esta visão, argumentam que em um mesmo período histórico existem práticas diferenciadas e concepções antagônicas sobre infâncias e crianças. Mas essa discussão não é a pauta principal desta dissertação, pois não trago aqui um aprofundamento em sua historiografia, e sim uma contextualização que fomente o entendimento da infância diante da problemática desta pesquisa, considerando a infância como experiência humana e não apenas um momento transitório da existência.

Colin Heywood (2004), também historiador, entende que seria simplista considerar a ausência ou a presença do sentimento da infância em um ou outro período da história. O autor considera mais frutífera a busca de diferentes concepções sobre a infância em diferentes tempos e lugares, demonstrando que existem e existiram diferentes processos e construções de tratamento ao longo da História, que caminharam para uma perspectiva contemporânea de infância. Para Heywood a concepção de infância existe em diferentes contextos, sendo caracterizada por um

processo dialético de idas e vindas, avanços e retrocessos, não é uma construção linear, mas sinuosa. Entretanto, se considerarmos o entendimento da infância de acordo com os estudos de Aries, que afirma que durante a Idade Média não existia o sentimento de infância, ao final do século XVI, o autor já aponta uma mudança nesse aspecto, pois foi quando eclodiu uma onda de afeição com relação às crianças.

A paparicação<sup>9</sup>, começou pelas amas e mães de classe alta, em meados do século XVI, e estendeu-se até o final do século XVII a toda e qualquer infância, independentemente do estatuto social (ARIÈS, 1981). No fim do período da idade média, já entrando na idade moderna, o conceito de infância ganha um formato mais conceituado e distinto da fase adulta. No século XVII, surge nas classes dominantes, a primeira concepção real de infância, a partir da observação dos movimentos de dependência das crianças muito pequenas. Concordando com Aries, Levin (1997) explica que foi a partir das ideias de proteção, amparo e dependência, que surge um conceito de infância, pois as crianças - vistas até então apenas como seres biológicos - necessitavam de grandes cuidados e, também, de uma rígida disciplina, a fim de transformá-las em adultos socialmente aceitos. O adulto passou, então, pouco a pouco a preocupar-se com a criança, enquanto ser dependente e fraco. Fato este, que ligou esta etapa da vida à ideia de proteção (LEVIN, 1997).

Já no século XVIII, o conhecido século das luzes, Jean-Jacques Rousseau influenciou de maneira decisiva a forma como se passou a perceber a infância na época. Este autor provocou uma nova concepção ao publicar *Emílio ou Da Educação* (1762) pois foi quando ele delegou à criança um lugar no mundo. A infância passa a ter um valor em si mesma, e não como uma projeção do adulto, em uma etapa fundamental na constituição humana. Ao destacar este período da vida, além de romper definitivamente com o que vigorava em seu tempo, no qual a criança era tida como um "adulto em miniatura", ou mero objeto de paparicação e prazer, Rousseau revela uma ótica inovadora de conceber a criança (Grumiché, 2012). Para o teórico, existia na infância uma ideia de natureza boa, pura e ingênua, e da necessidade de respeitá-la e deixá-la livre para que a natureza pudesse agir no seu curso normal, favorecendo o pleno desenvolvimento saudável das crianças. Dessa forma, a criança apareceu na história fazendo parte de um contexto favorável e de uma categoria

---

<sup>9</sup>De acordo com Ariès a paparicação foi o primeiro sentimento moderno dirigido à infância.

social. Neste contexto, o processo educativo e civilizador das crianças em finais do século XVIII e ao longo do século XIX torna-se uma preocupação social. E foi especialmente no século XVIII, que se fortaleceu o discurso sobre a educação da infância, como um momento da vida que deveria ser protegida permitindo um aumento de investimentos na escolarização e na democratização do acesso à escola ao longo do século XIX, como aponta Azevedo e Sarat (2015).

Entretanto, a constatação da crescente valorização social da criança, que culminou no que Ariès (1981) entende como o início do conceito da infância, teve como fontes elementos provenientes da cultura europeia. Com isso, os processos de colonização, em terras das Américas e da África, são repletos de demonstrações das influências dos modelos europeus nas práticas sociais das populações colonizadas. O processo histórico das infâncias é resultado principalmente da percepção que a sociedade adulta possui sobre a criança em cada tempo. Com isso em mente, e ciente da influência europeia, sabemos que história da criança no Brasil é um campo de investigação muito vasto. Diversas produções têm mostrado as especificidades das infâncias brasileiras e historicamente podemos dizer que é um caminho que contempla as crianças nativas, as crianças escravizadas, as crianças livres, as crianças escolarizadas e as diferentes concepções de infâncias (AZEVEDO e SARAT, 2015).

Se na Europa a historiografia sobre a criança só foi produzida a partir de 1960, através de Ariès, resgatar o processo da infância no Brasil é um fato recente. Entre as produções que abordam especificamente as crianças no Brasil, temos o livro pioneiro organizado por Mary Del Priore (2013) “História da Criança no Brasil”, que aborda a infância desde a Colônia até meados do século XX objetivando mapear a temática. De acordo com Priore (2013), estudar as infâncias no Brasil é remontar um aspecto complexo da história do país, permeado mais pela ausência de referências sobre as crianças, do que da presença, principalmente antes e durante o período colonial. Este período, segundo a autora, foi marcado inicialmente por um passado de tragédias, pela escravidão das crianças, pela violência e luta pela sobrevivência nas instituições assistenciais, por abusos sexuais e exploração de sua mão de obra, o que aponta que durante um longo tempo no Brasil houve a inexistência de uma preocupação com a infância.

Posteriormente, algumas mudanças sociais contribuíram para a percepção da infância. Uma delas foi a troca da vida rural para a vida na cidade, quando teve início à família moderna e nuclear tal qual a conhecemos hoje, onde o desejo de ter filhos é opcional, e não uma maneira de assegurar a continuidade da linhagem da família, como foi durante muito tempo na idade média.

Mas é no século XX, que a infância passa a ter reconhecimento como etapa determinante do desenvolvimento físico e psíquico do ser humano, inclusive no Brasil. O crescente reconhecimento da situação da infância, impulsionado por uma maior compreensão das necessidades de desenvolvimento das crianças, levou a um movimento para melhor protegê-las. Foi quando a criança ganhou visibilidade mundial: a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), fez a Convenção dos Direitos da Criança (1989), realizou uma Conferência Mundial sobre a Criança (1990), e assinou o documento Um Mundo para a Criança (2002). Seus organismos especializados – UNESCO, UNICEF, OMS – fizeram e continuam realizando conferências mundiais, apoiando iniciativas nacionais, estaduais e municipais, e elaborando documentos com o objetivo de impulsionar políticas públicas de atenção aos direitos da criança<sup>10</sup>, que serão aprofundadas no terceiro capítulo desta dissertação. Diante dos estudos relacionados à infância, pudemos perceber que a “ideia” de infância é uma construção histórica. Ou seja, foi registrada a partir daquilo que os adultos elaboraram mediante suas relações com as crianças, e continua nessa perspectiva na relação com a criança da atualidade.

### 3.2 Um olhar sobre as infâncias contemporâneas

Hoje, a busca pelo entendimento do ser humano a partir da infância vai além das ciências e é algo que permeia também a arte e a poesia, principalmente na sua relação existencial. A poesia de Manoel de Barros é um exemplo disso, e concretiza um pouco a concepção de infância que tem sido difundida na atualidade. O poeta, conhecido como “o poeta das infâncias”, falava da infância como um território de liberdade, trazendo a importância de ressignificar aquilo que nos rodeia e explorar o

---

<sup>10</sup> Guia para elaboração do plano municipal pela primeira infância. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Centro de Criação de Imagem Popular – CECIP, 2017.

mundo com a curiosidade de quem o vê pela primeira vez. Ele tinha a criança como sua inspiração, numa interpretação da infância como um modo de ser e estar no mundo em diversas perspectivas. E é justamente essa interpretação que tem sido considerada uma forma contemporânea de olhar a infância.

Para se entregar a esse olhar, inicialmente é preciso desconstruir algumas lógicas pré-concebidas pela sociedade durante o processo histórico acerca dessa etapa da vida, principalmente buscando uma ruptura com paradigmas alicerçados na modernidade. Vimos o quanto a concepção da infância foi alterada ao longo dos séculos, e como a infância que conhecemos hoje foi uma criação histórica e de condições socioculturais. A compreensão da infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais (Ariès, 1981), sendo difícil analisar todas as infâncias de todas as crianças com o mesmo enfoque. Já neste século, a criança foi integrada a uma noção de desenvolvimento, entendida como um ser cujo crescimento é um desabrochar numa sucessão de fases intelectuais e emocionais. O que trago nesta pesquisa é a intenção em estudar as relações entre a criança como um ser corporal e sua espacialidade. Para Kohan (2004, p. 131):

*A infância pronuncia uma palavra que não se entende. A infância pensa um pensamento que não se pensa. Dar espaço a essa língua, aprender essa palavra, atender esse pensamento pode ser uma oportunidade não apenas de dar um espaço digno, primordial e apaixonado a essa palavra infantil, mas também de educar a nós mesmos.*

Estudos recente têm buscado considerar a importância dos primeiros anos de vida, dando destaque à infância como uma fase importante e revelando as crianças como uma parcela significativa e motivadora para a evolução da sociedade, no sentido de considerar a criança um ser aberto às possibilidades. De acordo com Kohan (2004), a infância que afirmamos é uma dimensão ainda não suficientemente pensada da existência humana. O autor entende a infância como condição ontológica da existência, uma abertura dessa experiência ao imprevisto, ao que pode ser de outra forma, ao que ainda não sabemos. Esta concepção contemporânea de infância muito traz das teorias de Rousseau, que tem o olhar sobre o indivíduo e seu lugar no mundo, que trata a infância como uma fase na qual não deve ser projetado o ponto de vista do adulto. O teórico foi importante para formar o sentimento de infância que temos hoje, mas o contexto social contemporâneo é bem diferente, e proporciona mais

condições de concretizar um modelo respeitoso de viver esta etapa da vida. Assim, a infância ultrapassou o âmbito doméstico, familiar e político, chegando à esfera do público, do social e também da busca pelo entendimento da sua subjetividade.

Então o que seria um bom entendimento da infância contemporânea? Como compreender o lugar dessa infância, sabendo que crianças sempre existiram? Essas são algumas reflexões que precisam ser moldadas para a compreensão da pesquisa, atentando que o objetivo deste capítulo não é respondê-las de forma específica, e sim, entender o percurso percorrido sobre as concepções de infância a fim de chegar no sentimento que a sociedade contemporânea tem pela criança hoje, guiando o pensamento para a construção de um olhar cauteloso diante da infância na sociedade atual. Antes de focar na discussão dos planos para a infância da cidade do Recife, é preciso focar no olhar que se tem diante desta parcela da população, pois não se pode olhar para a criança sem levar em consideração as relações e os significados próprios de seu contexto. A sociologia da infância é um dos suportes ao entendimento da infância contemporânea para esta pesquisa. De acordo com Dias (2015), em um estudo sobre o lugar da infância na sociedade urbanizada, o processo de investigação da infância faz-nos também percorrer o caminho do lembrar as lembranças de nossa própria infância, apontando que esta etapa não é somente a fase inicial da vida humana, mas algo que nos atravessa cotidianamente seja em nosso ambiente familiar, seja em nossos espaços sociais.

Sobre a infância, o sociólogo Alan Prout (2010) observa que, longe de ser uma categoria estável e fixa, ela é híbrida, com presença de fatores humanos e não humanos, discursivos e coletivos, que participam da sua definição, diferindo em diversos fatores. Toda pessoa experimenta a vida num espaço e num tempo, sendo sempre um ser em situação, envolto em condições que permeiam seu modo de existir. Não há um modo absoluto de conceber a infância, uma vez que as ideias em torno desse tempo de vida ganham sentido na sociedade a depender principalmente da época em que são vivenciadas, dentre tantos outros fatores. Hoje, a criança participa de diversas esferas da vida social de forma muito mais ativa, o que torna necessário que se enxergue a infância para além de uma fase da vida, e isso significa compreendê-la em suas especificidades, levando em consideração suas experiências no presente, e não apenas como perspectivas para um futuro.

O mundo não é algo pronto, onde temos de nos ajustar a ele como está, mas um espaço em constante transformação, onde fazemos parte dessa transformação.

Não somos somente resultado dos modos de ser do local e tempo em que habitamos, mas também criamos novos modos de ser e interferimos nas outras pessoas e no mundo. E neste sentido, a criança também não é uma consciência separada do mundo, mas se relaciona com o mundo e habita um período histórico e um espaço, onde convive com pessoas, sendo por elas influenciado e nelas exercendo influências. Podemos perceber também que a infância como conhecemos hoje foi uma criação de um tempo histórico e de condições socioculturais determinadas, e não podemos analisar todas as infâncias de todas as crianças com o mesmo enfoque. A compreensão da infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais (Ariès, 1981). Mas há uma tendência que é comum a todas as infâncias contemporâneas: as crianças habitam cada vez menos os lugares e cada vez mais as telas, principalmente diante de um contexto em que não temos mais a rua e o espaço público como lugar de convivência entre pares. Neste século, a criança foi integrada a uma noção de desenvolvimento e passou a ser alvo de investigações, como um ser cujo crescimento é decorrente de uma sucessão de fases intelectuais e emocionais, que definem as bases de nossa relação com o mundo. As experiências internas se relacionam com as experiências externas, fazendo parte da constituição da subjetividade e das singularidades de cada um.

Pinto e Sarmiento (1997) salientam que o “olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente”. Hoje a infância está deixando de ser compreendida apenas como uma fase da vida, e sim, sobretudo, como uma condição de experiência humana. A atenção ao estudo da infância, no tocante à multiplicidade de aspectos aos quais a própria criança é inserida, tem um grande potencial reflexivo e provocador. Tentar compreender as origens de nossas atitudes, o que nos faz pensar ou agir de determinada maneira, o que no impulsiona diante das experiências existenciais e de como nos projetamos em cada interação com o espaço ao nosso redor é algo fascinante, já que o espaço que vivenciamos está relacionado ao nosso processo de construção de identidade. Com esse pensamento será possível conduzir o olhar da teoria *Genius Loci* na construção das propostas pensadas para a cidade do Recife de forma que atenda a criança como um corpo sensível às influências desse espaço e assim fazer as análises das propostas que buscam atender a criança na sua totalidade.

## 4 O LUGAR DA INFÂNCIA

*Ah, a Rua! Só falam de tirar as crianças da rua.  
 Para sempre? Eu sonho com as ruas cheias delas.  
 É perigosa, dizem: Violência, drogas... E nós adultos  
 Quem nos livrará do perigo urbano?  
 De quem eram as ruas? Da polícia e dos bandidos?  
 Vejo por outro ângulo: Um dia devolver a rua às crianças  
 Ou devolver as crianças às ruas;  
 Ficariam, ambas, muito alegres.  
 (Poema "A rua", Paulo Freire)*

Vimos que o olhar sobre a infância foi modificado com o tempo e com a evolução da sociedade, onde a criança era basicamente tratada em seus aspectos biológicos e pelos campos da educação. Entretanto, hoje a criança é objeto de pesquisa de várias vertentes das ciências que admitem que a infância não é simplesmente um produto do meio, e que assim como existem processos internos que a influenciam, ela possui também um lugar de relevância na organização das relações sociais, sendo influenciada ao mesmo tempo que influencia o seu contexto. A partir desta perspectiva, a infância deixa de estar associada à falta, à incompletude e insuficiência, e nos convida a vê-la, escutá-la e reconhecê-la para além das características elencadas historicamente. Com isso, a busca pela interpretação das representações infantis de mundo vem objetivando entender principalmente o processo de construção da infância e sua influência no desenvolvimento da sociedade.

A questão é que dentre vários estudos e investigações, ainda é escassa a preocupação em perceber e estudar as relações entre o ser corporal enquanto criança e sua espacialidade. Nesse contexto, quando falamos do espaço público, o pensar na infância ainda é recente, principalmente quando se trata do lugar da criança no que se refere ao espaço que ela ocupa numa sociedade urbanizada, e onde permeiam suas emoções e percepções nesse contexto. De acordo com Merleau-Ponty (1994) o movimento e o sentir são os elementos chaves da percepção. Há alguns anos era fácil identificar a autonomia de movimento que as crianças tinham diante do seu entorno, da sua rua e do seu bairro. Elas pertenciam ao lugar, conheciam seus

vizinhos e conquistavam seus próprios limites, diferente do que é observado atualmente.

Hoje, o Recife possui um Plano Municipal que promete devolver a interação e pertencimento às crianças, agregando a infância ao desenvolvimento da cidade. O que motivou esta pesquisa foi a investigação sobre o conteúdo desse documento, buscando entender se o lugar da criança é tratado como espaço de vivências e experiências, enaltecendo a conexão da criança com a alma do lugar, ou se ainda limitam a criança a espaços estabelecidos e com finalidade específica para serem aceitas. Para concretizar esse entendimento, é importante conhecer mais a infância em sua articulação no espaço fenomenológico e existencial do ambiente urbano, atribuindo-lhe sentidos por meio de suas experiências e vivências, considerando os diversos ambientes nos quais as crianças precisam ser respeitadas. Na impossibilidade de realizar pesquisa empírica, esse conhecimento sobre a relação que as crianças têm com o espaço foi trazido para a pesquisa por meio de autores que estudam o campo das vivências espaciais e representações infantis no ambiente urbano.

A mudança de paradigma no que se refere ao conceito de infância está diretamente ligada com o momento em que foi-se deixando de conceber as crianças como adultos imperfeitos. Entender a infância enquanto conceito, para esta pesquisa, é uma maneira de perceber a realidade, tendo o estado da infância como potência inventiva do sentido de habitar. De acordo com o que já foi exposto no primeiro capítulo, o sentimento da infância inexistia até o começo da modernidade, e a noção de infância firmou-se com o advento do individualismo moderno, no contexto das transformações objetivas e subjetivas ocorridas em todos os campos da vida humana (ARIÈS 1981). Com esse pensamento, a infância era algo de pouco interesse. “Somente em épocas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de ser estudadas por si sós” (HEYWOOD, 2004). Sua construção histórica resultou de um processo complexo que incluiu muitos fatores, como a produção de representações sobre a criança, a estruturação do cotidiano e de seu modo de vida e, especialmente, a constituição de instituições voltadas ao cuidado e à educação infantil (SARMENTO, 2004).

Assim, faz-se relevante para esta pesquisa discutir sobre o lugar da infância, pois as mudanças ocorridas na sociedade desde então sofreram diversas

transformações nos espaços de vivência das crianças, que foram se tornando cada vez mais restritos, passando de áreas externas, como a rua, a calçada e os demais espaços públicos, para espaços especializados e para espaços internos e particulares. Sobre esses espaços internos, na atualidade, no que se refere ao município de Recife, podemos apontar como principais a residência da criança, sob o controle da família, e a instituição escolar, que tem a finalidade de manter também a criança afastada dos “perigos” da cidade. Existem várias questões que merecem lugar nessa discussão, mas neste capítulo o objetivo é validar a importância do lugar da criança no contexto do espaço público, e as relações das sensações e do sentido de habitar em sua totalidade.

Para desenvolver o conteúdo teórico relacionado ao espaço da infância que propõe esta pesquisa, foi necessário mergulhar em diversos estudos que envolvem disciplinas adjacentes à arquitetura e urbanismo e uma articulação com o pensamento sociológico, pedagógico e psicológico, que trazem grandes contribuições para aprofundar essa discussão, já que amplia a reflexão sobre os espaços de experiências das crianças. Nesta perspectiva, este capítulo apresenta algumas reflexões em torno da infância, nos campos de estudo que se oportunizam a pesquisar a partir de um ponto de vista que acolhe e toma as crianças como sujeitas de investigação, ampliando assim o conhecimento não apenas sobre a infância, mas sobre como as crianças se desenvolvem em seus contextos espaciais.

Francesco Tonucci (2008), pedagogo e filósofo que busca dar visibilidade a infância na questão da sua relação com a cidade, acredita que é necessário que façamos o caminho inverso ao que tem sido constituído na sociedade, e ao invés de protegermos as crianças do contato com seu ambiente urbano, devemos proporcionar um ambiente que a receba, e não crie repulsa, alimentando este processo interativo entre o espaço da cidade e a subjetividade da criança, atrelado a vivências e a função de habitar. A contribuição de Tonucci para a pesquisa é de extrema importância, pois traz um olhar tanto pedagógico quanto filosófico na temática da infância relacionada diretamente à cidade como espaço de experiências importantes para a constituição do ser no mundo e de como as crianças sentem e significam esses espaços. Jane Jacobs (2018) também trata dessa perspectiva quando dá destaque ao uso da calçada na intenção de integrar as crianças ao ambiente urbano, valorizando o que as crianças fazem nos espaços comuns, sem serem condicionadas pelos espaços especializados.

No primeiro tópico deste capítulo, ao tratar do lugar da criança como um espaço social condicionado, adentro no campo da sociologia da infância, que tem como princípio, entre outros, a busca por uma compreensão da perspectiva da criança sobre o mundo, através de pesquisas sobre e com a criança. Nesse sentido, procuro extrair o que os sociólogos consideram importante no que se refere a espacialidade, quando se debruçam nos conceitos de lugar social da criança. Para isso, nomes como Manuel Jacinto Sarmiento e Francesco Tonucci foram as principais fontes. No campo da psicologia do desenvolvimento, Jean Piaget, Vigotsky e Henri Wallon, mesmo possuindo alguns entendimentos diferentes relativos aos processos psicológicos do desenvolvimento infantil, trazem consigo contribuições complementares em relação à noção espacial da criança e sua importância para a compreensão existencial e de lugar no mundo. Merleau-Ponty (1994) traz também na sua teoria da percepção referências ao campo da subjetividade e da historicidade, ao mundo dos objetos culturais, das relações sociais, do diálogo, das tensões, das contradições e das experiências afetivas. Numa pesquisa que evolui a subjetividade da percepção do espaço urbano, essa relação adquire protagonismo, visto que a análise dessa troca entre usuário e ambiente é o que vai moldar o estudo do caráter do pertencimento e contribuir para o entendimento da importância da prática espacial infantil no espaço público. Com isso, e sobre os questionamentos desta pesquisa, emerge a seguinte dúvida: que lugar as crianças habitam?

#### 4.1 Lugar da criança ou para a criança: um espaço social condicionado?

Diante do exposto no capítulo anterior, percebemos que a ideia contemporânea de infância, como categoria social, emerge com a Modernidade e tem como principal berço a escola e a família, onde a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada também caracterizou importantes alterações no grupamento familiar. A família típica da sociedade industrial tornou-se a família nuclear, composta de um casal e poucos filhos, quando existem. Ariès (1981) diz que as cidades modernas foram, cada vez mais, buscando pela família como lugar de recolhimento e refúgio.

Não há como desconectar o desenvolvimento da sociedade do desenvolvimento das cidades, e o contrário também acontece, sendo notório que o

uso do espaço público foi se modificando ao longo dos séculos a partir das mudanças sociais, econômicas e espaciais. Com o grande fluxo migratório campo-cidade que aconteceu a partir do desenvolvimento industrial, grande parte da população passou a se concentrar nas cidades. Desde então a maioria da população nasce, cresce, e passa a vida frequentando o ambiente urbanizado. O reflexo disso na infância foi que o lugar da criança, de acordo com Ariés, passou a ser, no século XIX, principalmente a escola, considerada como espaço próprio para conter e preparar a infância, afastando-a de um mundo exterior para um confinamento com finalidade educacional. Para Araújo (2016), esta mudança ocasionou uma alteração significativa na posição da criança na sociedade, na medida em que ela passou a pertencer ao ambiente escolar de modo indissociável.

Segundo Lima (1989), casa e escola passam a ser os espaços das crianças na cidade, que as afastam dos perigos da rua, configurando-se como lugar da sociabilidade infantil. Diversos textos sobre história da infância na Europa e no Brasil mostram, por meio da descrição de fatos cotidianos da vida de crianças do século XVII ao século XIX uma progressiva preocupação social com a permanência da criança na rua. Para Dias (2017), a partir da segunda metade do século XX, a circulação das crianças pela cidade se restringe ao deslocamento do espaço familiar para o espaço escolar. O lugar da criança passa a ser a escola, e o espaço público vai tomando formas onde a criança não será aceita. De acordo com Sarmiento, Fernandes e Tomás:

*Ao mesmo tempo que a modernidade introduziu a escola como condição de acesso à cidadania, realizou um trabalho de separação das crianças do espaço público. As crianças são vistas como os cidadãos do futuro, mas, no presente, encontram-se afastadas do convívio coletivo, salvo no contexto escolar, e resguardados pelas famílias da presença plena na vida em sociedade. (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007).*

No século XX, além da escola, passou a existir a preocupação em criar ambientes de encontros sociais, públicos e privados, mas que acabam por segmentar os usuários. Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos ocupam áreas reservadas, como creches, escolas, escritórios, asilos, e locais de lazer. Dias (2017) entende que essa segmentação se deu principalmente devido à intensificação da urbanização e a vigência do automóvel como transporte urbano, onde associaram-se

as problemáticas de trânsito, poluição, ruído e escassez de espaços para o lazer. De acordo com Sarmiento (2007) a sociedade vem sendo conduzida a não considerar o espaço público como um lugar adequado para a infância.

Então foram criadas as praças e os parques públicos como alternativas de lazer e locais de brincadeira e se tornaram a única possibilidade de contato com o espaço público para as crianças da maior parte das cidades urbanizadas (Oliveira, 2004). Parques e praças são equipamentos e espaços especializados, onde se espera e se aceita encontrar as crianças, e nos conduz a acreditar que nos demais locais ela é desconsiderada ou entendida muitas vezes como um incômodo. De acordo com Araújo (2016) esses espaços são pobres em sua composição, pois limita e reproduz formas que não são originárias de pertencimento. Em contrapartida, a rua, que já havia sido espaço de socialização e brincadeira, foi tornando-se espaço de perigo, principalmente para as crianças.

A relação estabelecida com o lugar era de afetividade e encontro. Hoje, esse tipo de vivência remete a memórias nostálgicas, lembranças de momentos que foram vividos e experiências que foram traçadas, algo distante do que vem acontecendo com as gerações mais recentes, que desconhecem esse tipo de dinâmica devido à desvalorização do espaço público como ambiente social, priorizando cada vez mais a circulação de automóveis, desconstruindo a noção afetiva que se tinha com as ruas e bairros. Isso reflete a urgência de se reestabelecer as experiências corpóreas com o lugar, caso contrário, estaremos motivando esse constante processo de institucionalização da sociedade desde o berço, e desmotivando o elo que deve haver entre a cidade e quem a habita, fazendo cada vez mais as crianças entenderem a casa e a escola como espaços que dão limite a sua existência.

Para Jacobs (2011), um dos grandes problemas nesse contexto de segregação da infância nas cidades, é o isolamento do parque. Do ponto de vista do desenho urbano, a autora entende que esse tipo de organização espacial desfavorece o uso das calçadas e demais espaços públicos comuns, e conseqüentemente, o aprendizado, as percepções e noções do mundo que se adquire nelas. A autora estimula que as crianças utilizem e se apropriem das suas calçadas, onde as pessoas não só supervisionam as crianças, enquanto se ocupam de suas atividades, mas também as incorporam à sociedade. As crianças imitam as atitudes dos adultos e, conseqüentemente, o comportamento responsável deles em relação à calçada e às

próprias crianças. Isso pode ser facilmente assimilado por elas e levado à vida pública (JACOBS,2011).

Entretanto, dentro de um espaço especializado, onde existe a aceitação e normalização da presença das crianças, não há o contato com a cidade e a sociedade de fato, e essas noções de mundo e de pertencimento ao lugar são dificilmente adquiridas. Ao criar esses espaços de brincar, principalmente quando são internos aos condomínios, excluimos as ruas, tornando-as insalubres não somente para as crianças, mas também para os demais usuários. De acordo com Araújo (2016), a criança possui extrema competência para se utilizar dos elementos do espaço para criar sentidos e interpretar contextos de forma única. Mas com a falta de vivências, a noção de pertencimento tão importante para sentir-se no seu espaço existencial, acaba deixando de acontecer. Acabamos, dessa forma, por não ter o lugar da criança nas cidades contemporâneas, que ficam reduzidas a espaços que condicionam suas atitudes, e limitam suas experiências, de forma que o sentido de habitar fica estrito a um ambiente delimitado.

Lima (1989) acredita que o processo de constituição do espaço físico adquire a condição de ambiente na medida em que vai se qualificando pelas demandas dos usuários. Neste caso, a autora tratava do espaço de uma escola, e nessa perspectiva, qualifica o espaço-ambiente como sendo aquele com o qual o indivíduo estabelece relações pessoais por meio das sensações que o espaço provoca. Ainda de acordo com Lima (1989), a autora resgata rua num processo histórico como lugar dos adultos e também das crianças. No entanto, esclarece que ela foi adquirindo a função única de circulação levando a conclusão que:

*...à maioria das crianças restam, pois, os espaços públicos-privados das moradias, das escolas e das ruas das quais as crianças das classes abastadas foram afastadas desde o século XVIII, em nome da segurança e da política de ordenação disciplinar dos indivíduos” (LIMA, 1989).*

A autora fez uma análise na produção dos espaços públicos frequentados por crianças e a forma como vem sendo produzidos e utilizados sem considerar variados aspectos primordiais do público-alvo, onde percebe que os projetos desses espaços se atentam mais aos elementos que permitam sua dominação e controle, nos quais

os arranjos espaciais são determinantes ou limitantes das experiências possíveis. Interpretando Lefebvre (2001), nesse sentido, poderíamos dizer que as crianças estão sendo excluídas do direito à cidade, pois não são estimuladas a viver os diferentes espaços públicos, já que raramente eles existem de forma segura, atrativa e mobilizadora da infância.

Os conceitos de espaço e lugar, para a geografia da infância, são também importantes para explicar as identidades e o sentimento de pertencimento, fundamental nesta pesquisa. Na relação com o espaço público externo, e também com a perspectiva apresentada por Tuan (1983), a atmosfera criada pelos espaços dão a eles a condição de lugar, influenciando o universo infantil, de modo que as marcas dessa influência são notadas na vida adulta. Ele defende que a experiência é constituída de sentimento e pensamento, e que os órgãos sensoriais e as experiências permitem aos seres humanos terem sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais. Foi principalmente a transformação na forma de entender a rua como um espaço multifuncional – e não só circulação de veículos - que fez com que as crianças perdessem a possibilidade de utilizá-la de maneira segura em sua função de permanência, circulação e lazer. É como se não houvesse um modo para a infância habitar a cidade no contexto urbano, como se inexistisse uma possibilidade para que as crianças possam materializar o seu lugar por meio das experiências, e representar as suas diferentes formas de simbolizar o mundo.

Entendo que idealizar propostas para uma cidade na intenção de torná-la um lugar da infância não deve estar limitado a produzir um espaço aceitável para a criança, e sim enxergar a cidade como um ambiente facilitador e atrativo que possa receber a criança em um sistema que funcione para que ela possa usufruir das experiências do seu espaço existencial. É justamente nesse ponto, onde estabelecemos conscientemente os limites de aceitação, que a infância vai se desconectando da possibilidade de usufruir das experiências sensoriais que fazem o lugar ser parte da sua existência. O espaço público não acolhe a infância num sentido de permanência, e a sensação de poder permanecer condiciona as crianças sobre seu uso e sobre sua liberdade diante desse espaço. Então as crianças ficam condicionadas a espaços delimitados, com uma falsa ideia de segurança, reduzindo a visibilidade pública e também a pluralidade de experiências que proporcionem o sentido de habitar. Para Jacobs, um requisito para que uma cidade possibilite o melhor

tipo de vivência é a mescla dos locais de trabalho e comércio com as residências, viabilizando, dessa forma, a oportunidade de as crianças experienciarem e crescerem em um cotidiano múltiplo, em calçadas diversificadas e cheias de vida. Por isso, segundo a autora, tirar as crianças das calçadas e das ruas, que poderiam usar cotidianamente, e colocá-los somente em parques, priva a infância de vários aprendizados e vivências.

Francesco Tonucci, criador do projeto 'A cidade das crianças', iniciado em 1991, na cidade de Fano, na Itália, defende a importância das crianças na organização e na vida das cidades, e hoje é uma das vozes mais importantes no mundo sobre essa temática. O autor, que também é cartunista, utiliza suas charges para tecer críticas ao modelo de cidade que inviabiliza à criança como usuária. Tonucci defende que é preciso também se desvincular da cultura capacitista, onde tendemos a achar que as crianças não são capazes de opinar sobre assuntos de desenvolvimento. As crianças passam a infância tentando se encaixar na cidade, permeando ambientes que variam basicamente de casa a escola.

Figura 1 - Charge de Francesco Tonucci – Criança falando



Fonte: Francesco Tonucci (2002)<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Nessa charge percebemos à crítica aos espaços especializados e produzidos para o uso das crianças nos espaços públicos da cidade.

Figura 2 - Charge de Francesco Tonucci - Criança no parque.



Fonte: Francesco Tonucci (2002)<sup>12</sup>

O autor, quando deu voz à infância, trabalhava para uma nova filosofia de governo da cidade, assumindo as crianças como parâmetros e como garantias das necessidades de todos os cidadãos. Hoje esse projeto é referência para as políticas públicas de diversas cidades em vários países, inclusive referência também para o Plano da Primeira Infância do Recife. De acordo com o autor:

*As crianças, ao perderem as cidades, perdem também a possibilidade de viver experiências necessárias para seu correto desenvolvimento, como o jogo, a exploração, a aventura. As cidades, ao perderem as crianças, perdem segurança, solidariedade, controle social. As crianças necessitam da cidade; a cidade necessita das crianças. (TONUCCI, 2009, p. 147).*

Tonucci entende que a degradação da cidade é em grande parte devida ao fato de se privilegiarem as necessidades dos cidadãos adultos e produtivos, acarretando

<sup>12</sup> Em uma de suas charges, o filósofo critica a noção de falsa segurança que é estabelecida na relação da infância com a cidade.

no esquecimento dos menores, da população mais fraca e mais pobre. Afirma ainda que vários casais possuem receio em ter filhos porque as cidades são hostis às crianças, já que não se vê crianças circulando, e só se fala nelas para indicar a violência de que são vítimas quando estão nas ruas. Tomando esse contexto como inaceitável, o autor defende a necessidade de as cidades contemporâneas se voltarem para a infância, e para isso é necessário conceder a palavra e dar voz às crianças, criando condições de se expressarem. Ele ressalta que escutar significa precisar da contribuição do outro, reconhecendo a capacidade de darem ideias, opiniões e soluções úteis. Mas para se expressarem, as crianças precisam ser inseridas no contexto, e não apenas espectadoras, que apenas passam pela cidade para chegar aos espaços que lhes são concedidos.

Compreendemos então que hoje o lugar destinado à infância é limitado e condicionado a fatores que a própria sociedade considera e aceita. Para ir de encontro a essa compreensão é preciso intensificar a interdisciplinaridade dos estudos da infância, no intuito de perceber que o seu lugar na sociedade, é também resultado da sua espacialidade, de onde a criança pode e deve estar inserida, e de como estamos pensando (ou deixando de pensar) sobre as iniciativas em torno do planejamento da cidade.

#### 4.2 O desenvolvimento da criança em seu espaço existencial

*Amai a infância, favoreci suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época, em que o riso está sempre nos lábios, e a alma está sempre em paz?*

(ROUSSEAU, 1995)

A existência humana é compreendida em suas singularidades e particularidades que diferenciam uma pessoa da outra. Enquanto seres humanos, somos afetados pelas relações que estabelecemos com os outros, com os lugares e com as coisas, do mesmo modo que também afetamos os outros seres humanos e os espaços que habitamos. Fatores individuais nos tornam seres únicos, entretanto

estamos imersos num contexto social e cultural que aproximam as pessoas como cidadãos. Essa aproximação se torna ainda mais perceptível quando passamos a refletir sobre a infância, fase em que se adquire maiores capacidades através de ensinamentos, e também quando se tem a maior plasticidade cerebral, ou seja, maior capacidade de evoluir de diversas maneiras, sendo inclusive, quando se tem maior capacidade de experimentação dos nossos sentidos (TUAN,1983). Apesar de entendermos que existe uma pluralidade de infâncias em diversos contextos, existe algo em comum entre as crianças, que é o fato da maioria viver em cidades. Hoje a população mundial é 83% urbana (UNICEF, 2012) e a infância está inserida nesse contexto.

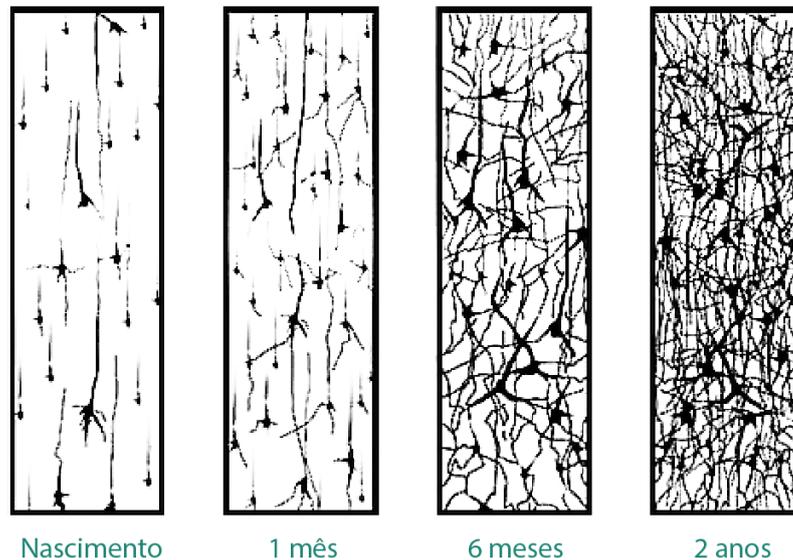
Um conceito muito utilizado nos estudos da fenomenologia do habitar é o "ser-no-mundo", que entende o ser humano – e no caso desta pesquisa, a criança - não como um mero organismo natural neutro e isolado, mas como um ser que habita e convive no mundo e com o mundo, na verdade um ser que só existe porque habita um mundo e um mundo que para existir, precisa desse ser. Entender a criança como um "ser-no-mundo" é diferente de olhar apenas para seus aspectos biológicos naturais e fisiológicos, mas compreender que cada pessoa desenvolve diferentes significados e valores de acordo com o tempo e o espaço que vivencia. Toda pessoa é um ser-no-mundo, pois está em constante relação com os espaços onde habita, sendo portanto, um ser relacional, que se desenvolve em relação com outros seres e com o mundo que o envolve. Entretanto, ao nos referirmos às práticas espaciais infantis no espaço urbano, não podemos deixar de considerar que a criança, além de um ser de competências sociais importantes, é também um ser, um corpo e um organismo em desenvolvimento, e por isso não podemos nos ater somente às suas competências sociais. Alan Prout (2010), defende que a infância possui um caráter híbrido, sendo ao mesmo tempo natureza e cultura, materialidade e discurso, desenvolvimento biológico e social. Sendo assim, é imprescindível considerar também que o desenvolvimento cognitivo da criança tem grande influência nos processos de percepção e pertencimento do seu espaço existencial diante do processo de habitar.

Os primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento das crianças, pois é quando ocorre um rápido desenvolvimento do cérebro. Hoje, podemos afirmar que existe um consenso na ideia de que é na infância que construímos a base onde serão fixadas todas as estruturas emocionais que carregaremos ao longo da vida

(UNICEF,2006). É nessa etapa que os circuitos neurais são formados e fortalecidos por meio do estímulo e das relações de vínculo que a criança estabelece<sup>13</sup>. Segundo Oliveira (2004), o cérebro do bebê, ao nascer, já possui cem bilhões de neurônios que ainda não estão conectados, mas que são suficientes para controlar a respiração, o batimento cardíaco e a temperatura. A imagem a seguir ilustra o desenvolvimento cerebral até os dois anos de vida:

Figura 3 - Desenvolvimento do cérebro da criança

### Desenvolvimento do cérebro de uma criança



Fonte: Modificado de National Institute of Environmental Health Sciences

Fonte: Primeira infância em Pauta <sup>14</sup>

Este é o período em que o cérebro mais precisa de estímulos, uma vez que 90% das conexões cerebrais são estabelecidas até os 6 anos. O aumento da produção das conexões entre os neurônios – as sinapses –, vão permitir que a criança pense e aprenda (OLIVEIRA, 2004). Isso significa que é na infância que concentramos uma enorme carga de informações que irão moldar nossas percepções por toda uma vida, e o cérebro usa o mundo exterior para se moldar, mas sem esquecer que o

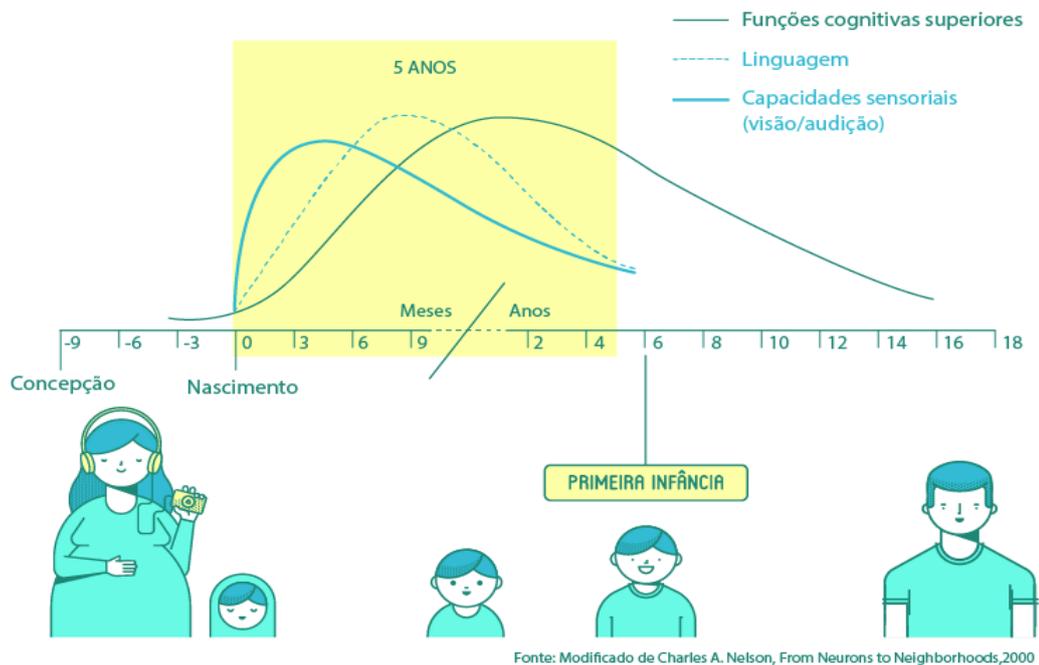
<sup>13</sup> <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>

<sup>14</sup> idem

cérebro sozinho não poderia exercer sua função de maneira isolada, principalmente quando se trata das experiências subjetivas.

A próxima imagem ilustra a curva de sinapses durante a infância, e podemos perceber como as capacidades sensoriais são aguçadas nesse período e quão importante é incentivar para que as crianças tenham experiências e vivências positivas no espaço em que habitam nessa fase da vida.

Figura 4 - Gráfico de funções sensoriais e cognitivas



Fonte: Modificado de Charles A. Nelson, From Neurons to Neighborhoods, 2000

Fonte: Primeira infância em Pauta<sup>15</sup>

O gráfico leva em consideração a linguagem, as funções cognitivas e as capacidades sensoriais. Estas últimas estão diretamente relacionadas ao contexto espacial ao qual a criança está inserida, o que nos leva a entender que o ambiente que a criança vivencia durante a sua infância tem grande relação e contribuição para a sua experiência de vida. A cognição é inerente ao corpo, como uma interpretação que emerge da relação de entendimento entre o eu e o mundo. De acordo com Hall (2005) certos aspectos sensitivos podem ter o seu desenvolvimento inibido ou estimulado pelo meio ambiente, levando a entender que um ambiente estimulante contribui com o desenvolvimento da criança. Quanto mais adequado for esse

<sup>15</sup> <https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>

desenvolvimento, maior será o número de informações sensitivas que a criança receberá e melhor será sua formação (OLIVEIRA, 2004).

A criança está se desenvolvendo e seu corpo está ao mesmo tempo, se formando, experimentando os objetos e testando suas diversas ações. De acordo com Tuan (1983), a criança, a partir dos estímulos sensoriais, é capaz de se orientar em seu ambiente. Segundo o autor, o paladar, o olfato e a audição não podem, individualmente, torná-la ciente do espaço e dos objetos que nele se encontram, mas combinados com as faculdades “espacializantes” da visão e do tato, que se reforçam mutuamente, permitem enriquecer o conhecimento do caráter espacial e geométrico do mundo, ou seja, nenhum órgão sozinho dá conta do conjunto de operações sensitivas oportunizadas pelo esquema corporal como um todo. Para Merleau-Ponty (1994) a percepção também se refere ao campo da subjetividade e das relações sociais, mas principalmente do movimento e reforça a teoria da percepção fundada nessa experiência corporal do sujeito.

Segundo Oliveira, o ser humano reage aos estímulos sensitivos no espaço em que se encontra, mas a criança experiencia e reage de forma diferente da do adulto, necessitando de espaço para conhecer o mundo, a natureza, exercitar seus movimentos, trabalhar seus sentidos, sentimentos e o tempo (OLIVEIRA,2004). A autora defende que o bom relacionamento com o ambiente é o primeiro passo para o desenvolvimento da consciência do espaço corporal da criança.

*A partir da experiência, da ação e da conscientização do conhecimento adquirido pela criança, do corpo no espaço, de uma verdadeira autonomia motora e das experiências vividas com o conjunto dos hábitos motores, ela conseguirá agir com liberdade e equilíbrio no espaço físico que conhece, e terá maior facilidade para lidar com situações novas. (OLIVEIRA, 2004)*

Nesse sentido, a contribuição dos estudos de Piaget sobre o desenvolvimento das crianças no âmbito espacial também é valiosa para esta pesquisa. Apesar de considerar as experiências de maneira mais individualizada, Piaget (2005) reconhece, dentre outros fatores essenciais para o desenvolvimento da criança, a importância do ambiente onde essa experiência acontece - o lugar de vivência -, pois é nele que acontecem as oportunidades de interação entre sujeito, objeto e mundo. Para Piaget

(1964) o início da vida humana é marcado por um estado de completa indiferenciação entre o eu e o mundo exterior. A diferenciação entre o eu e o mundo exterior ocorre pouco a pouco. A constituição progressiva de um eu enquanto atividade subjetiva tem como contrapartida a objetivação de um mundo externo. Ele entende que a evolução das categorias do real, das noções de objeto, de espaço, de causalidade e de tempo é explicada por uma atividade intelectual que progride em interioridade e em um processo de relacionamento entre um universo cada vez mais exterior ao eu e em contato com o mundo (PIAGET,2005). Segundo o autor:

*A inteligência não começa, pois, nem pelo conhecimento do eu nem pelo das coisas, enquanto tais, mais pelo conhecimento da sua interação: e é ao orientar-se simultaneamente para os dois pólos dessa interação que ela organiza o mundo, organizando-se a si mesma.*  
(PIAGET, 2002).

Friedman (2002), assim como Piaget, entende que é por meio das atividades sensório-motoras que a criança vai aprendendo, a partir do desenvolvimento de suas habilidades corporais, cognitivas, sociais e emocionais que, por sua vez, vão constituindo a ponte entre as ações puramente físicas e concretas para as ações mais abstratas, em que os aspectos afetivos, sociais e cognitivos da conduta são, de fato, indissociáveis (PIAGET,2002).

Vygotsky (1989) chega complementando Piaget quando leva sua teoria ao encontro do desenvolvimento social mais amplo, o que o torna relevante quando se pensa em estudar o espaço público, visto que é um ambiente de interação da sociedade. O autor parte da concepção de que todo organismo é ativo e estabelece contínua interação entre as condições sociais, que são mutáveis. Ele compreende o desenvolvimento da infância como processos de transformações, que se dão a partir da apropriação tanto do lugar como da história e dos bens culturais disponíveis. Ou seja, o desenvolvimento da criança é representado pelas mudanças qualitativas no espaço que frequenta, que por sua vez estabelecem novas formas de relação com o meio e ampliam suas potencialidades na relação com esse meio. Para o autor, na época do nascimento, o organismo biológico está estruturalmente formado, entretanto, ele ainda não está humanizado. O desenvolvimento da criança consiste na união de duas linhas paralelas: a do desenvolvimento biológico e a do

desenvolvimento histórico-cultural. Portanto, para Vygotsky, o desenvolvimento no homem parte de um aparato biológico, encontrando nas relações sociais e espaciais os fatores humanizadores, sendo o homem um sujeito social que ganha suas características na mediação com o mundo através de instrumentos e signos. Assim, a falta de acesso aos espaços, no caso desta pesquisa, o espaço urbano, e a não utilização deles pelas crianças tornam-se não apenas um problema social e espacial, mas também uma questão de desenvolvimento do ser.

Para Vygotsky a realidade social é a verdadeira fonte de desenvolvimento, onde esses processos qualitativos são incorporados à personalidade da criança, servindo de base para novas aquisições do desenvolvimento (Vygotski, 2000). Quando conectamos essa realidade social à experiência de vivências no espaço público estamos relacionando a processos de identificação e relações de identidade do ser humano no contato com seu ambiente coletivo, onde se consegue a interação social entre quem o frequenta. Além disso, na cidade em que habitamos será produzido todo nosso referencial de cultura e ideal de mundo, sendo os órgãos sensoriais, aliados às experiências, que permitem os seres humanos terem sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais. Podemos entender que é experimentando o espaço que a criança vai desenvolvendo o seu corpo e sua mente.

Henri Wallon(2009), agrega a esta percepção de espaço o conjunto de sensibilidades em que se sustenta a atividade da criança, que já constitui um sistema sinérgico que garante sua unidade orgânica. O progresso desse sistema implica o estabelecimento de relações cada vez mais precisas com as excitações advindas do mundo exterior. Isso significa que, de acordo com Wallon, a condição indispensável para o desenvolvimento do eu corporal não é apenas a intuição coordenada dos órgãos e da sua atividade, mas a ligação imediata, entre a atividade voltada para o mundo e aquela relacionada às necessidades e atitudes do corpo por meio de relações afetivas. Nesse caso, a experiência do corpo configura uma relação sensível com o mundo. Para o autor, a percepção da criança se dá através da afetividade, do envolvimento, da interação da criança com o meio físico de forma espontânea. Entende-se, assim, que Piaget, Vygotsky e Wallon possuem a mesma ideia de que o sujeito, para se constituir pessoalmente, precisa interagir com o mundo e, nessa interação, ambos acabam por se constituir mutuamente. O que também é reforçado

por Tuan, quando se dedica a estudar o espaço e o lugar na perspectiva da criança, e por Merleau-Ponty, ao considerar nossos corpos como uma estrutura viva e experiencial, em que o interno e o externo, o biológico e o fenomenológico se comunicam.

Tuan explica que o conhecimento espacial aumenta a habilidade nesse espaço. De acordo com o autor, espaço e lugar são termos que indicam experiências comuns. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro (TUAN, 1983). Esse espaço a partir do qual podemos observar e perceber através dos sentidos é apreendido pela criança desde o seu nascimento, e é necessário que ela sinta que tem o seu lugar no mundo, um espaço que é seu. Lima (1989) diz que o espaço é o elemento material através do qual a criança experimenta o calor, o frio, a cor, o som, onde a criança está sempre em atividade, explorando e experimentando o meio ambiente para descobrir a novidade. O espaço é fornecedor de estímulos para a criança, são a base para que ela possa criar imagens, ativar a curiosidade, combinar ideias e alimentar suas potencialidades (OLIVEIRA,2004). Tudo são oportunidades que o estímulo ambiental, o espaço e o tempo lhe oferecem.

Ou seja, nesse sentido, os lugares se tornam íntimos quando conseguimos encontrar sentimentos que transmitem acolhimento e onde as necessidades conseguem ser resolvidas, e a afeição por um lugar é resultado desses sentimentos que conseguimos estabelecer com ele. De acordo com Merleau-Ponty (1999) esta sensação é um fenômeno qualitativo que não pode ser reduzido e sim, interpretado pela proposta fenomenológica de compreensão das relações entre sujeito e espaço, do corpo vivido e da experiência perceptiva em um processo de apropriação do espaço intrínseco à natureza humana. A sensibilidade voltada às excitações de origem externa, coincide com as reações da criança em relação a seu próprio corpo e segundo Araújo (2016) a experiência da criança com o espaço pode ser considerada como fator fundamental para a sua constituição como sujeito.

Wallon (2007) também explica que a criança em desenvolvimento necessita, além de um ambiente afetivo, de movimento, de ação, de som, e do exercício de todos os seus aparelhos sensoriais e motores. Nesta esfera, podemos observar o entrelaçamento entre as ideias de vivências, socialização e lugar e sensibilidade no processo de ocupação dos espaços urbanos pela criança, como um enriquecimento para sua infância e conseqüentemente para a sociedade. Oliveira (2004) afirma que a cultura da sociedade é aprendida pela criança no espaço e no tempo, por

observação e imitação, brincando, trocando experiências, criando vínculos com outras crianças e com adultos de diversas classes sociais, crenças, raças, culturas e etnias, eliminando a barreira segregacional, desenvolvendo a solidariedade e promovendo a socialização a partir do conhecimento dos espaços nos quais está inserida. Assim, a experiência da criança em seu espaço opera na constituição da subjetividade humana, especialmente nas identificações e relações sociais.

A autora ainda expõe que o espaço da criança se torna mais bem articulado à medida que ela reconhece e atinge mais objetos e lugares permanentes. Corsaro (2011) também expõe que as crianças produzem saberes, conhecimento e cultura a partir das experiências do seu cotidiano, e inclui a importância das interações intergeracionais. Elas participam e contribuem para o mundo social a partir de uma reprodução interpretativa que fazem da cultura adulta, na relação que estabelecem com o mundo adulto, ao mesmo tempo em que criam, reproduzem e transformam o seu mundo com seus pares.

Entretanto, sabe-se que a criança de hoje está imersa em um mundo muito diferente daquele de décadas atrás. A nível de experiência espacial, ela vive uma infância mais voltada para o ambiente doméstico, para a escola e ao mesmo tempo muito permeada pelos mais diversos meios de informação e de tecnologia. Nesse sentido, possui conhecimentos e experiências que não são restritos apenas ao espaço físico, como foi durante muito tempo na história. Apesar do espaço físico das cidades terem passado por mudanças consideráveis durante todo o tempo, sua importância permanece latente, pois as pessoas se desenvolvem através da delimitação desses espaços, o que contemporaneamente se manifesta de forma cada vez mais especializada e fora de um contexto social de comunidade. Isso revela que a maioria das cidades não têm sido planejada para atender a categoria social infância e torna a criança invisível no contexto social por onde transitam propostas de políticas públicas, sobretudo no que diz respeito às políticas urbanas.

Em outras palavras, é necessário perceber a criança como um ser constituído de corpo, de emoções e sentimentos, de ideias e conhecimento, de vínculos e relações interpessoais, da história de uma família, uma comunidade e um povo. Cada um desses aspectos remete a um vasto campo de experiências, todas elas acontecendo em um determinado ambiente, lugar, espaço. De acordo com Tuan(1983) a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria

vivência, significa atuar sobre o dado e criar a partir dele; experienciar é aprender. A relação da pessoa com o espaço, como afirma o autor, tende a seguir o processo do mais intimista para o grupo social mais amplo. No homem adulto são extremamente complexos os sentimentos e ideias relacionados com espaço e lugar. Originam-se das experiências singulares e comuns. No entanto, cada pessoa começa como uma criança.

*Com o tempo, do confuso e pequeno mundo infantil, surge a visão do mundo do adulto, subliminarmente também confusa, mas sustentada pelas estruturas das experiências e do conhecimento conceitual. (TUAN, 1983)*

Então, se considerarmos os primeiros anos como o tempo de constituição do ser, é preciso enxergar a criança de modo integral, em seus aspectos físico, emocional, cognitivo, social e cultural. Com esse entendimento, para prosseguir com as reflexões sobre a infância, é preciso perceber que a demanda de uma criança não é específica apenas a nível de cuidado, alimentação e proteção. O indivíduo deve ser nutrido não apenas com o alimento propriamente dito, mas também com estímulos do lugar, dentre eles o espaço e a cidade que o receberá. As relações iniciais com os ambientes e o espaço são tão determinantes quanto às relações com os primeiros cuidadores nesse processo de formação da criança e, por isso, devem ser relações de qualidade, baseadas tanto em atenção às necessidades do corpo e do organismo, quanto em vínculos afetivos consistentes e seguros, bem como a oferta de boas experiências para apresentar-lhe o mundo<sup>16</sup>. Isso significa que suprir as necessidades de uma criança supõe além dos cuidados básicos, a possibilidade de pertencer à comunidade e ao seu espaço, gozando do sentimento de proteção, e não de abandono. Os espaços também proporcionam essas duas sensações, e é impossível isolar algum aspecto neste processo de desenvolvimento do indivíduo. Sabemos que onde quer que esteja, a criança estará presente em algum espaço e recebendo estímulos de acordo com o que vivencia em cada lugar e por isso, deve ser considerada também no âmbito do desenvolvimento urbano.

---

<sup>16</sup> <https://www.unoeducacao.com/2019/03/14/primeira-infancia-a-etapa-mais-importante-na-vida-da-crianca/>

## 5 O *GENIUS LOCI* COMO UM CONCEITO PARA O ESPAÇO EXISTENCIAL DA INFÂNCIA URBANA.

O capítulo anterior explorou as reflexões sobre o lugar da criança na sociedade contemporânea de maneira que foi possível enxergar a invisibilidade da infância como usuária de sua cidade. Observamos que hoje os seus espaços e caminhos são limitados pela lógica social das grandes cidades, onde no Brasil podemos incluir o Recife. Após a imersão reflexiva e multidisciplinar sobre a infância - a fim de contextualizar a criança, entender o processo histórico do conceito e da percepção que temos sobre a infância, e discutir sobre o lugar social que a criança tem ocupado na sociedade - este terceiro capítulo adentra na teoria filosófica sobre espaço e percepção, que será a base conceitual para a análise crítica do PMPI. Segundo Lefebvre (2001), as ligações entre o pensamento filosófico e a vida urbana são motivos de reflexão, pois possuem uma relação ambígua. O autor diz que a reflexão existencial se baseia na consciência individual e nas provações da subjetividade, e que se pode conceber perfeitamente uma descrição fenomenológica da vida urbana.

Na teoria da arquitetura, a fenomenologia é entendida como um movimento que investiga o espaço enquanto experiência humana, o espaço existencial, tema que foi bastante difundido por Christian Norberg Schulz (2006) quando relaciona a questão do habitar. O urbano, o cotidiano e o espaço aparecem nesse movimento, como conteúdo da problemática na qual se debruça em pensar a realidade urbana. De acordo com Lefebvre (2001), aproximar filosofia e cidade não se trata de uma visão filosófica sobre a prática, mas localiza-se na prática como parte do movimento do real, e ganha sentido como possibilidade de projeto utópico, trazendo como exigência teórica a compreensão do papel da produção do espaço como determinante no desenvolvimento urbano.

Com isso, e na intenção de trazer a infância à problemática urbana, somando-a ao cotidiano e ao espaço, que dialogam ou repulsam o corpo, o grande desafio desta pesquisa, e principalmente deste capítulo, foi colocar a teoria de um renomado pensador - Cristian Norberg-Schulz - com toda sua consistência, nesse universo que relaciona a problemática do espaço público e sua possibilidade de apropriação pela criança. E além disso, utilizar um conceito de raízes existenciais em um plano teórico e documental. Ou seja, estudar um conceito, o *Genius Loci*, com vistas a abraçar a

infância na sua relação de habitar a cidade, e a partir dele, fazer uma análise crítica e reflexiva dos planos de políticas públicas que prometem atender a infância em sua relação com a cidade do Recife, ciente de que a crítica consiste na possibilidade de transformação do existente movendo-se em direção ao futuro (LEFEBVRE, 2001).

No caso, a intenção é conduzir a abordagem fenomenológica ao encontro do desenvolvimento de projetos de arquitetura e do urbanismo, buscando trazer para a materialidade a dimensão existencial humana da infância, em uma relação recíproca, onde a experiência sensitiva dá significado à materialidade construída. Para Norberg-Schulz, o interesse do homem pelo espaço tem raízes existenciais devido à sua necessidade em dar significado às relações afetivas com o entorno.

Para somar ao conceito *Genius Loci* uma interpretação voltada à infância, com a intenção de refletir sobre o sentido de habitar da criança vivente no mundo urbano, foi necessário estudar o sentimento de pertencimento como possibilidade existencial desde o nascimento do indivíduo. Ao trazer a criança para essa reflexão de habitar, procurei buscar fundamentos em autores que estudam a infância por outras disciplinas além da arquitetura e urbanismo, mas que se configuram componentes importantes e complementares, principalmente relacionados às peculiaridades da criança, levando em consideração a complexidade que existe nesta temática, onde foram somados estudos sobre corporeidade, percepção e pertencimento revelados por teóricos que já se debruçam sobre o estudo da infância.

Então foi feito um percurso teórico investigativo sobre apropriação do espaço através da percepção e das experiências vividas no que tange a dimensão corpóreas e existencial da infância contemporânea, para chegar ao sentimento de pertencimento ao lugar. Em seguida, foi construído um caminho paralelo ao conceito *Genius Loci* criado por Norberg-Schulz, em que os atributos da percepção da infância foram incluídos numa interpretação do conceito, possibilitando a análise do PMPI da cidade do Recife, podendo contribuir no sentido de habitar da infância, bem como possibilitando uma referência para propostas futuras. Para contribuir neste sentido, a pesquisa trouxe o pensamento fenomenológico sobre a natureza da espacialidade das crianças, a partir de teorias que aproximem a pesquisa a uma interpretação das relações simbólicas da infância com seu espaço existencial no ambiente urbano.

Sobre *Genius Loci*, os romanos definiram como uma entidade, um espírito cuja função é proteger os lugares. Eles consideravam o *Genius Loci* como uma entidade

natural e sobrenatural ligada a um lugar, que na religião era um objeto de adoração. Havia a crença que cada ser tem o seu *genius*, o seu espírito guardião, o qual “dá vida a povos e lugares, acompanha-os desde o nascimento até a morte e determina seu caráter ou essência” (NORBERG-SCHULZ, 1979). Para Norberg-Schulz (1979), ao longo da história, a realidade do *Genius Loci* manteve-se viva, mesmo não sendo mencionado diretamente, espalhando a sua influência tanto no campo da arte como na vida cotidiana. O autor então introduz o termo “*Genius Loci*”, o espírito do lugar, dos antigos romanos para um universo reflexivo sobre o habitar, interpretando-o como a realidade concreta que se deve assumir na vida diária nos lugares em que se habita, e que aqui nessa pesquisa, será constituído levando em consideração a realidade concreta do habitar na infância, admitindo como realidade concreta aquilo que pode ser percebido através dos sentidos e que se apresenta nos espaços cotidianos.

Norberg-Schulz (1979) acredita que a verdadeira liberdade existencial pressupõe pertencimento, e que habitar significa pertencer a um lugar concreto, onde o lugar e o espaço, comunicam-se com nossa percepção emocional e intuitiva, que faz sentirmos sua essência. Ou seja, nossos corpos recebem constantemente informação dos espaços, e as qualidades desses espaços influenciam diretamente na nossa relação existencial com o lugar que habitamos. A cada momento, a nossa experiência da realidade é moldada pela qualidade do local, ou seja, o *Genius Loci* está presente. É preciso entendê-lo nessa intenção de apropriação do caráter simbólico de um espaço físico, onde o conjunto das características desse espaço, entendido como resultado da sinergia de múltiplos componentes, nos faz desenvolver o sentido de habitar.

Entretanto, o conceito *Genius Loci* costuma ser utilizado em pesquisas empíricas, na análise das relações entre os sujeitos e seus lugares como objeto de estudo. Nesta pesquisa temos como sujeito a criança, mas não como um ser que foi estudado por observações, e sim, por representações conceituais sobre a infância; e como objeto de estudo, temos uma proposta urbana, o PMPI da cidade do Recife, que teve seus critérios analisados à luz deste conceito filosófico. O *Genius Loci* é de suma importância quando se pensa nas relações do ser com o seu espaço existencial, mas ainda não traz a infância como componente relevante neste aspecto.

Analisar um documento a partir de uma teoria filosófica requer uma abstração que se tornou ferramenta necessária para a produção desse texto, e que foi

fundamental para estudar as propostas de políticas públicas como um objeto de reflexão, afastado de fatores relacionados à observação da realidade. Isso pode ajudar a compreender a importância de se pensar em promover vivências urbanas na infância, e orientar o comportamento social diante das políticas públicas voltadas às crianças, diminuindo a desconexão da criança com as experiências no mundo, influenciando na relação subjetiva com os ambientes que habitamos e conseqüentemente na qualidade de vida dos indivíduos, onde a conquista do espaço existencial é fundamental durante a infância, e desde as primeiras relações com o lugar, como será abordado neste capítulo.

### 5.1 Ser criança na cidade: uma conquista das dimensões corpóreas e existenciais da infância contemporânea.

*Viver não é respirar, é agir; é fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmos que nos dão o sentimento de nossa existência.*

(Rousseau, 2005)

Os estudos de Norberg Schulz exploram pouco o universo da infância. Heidegger (2012) também não se envolve com a perspectiva infantil, mas afirma que a criança, como um indivíduo, também é um *dasein*, ou seja, um ser-no-mundo, que existe em seu cotidiano, que é o seu ser. Embora o próprio sentido de *daisen* traga o ser como possibilidade para o sentido de existir, o autor não explora sobre as potencialidades e possibilidades da criança enquanto ser no mundo, o que o torna uma referência ainda insuficiente para se pensar a infância. Mas ainda assim o *ser-no-mundo* é um conceito mais substancial do que aquele que tem se pensado para a criança apenas como uma projeção para o futuro, pois possibilita a criança de usufruir seu lugar no mundo, e não apenas a destina a ser algo já determinado e estabelecido, que cumpre o que é esperado e descrito como próprio dentro do ciclo e das fases do desenvolvimento.

Norberg-Schulz também não traz a infância para o debate do habitar. As suas concepções sobre a teoria do lugar foram desenvolvidas a partir dessa dimensão

existencial do *daisen*, onde o lugar é, na concepção do autor, a manifestação concreta do habitar humano, e sua identidade depende do seu pertencimento aos lugares. Nas argumentações do autor, quando o homem habita, simultaneamente é localizado no espaço e exposto a um certo caráter ambiental e os lugares são onde os acontecimentos mais importantes da nossa existência acontecem. Mas Lima (1989) reforça o pensamento de Norberg-Schulz quando expõe que nada existe nem se articula fora de um espaço, justamente porque ninguém escapa à inevitabilidade de viver e de se relacionar com pessoas e objetos num lugar carregado de significados.

A dimensão existencial, portanto, carrega consigo a necessidade e o desejo de simultaneidade de homem e mundo, e trazer a criança para essa discussão abre o caminho para soluções que podem concretizar o sentido de habitar desde a infância. Kohan (2008), em suas investigações filosóficas sobre a infância, traz a compreensão da criança como um ser aberto ao atravessamento de experiências. O autor entende que todos nós somos capazes de apreender e significar o mundo por processos que vão exigir vivências e experimentações. A diferença é que na infância, como exposto no capítulo anterior, o cérebro compreende mais rápido as atividades sensoriais do corpo, assimilando e absorvendo informações que vão nutrir o entendimento de mundo e as experiências através dos sentidos.

Cada ser humano tem o seu próprio sentimento íntimo relacionado a energia específica de um lugar, que é o *Genius Loci*, onde se adentra em uma perspectiva do habitar enquanto experiência existencial. Para atrelar o *Genius Loci* ao sentido de habitar da infância, precisamos abordar o conceito do seu corpo, que é quem recebe as primeiras sensações do lugar, que vão ser interpretadas pelo aparato sensitivo e transformadas nas percepções do espaço. Isso significa ver e sentir as qualidades físicas num ambiente através da corporeidade, tornando-se o protagonista dessa experiência de apropriação do espaço, o que proporciona o sentimento de pertencimento ao lugar, sabendo que a percepção, realizada pela mente e pelos sentidos, de acordo com Merleau-Ponty (1999), é o ato pelo qual a consciência apreende um estímulo, utilizando as sensações e o corpo como instrumento, para significar os lugares que se frequenta. O autor vai se referir a uma consciência perceptiva, como reflexo de um comportamento de ser no mundo. Para ele, a consciência é entendida pela compreensão de que ser é estar no mundo por intermédio de um corpo.

Refletir sobre a corporeidade da criança é refletir também sobre a sua presença no mundo, que para esta pesquisa que envolve a infância urbana, se configura como sendo a cidade. Ao nos referirmos sobre o ser-no-mundo na dimensão urbana, somos levados a pensar em ser-na-cidade. Sendo a infância o objeto de estudo desta pesquisa, nos deparamos então com a reflexão sobre ser criança na cidade, e com isso, chegamos na intenção de interpretar o *Genius Loci* partindo da essência do ser enquanto criança. Reconhecer a multiplicidade das maneiras de ser criança na cidade e seus significados nos leva a um modo de olhar a criança na sua dinamicidade, valorizando suas atitudes corpóreas diante das experiências, mas sem condicioná-la a uma única concepção de verdade sobre essa experiência do mundo.

As vivências corporais estão presentes nas expressões individuais, onde cada sujeito é entendido por sua particularidade, seja nas vivências das brincadeiras, dos deslocamentos cotidianos ou pela troca de conhecimentos e experiências. Nessa perspectiva, podemos trazer a visão merleau-pontyana de corpo vivente. Merleau-Ponty (1998) tratou a questão da “percepção do corpo próprio”, onde através do corpo podemos compreender o outro e perceber as coisas, nutrindo interesse por investigar tanto a experiência que temos do nosso corpo quanto o corpo como sujeito da percepção. O autor defende não apenas a importância da materialidade corporal, mas argumenta sobre a indivisibilidade do ser que se manifesta nas multiplicidades dos sentidos, o que implica em afirmar que o corpo infantil também precisa ser inserido nesse contexto reflexivo do habitar em sua complexidade, visando dotar as crianças de possibilidades de experimentar as situações do espaço público com seu corpo como um todo. Por isso foi necessário trazer para essa dissertação uma investigação também sobre a corporeidade, visto que a relação de lugar está conectada à atitude corpórea da criança.

Essa compreensão de corpo de Merleau-Ponty modifica a noção de percepção proposta pelo pensamento cartesiano, que propunha a cisão entre corpo e mente, cuja descrição da percepção ocorre através da causalidade estímulo-resposta. Mas a corporeidade não está voltada apenas para as questões biológicas. Ela surge justamente em contraposição ao pensamento que defende a dualidade corpo e mente, adotado por Descartes, que assemelhava o corpo a uma máquina dividida em partes, entendida em termos de organização e funcionamento de suas peças. O entendimento de percepção de Ponty, difere desse dualismo cartesiano, e entende

que corpo e mente não estão separados, mas, antes disso formam um sistema complexo e indissolúvel.

Segundo Nóbrega (2008), na concepção fenomenológica da percepção a apreensão do sentido ou dos sentidos se faz com o corpo todo, tratando-se de uma expressão criadora, a partir dos diferentes olhares sobre o mundo. A cor, antes de ser vista, anuncia-se então pela experiência de certa atitude de corpo que só convém a ela e com determinada precisão (Merleau-Ponty, 1999). Nesse sentido, temos uma nova compreensão do corpo humano, pois à medida que vivemos a corporeidade ou nos sentimos corpo, tomamos o significado da nossa existência de maneira mais completa.

Essa reflexão contribui também com a compreensão do olhar sobre o nosso ser, e como isso orienta nossa atuação diante da infância na sociedade, e ainda, em como a concepção de corporeidade influencia nas relações e interações infantis que são estabelecidas no processo de habitar. É nesse sentido, que o entendimento de corpo corresponde a considerar a totalidade do ser humano, no qual todas as dimensões – física, intelectual, psicológica, ética, afetiva, moral, social e cultural – se complementam em um único ser, e atuam com o mundo desde o nosso primeiro contato com ele. Essa complexidade precisa ser considerada com o intuito de superar o dualismo cartesiano que não só separa a razão da emoção, mas também estigmatiza a relação de superioridade da mente em detrimento do corpo. De acordo com Damásio (2012) não há mente sem corpo. Para o autor, cada experiência da vida, é acompanhada por algum grau de emoção, por menor que este seja. Damásio enfatiza os impactos às funções de todos os órgãos humanos decorrentes dos pensamentos e das emoções vivenciados pelo indivíduo.

Se o corpo e a mente formam a integralidade do ser, podemos entender que o desenvolvimento da criança ocorre o tempo todo a partir do próprio corpo, através das experiências informais que são vividas, num percurso na calçada ou numa praça. A casa, os caminhos, as cidades, são, para a criança, espaços que transcendem as suas dimensões físicas e se transformam nos entes e locais de alegria, de medo, de segurança, de curiosidade, de descoberta (LIMA, 1989). Sendo assim, o ato cotidiano de caminhar na calçada, pode se converter num ato profundo se é experimentado pela consciência sensível infantil. Ou seja, vivenciar os ambientes cotidianos da cidade se torna uma movimentação importante para que o corpo da criança experiencie as

sensações que vão constituir seu sentimento de pertencimento ao lugar, refletindo sobre o ser criança na cidade. Além disso, as crianças nos convidam a experimentar outro ritmo, a parar, a questionar, a ir devagar e contemplar o entorno, mas de acordo com Kohan (2008), na realidade contemporânea do tempo da técnica, a experiência corporal vem sendo suprimida da nossa existência.

Santos e Vogel (1985), a partir de experiências realizadas no Rio de Janeiro, na década de 80, apontam a rua como uma extensão da casa em diversas áreas, observadas e vivenciadas por meio de atividades cotidianas, como as brincadeiras infantis, encontros de vizinhos, e festas. Observa-se, portanto, que num passado recente, a infância tinha outra relação com a cidade, uma apropriação que já não vimos na atualidade. Este estudo de Santos e Vogel (1985) contém aspectos que também foram abordados nessa pesquisa, quanto à flexibilidade do uso dos espaços públicos, principalmente das ruas e calçadas, que podem sempre ser objeto de apropriações diferenciadas, mesmo que formalmente constituídos para finalidade específica. Como dizem os autores:

*A rua pode ser invocada como lugar de passagem, como caminho que leva ao trabalho, ao lazer, ao culto, mas ela mesma dá lugar a todas essas atividades. Uma rua está, em geral, associada ao que se chama de passeio, quer dizer às calçadas. Estas acompanham o correr de casas e o traçado da via, definindo fisicamente um espaço intermediário que é o espaço das pessoas na rua. (SANTOS E VOGUEL, 1985)*

Porém, o lugar no mundo da criança tende a ser restrito na atualidade, principalmente quando pensamos em espaço público cotidiano, como as calçadas, que tem se tornado cada vez mais distantes da usabilidade infantil, pois são espaços que não dialogam com a criança, condicionando a liberdade de movimento, reprimindo a corporeidade e limitando a percepção de mundo. A imagem abaixo nos leva a refletir como a criança é vítima de uma urbanização que não se preocupa em atender as suas necessidades, tanto no processo de sua corporeidade como na relação subjetiva de pertencimento.

Figura 5 - Criança na calçada



Fonte: Diário de Pernambuco<sup>17</sup>

Nóbrega (2008) entende que a corporeidade adquire seu sentido pleno quando a unidade vivida na infância não é subestimada, quando se percebe que essa unidade vivida também caracteriza a percepção adulta. Merleau-Ponty insiste no fato de que a consciência experimenta a todo o instante sua inerência ao organismo, não enquanto conjunto de aparelhos materiais, mas como processo vivido. Por isso, de acordo com Nóbrega (2008), é importante reconhecer o corpo da criança como um mecanismo de apropriação do espaço através da percepção, bem como dos elementos que o configuram. Através do corpo as crianças são capazes de criar ou captar significados, simbolizando e interagindo com os mesmos, incorporando-os à sua própria identidade. Nesse campo de interfaces, a percepção é um dos principais processos a ser considerado no contexto da apropriação, pois é através dela que os objetos e os espaços se tornam relevantes para a experiência humana no sentido do pertencimento. Para Merleau-Ponty (1999), a percepção identifica-se com os movimentos do corpo e redimensiona a compreensão de sujeito no processo de habitar

---

<sup>17</sup> <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/02/mobilidade-infantil-carros-nao-sao-unica-opcao-de-deslocamento-para-c.html>. Acessado em 10/02/2022

Trazendo o estudo da percepção diretamente relacionada a criança, Vygotsky (2007), apesar de ter estudado a relação da percepção com um entendimento de consciência diferente ao entendimento filosófico de Merleau-Ponty, entende que há em todo indivíduo um aparelho perceptivo fisiologicamente constituído, tendo em vista o aparato biológico da espécie humana. De acordo com o autor, para um recém-nascido, os limites e as possibilidades de percepção do mundo ao seu redor são definidos principalmente pelo corpo. Entretanto, o sistema sensorial do corpo de um recém-nascido, que liga o bebê ao mundo exterior, ainda possui limitações. E é por meio das interações sociais e espaciais que as funções inatas são modificadas e o sistema sensorial se desenvolve de forma mais específica e completa. Assim, ao longo do processo de desenvolvimento, a percepção se torna cada vez mais elaborada, onde as relações sociais e espaciais assumem uma função de importância.

De acordo com Vygotsky, é nos primeiros anos de vida que surge a estrutura sistêmica da consciência, enquanto rede complexa de funções interligadas, permeadas por sentidos e significados sociais. Surge, pela primeira vez, um sistema complexo, cujo ponto central é a percepção, que promove as sensações que manifestam a apropriação do espaço existencial pela criança. Assim como Merleau-Ponty, Vygotsky também traz em seus estudos uma compreensão oposta à relação estática estímulo-resposta, e acredita que as representações, sentimentos e percepções se unificam nas vivências e nas atividades das crianças sobre o mundo (Toassa, 2009). O espaço em que se vive, ou o espaço que a memória preserva, funde em si tanto o calor do ambiente e a cor das paredes quanto a alegria e a segurança que nele se sente (LIMA, 1989). Diante disso, é relevante o sentido de pertencimento da criança ao espaço que a circunda, pois passa a cumprir um importante papel na formação de sua identidade (ARAÚJO, 2016).

## 5.2 O *Genius Loci* para a criança: uma contribuição à relação de pertencimento ao lugar pela lente da infância.

Norberg-Schulz (1975) entende que é importante dotar a vida humana de significado existencial. Para o autor, o lugar determina algo conhecido e concreto, sendo um espaço do qual nos apropriamos através das vivências, onde cada um se

identifica e relaciona com o mundo, que está rodeado de caráter e de símbolos, ao qual ele chama de lugar existencial. Na teoria da arquitetura e urbanismo, o conjunto de componentes que caracterizam um lugar existencial, numa interação dos elementos tangíveis e intangíveis, isto é, os elementos físicos e afetivos que dão sentido e emoção ao lugar, é entendido como *Genius Loci*, ou espírito do lugar. Visto como um conceito relacional, o espírito do lugar assume ao longo do tempo um caráter plural e dinâmico capaz de possuir múltiplos sentidos e peculiaridades de mudança, pois pode pertencer a grupos diversos<sup>18</sup>, cada qual com sua experiência de ser no mundo. De acordo com Lima (1989), compreender quais espaços são oferecidos às crianças e, por sua vez, como as crianças percebem, captam e se apropriam desses espaços é, para nós, uma necessidade cada vez mais intensa. Segundo a autora, não há espaço vazio, nem de matéria nem de significado; nem há espaço imutável. Nada é mais dinâmico do que o espaço por que ele vai sendo construído e destruído, permanentemente, seja pelo homem, seja pelas forças da natureza (LIMA, 1989). Nos cabe indagar como essas mudanças interferem e contribuem na relação existencial da criança com seu lugar no mundo. Norberg-Schulz explicita:

*Os conteúdos existenciais possuem raízes mais profundas, e a mudança das condições exige somente interpretações sempre novas (...) Quando nos damos conta disso, precisamos começar a melhorar o mundo, cuidando do nosso lugar, ao invés de fazer projetos abstratos e conceber edifícios anônimos. (NORBERG-SCHULZ, 1979)*

O autor entende a espacialidade como componente da existência, onde tudo é complementar à sensibilidade, ou seja, existe uma interligação íntima entre o nosso ser e o nosso ambiente, na qual a maneira de se apropriar do espaço está intimamente relacionada às emoções e aos sentimentos que este espaço desperta. A corrente filosófica existencialista entende que o modo de estar em contato com a experiência concreta e vivida nessa espacialidade é através da corporeidade. E que, para a criança, a vivência do lugar e o reconhecimento diário dos diferentes espaços que o

---

<sup>18</sup> [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)

compõe, é que desenvolve o sentimento de pertencimento, possibilitando essa experiência da realidade concreta.

Quando Tuan (1983) dedica um capítulo a estudar criança, espaço, e lugar, ele também estuda a percepção de espaço a partir da infância. O autor foca na relação da criança com as categorias perceptivas e oferece alguns entendimentos e reflexões de como crianças reagem e percebem o ambiente ao redor. De acordo com o autor:

*O mundo visual da criança é especialmente difícil de descrever por que somos tentados a atribuir-lhe as categorias bem conhecidas do mundo visual do adulto. A maior parte das vezes nos escapa como os sentidos do olfato, paladar e tato estruturam o meio ambiente; até mesmo as pessoas cultas não têm um vocabulário diversificado para descrever os mundos olfativo e tátil. (TUAN, 1983)*

Complementando este pensamento de Tuan, que destaca a complexidade do mundo perceptivo da criança, e de acordo com Oliveira (2004), à medida em que vamos crescendo, geralmente “abandonamos nossos sentidos”. Começamos a ver o mundo e nós mesmos através dos olhos das outras pessoas e deixamos de nos ater aos detalhes (OLIVEIRA,2004). Essa é uma questão importante quando relacionamos a produção do espaço para as crianças, pois nos atemos às percepções que temos hoje como adultos, o que acaba por não considerar as interfaces da percepção e da sensibilidade infantil diante da sua relação com a cidade. Quando pensamos nesses fatores podemos considerar que o que não for sentido não existe para nós, pois não podemos compreender o mundo ignorando nossas sensações, e o que não é sentido e percebido, acaba por não fazer parte da nossa existência. Por isso é tão necessário restabelecer a conexão e a experiência das crianças com seu lugar no mundo, buscando o *Genius Loci* para compor essa experiência.

De acordo com Tuan, a experiência é constituída de sentimento e pensamento, onde os órgãos sensoriais, através das vivências do corpo, permitem os seres humanos nutrirem sentimentos intensos pelo espaço, se apropriando e nutrindo o pertencimento. O autor cita que “a criança é o pai do homem, e as categorias perceptivas do adulto são impregnadas de emoções que procedem das primeiras experiências da infância” (TUAN,1983). Lima (1989) complementa esse pensamento

quando reflete que espaço é um pano de fundo, uma moldura, sobre o qual as sensações se revelam, produzindo marcas profundas que permanecem, mesmo quando as pessoas deixam de ser crianças.

Essas marcas que Lima se refere podem ser entendidas justamente quando relacionamos o sentimento afetivo pelo lugar, que é o resultado dos sentimentos que conseguimos estabelecer com ele, que nos faz pertencer. Os lugares se tornam íntimos quando conseguimos encontrar sentimentos que transmitem acolhimento, onde as necessidades são resolvidas com a devida atenção. Wallon (2008) entende que a afetividade constitui um papel fundamental na formação do indivíduo e atribui às emoções um papel primordial na formação da vida, como um elo entre o social e o orgânico, e isso se desenvolve também em relação ao sentimento que se revela sobre o lugar.

Damásio (2012) destaca a importância das emoções, bem como dos sentimentos, relacionados às experiências humanas e também como componentes importantes das nossas realidades sociais, ou seja, tendo em vista a unidade indissociável da percepção e da sensação desde o nascimento, as impressões exteriores estarão sempre unidas aos afetos, e quando relacionadas ao espaço, pode configurar, justamente, a influência do *Genius Loci* diante das vivências das crianças em seu espaço existencial na cidade. Enfatiza-se assim o papel das emoções bem como dos sentimentos que as seguem, como moduladores das memórias humanas e também como componentes obrigatórios das nossas experiências sociais (DAMÁSIO, 2012).

O corpo e sua subjetividade, se constroem integrados ao lugar, à natureza, aos ambientes que propiciam a vivência. Vimos que Vygotsky também entende que o desenvolvimento da criança é baseado nas emoções e nas experiências, e se orientam de acordo com as relações sociais, que atuam de acordo com o lugar que se percebe. Isso se torna um diferencial em relação ao *Genius Loci*, já que os lugares despertam emoções e sentimentos a partir de sensações e percepções múltiplas que se estabelece com ele. A primeira percepção infantil é afetiva, a criança interage com o seu meio de forma que sentimento e percepção se tornam uma unidade indissociável (Toassa, 2009). Esse caráter afetivo é uma das peculiaridades da percepção, e desenvolver sentimento pelo lugar é vital para permitir que a criança floresça diante dessas sensações, encontrando por si mesma a extensão do mundo.

Integrado às primeiras sensações do ser humano, o espaço é o elemento através do qual a criança experimenta o calor, o frio, a luz, a cor, o som, e numa certa medida, a segurança (LIMA).

Quando Vygotsky investiga os processos de desenvolvimento infantil, entende que a percepção é uma função básica da primeira infância, de modo que todas as funções infantis estão imersas na percepção, dependem e se desenvolverão a partir dela (Vygotsky, 2006). Nessa perspectiva, de acordo com o autor, o processo de desenvolvimento da capacidade perceptiva infantil parte do aparelho perceptivo fisiologicamente constituído para, a partir da atuação social, transformar-se em uma experiência.

Compreender a importância desse conjunto que envolve corpo, percepção e emoção, e que desencadeia o pertencimento de mundo pela criança, é necessário para chegarmos ao entendimento do *Genius Loci* pela ótica da infância. Essa necessidade também levou a pesquisa à investigação teórica de estudos que se debruçam na apreensão dos contextos de percepção e apropriação espacial através da corporeidade, alcançando aspectos que enfatizam relação da infância com a cidade. Partindo dos conceitos propostos pela fenomenologia do habitar, aqui apresentada com foco no conceito *Genius Loci*, e de acordo com Araújo (2016), a criança encontra-se lançada a uma facticidade que abarca possibilidades de relação e que constituem a sua experiência espacial. Neste referencial, a concepção do espaço está atrelada a ação humana, assim, o espaço onde a criança vive se transforma em lugar à medida que ela atribui um sentido a ele e a sua própria existência (ARAÚJO, 2016). De acordo com Norberg-Schulz:

*Nosso mundo-da-vida cotidiana consiste em "fenômenos" concretos. Compõe-se de pessoas, animais, flores, árvores e florestas, pedra, terra, madeira e água, cidades, ruas e casas, portas, janelas e mobílias. (Norberg-Schulz, 2006).*

O autor aborda o lugar como parte da existência, como algo a mais que uma localização, pois tem uma essência, possui matéria, forma, textura, cor que potencializam a sensação existencial do homem de ser e estar no mundo. Esta

sensação é um fenômeno qualitativo que não pode ser reduzido a nenhuma de suas propriedades e sim, interpretado pela proposta fenomenológica de compreensão das relações entre sujeito e espaço, da primazia do corpo vivido e da experiência perceptiva. Não existe uma maneira de viver isenta de significados. O autor interpreta o conceito de habitar como estar em paz num lugar protegido.

Segundo Norberg-Schulz, o ser humano necessita experimentar as situações da vida como situações significativas, ou seja, habitar não significa simplesmente estar, mas também se identificar com um lugar, sentir identidade. Mas na sociedade atual, toda concentrada na eficiência, na funcionalidade e em um mal compreendido senso de liberdade, o que realmente importa é se orientar, saber o percurso, deixando a identificação em segundo plano. Entretanto, isto não gera uma condição plena de habitar. A ausência de identificação e a repulsa ao espaço público restringe o uso do espaço urbano e subtrai a possibilidade dos cidadãos experienciarem a cidade, tornando uma consequência ainda mais destrutiva quando nos referimos ao ser criança na cidade. De acordo com Oliveira:

*Atualmente, as crianças não caminham pela rua, não tem tempo de observar o espaço, os objetos, os seres vivos, e tudo que existe ao seu redor; andam apenas dentro dos carros e dos ônibus, sempre correndo e com o tempo restrito; as imagens se deslocam rapidamente ante seus olhares, elas não tem tempo de se ater aos detalhes. (OLIVEIRA,2004)*

A perda desta relação corporal é marca da civilização contemporânea, o que afeta diretamente às crianças, que habitam e desenvolvem o sentido de ser no mundo a partir da lógica de construção dos adultos de sua geração, comprometendo a relação identitária e afetiva com o lugar. Os lugares acabaram por se transformar, adaptando-se às novas exigências do mundo contemporâneo, segregando a infância do contexto de habitar e ser no mundo.

Pallasmaa (2011) atribui a falta de humanização das cidades contemporâneas como uma consequência da negligência com o corpo e os sentidos, como se o espaço da cidade fosse apenas fonte de observação, e não um ambiente que desperte a vivência sensitiva na sua totalidade. Ele afirma ainda que a cidade e o corpo se complementam e se definem, que não há corpo separado do seu domicílio no espaço,

enaltecendo o tato como sentido que permite maior conexão com as experiências dos ambientes e dos lugares. Jacobs (2011) também atribui como consequência dessa desconexão a exacerbação do individualismo: o indivíduo se apropria cada vez menos dos espaços públicos, considerados como pertencentes ao Estado e, portanto, “exteriores” à sua pessoa e à sua família, no que tange à responsabilidade e ao cuidado.

Recuperar o sentido do lugar e compreendê-lo como lugar do sentido, talvez seja a grande contribuição dos aportes teóricos desenvolvidos por Norberg-Schulz. É necessária uma movimentação muito pessoal, com um percurso filosófico e questionador, para que enquanto adultos e planejadores, consigamos apreender os detalhes que a percepção infantil considera. Se um adulto consegue abstração para se conectar com a alma do lugar, as crianças conseguem isso pela própria natureza da infância. Por vezes temos o entendimento de que a criança só é atraída se houver um chamado “apropriado”, no sentido do que nós achamos apropriado para elas. Mas basta ser e estar ali, permitindo o corpo se envolver na apreensão do espaço, que logo o encantamento vem diante das sutilezas. À medida que sentimos as marcas da nossa presença, imprimimos também no espaço a nossa identidade, onde a própria observação e contemplação, por si mesmas, já são fenômenos carregados de intencionalidades.

Na soma de significados onde buscamos relações, os conceitos de espaço existencial e *Genius Loci*, a teoria de lugar e a abordagem fenomenológica mantêm, entre si, uma íntima correlação, que resulta na valorização da significação dos lugares e na vinculação do ser com o mundo. Na atualidade, onde o conceito de cidade está bastante vinculado ao conceito de espaço público, surge a necessidade de entender e refletir como atuamos na busca do significado e do espírito do lugar referente a experiência existencial da criança, sabendo que os significados existenciais são mais profundos, pois são determinados pelas estruturas de nosso ser no mundo.

Se o corpo é o que concretiza a nossa experiência no mundo, podemos entendê-lo como uma materialização das relações e interações que estabelecemos com o outro e com o lugar, as quais influenciam e contribuem para nosso desenvolvimento como seres humanos que habitam esse mundo. Com isso, entendemos que a apropriação do espaço se desenvolve através dos sentimentos,

que estão em sintonia com a percepção, nutrida pela corporeidade da criança que necessita materializar essa realidade concreta enquanto ser criança na cidade. Esse entendimento de apropriação do espaço como lugar afetivo nutrido pela experiência corporal é o que conformou a base para reflexão do *Genius Loci* como conceito que pode permear o estudo do lugar da infância, e conseqüentemente, das propostas e dos espaços que possibilitem a criança habitar. Se uma criança cresce sem nutrir essa experiência corporal, pode entender que não pertence ao espaço público, e jamais perceberá a dimensão do seu lugar social, tampouco do seu poder transformador. Habitar, dessa forma, implica em algo mais do que abrigar. Implica que os espaços onde ocorre a vida são lugares, no verdadeiro sentido da palavra. (Norberg-Schulz, 1980).

## 6 UMA “CIDADE AMIGA DA INFÂNCIA” COMO UM LUGAR MELHOR PARA TODOS: EXPLORANDO O PMPI DO RECIFE.

Ao delegar à criança um lugar no mundo, Rousseau inaugurou um olhar onde a infância passa a ter um valor em si mesma (GRUMICHÉ, 2012). Com esse posicionamento, que foi posto nos capítulos anteriores, podemos entender que a sociedade alcançou uma consciência sobre a importância das experiências da infância, o que veio a desencadear várias políticas e programas que visam promover e ampliar as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Mas vimos também que nem sempre foi assim. No Brasil, por exemplo, somente a partir da década de 80 surgiram movimentos sociais cujas reivindicações se pautaram na luta pelo direito das crianças, e a partir de então, novos mecanismos nacionais foram sendo criados para favorecer as crianças na sociedade. Entretanto, os direitos aos quais se debruçam esses movimentos sociais, não davam destaque ao espaço como uma peça fundamental para a infância, menos ainda ao que se refere a sua subjetividade. Com isso, as cidades foram vivenciando um processo acelerado de mudança de suas estruturas urbanas, no qual não se pensava na criança como usuária, ocasionando, muitas vezes, a perda de referências espaciais vitais para a manutenção da identidade dos lugares, relacionadas principalmente à falta de pertencimento.

Neste capítulo foi feita a interação da teoria da arquitetura que abrange a fenomenologia e o significado do lugar, como um movimento que favorece o espaço enquanto experiência humana da infância, com as propostas e planos de criação de espaços públicos que atendam a criança, com foco no PMPI da cidade de Recife. Para isto, no primeiro tópico, será apresentado o longo percurso em que caminhou a notoriedade dada a infância acerca das questões das cidades tendo como ponto de partida a iniciativa da UNICEF “Cidades amigas da Infância” com um olhar já voltado para uma interpretação acerca do espaço, até culminar no Plano municipal para a primeira infância da cidade do Recife. Esse percurso foi analisado sob o conceito *Genius Loci*, o qual explicita o habitar da arquitetura em termos existenciais concretos, buscando transmitir o significado do lugar através da materialização do espaço. A análise será apresentada pela linearidade temporal em que cada iniciativa foi criada, com referências principalmente aos documentos desenvolvidos pela própria UNICEF, bem como as legislações que derivaram neste sentido. No segundo tópico, será feita a análise do PMPI do Recife focado na teoria de *Genius Loci* voltada para a criança.

Já vimos que os estudos baseados na fenomenologia do habitar nos levam a entender que a função da arquitetura e do urbanismo é proporcionar o habitar, e isso também significa internalizar o *Genius Loci* do espaço que se experiencia. O olhar fenomenológico agrega uma intensidade maior do vínculo pessoal com o espaço como fenômeno do sentido, e de acordo com Norberg-Schulz, criar lugares significativos que possibilite essa interação e que ajude o corpo a habitar, é função do arquiteto. Pensar nesse corpo ao nível da infância, nos faz idealizar lugares de liberdade, de diversidade tátil, de arquitetura humana, de convívio comunitário, de experiências na natureza, e de cidades mais acolhedoras. Sendo assim, a imersão nos planos que se tem para os espaços das infâncias, será no intuito de investigar se essas propostas intencionam o habitar em sua totalidade na dimensão do *Genius Loci*, e contribuir com uma visão subjetiva diante desta análise.

Ao longo das últimas décadas, inúmeras cidades em todos os lugares do mundo tomaram a decisão política de tornar-se “amiga da infância”, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre os direitos das crianças, garantir que elas sejam incluídas na agenda local, promovendo políticas municipais em seu favor, e sendo incluídas também na agenda de habitação e planejamento urbano. Sendo assim, visto que vários lugares no mundo se concentram em planejamento com foco na infância desde os primeiros apelos da UNICEF, a intenção deste capítulo, e principal objetivo da pesquisa, foi agregar os estudos que se tem sobre a infância ao campo de estudo da fenomenologia do habitar, já que investigações desta natureza corroboram ao desenvolvimento urbano principalmente ao explicitarem a responsabilidade das políticas públicas.

A produção do espaço público voltado para a infância torna-se então uma vertente para se pensar a arquitetura e o urbanismo a partir da fenomenologia. Principalmente no modo como é colocado em prática, em um esforço que tem o intuito de contribuir para o desabrochar de novos caminhos a serem explorados e praticados no processo de desenvolvimento de cidades para a infância, sabendo que as experiências de vida precisam estar carregadas de significados para que a criança tenha uma relação com o lugar, portanto, a análise apresentada neste capítulo foi a culminância deste estudo.

De acordo com Lima (1989) as necessidades das crianças, suas expectativas e seus desejos passam pelo crivo interpretativo daqueles que o subjugam, num processo de redução que pode ser considerado também em redução de seu espaço.

Isso é um ponto importante nesta pesquisa, pois como planejadores, podemos cair na armadilha de pensar espaços para a infância considerando a ótica do adulto. Ao tomar o *Genius Loci* como base para investigar e planejar os lugares da infância, podemos alcançar o conceito de apropriação do espaço e do lugar, que de acordo com Lefebvre (2001), corresponde à maneira pela qual ele é ocupado por atividades, indivíduos, classes ou outros grupos sociais.

Segundo Tonucci (1996), a importância de valorizar a infância nas cidades, está relacionada ao fato de que, para as pessoas, as cidades têm representado perigo, medo, insegurança e desconfiança. O autor denuncia o quanto as cidades têm, gradativamente, afastado as crianças e o quanto elas, hoje em dia, têm sido representadas por espaços de medo, angústia e solidão. Tuan (1995), compartilha deste pensamento e afirma que é uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa parecer um lugar assustador: “Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesma se transforma em um meio ambiente físico desorientador”.

É importante voltar a ressaltar que para esta investigação, a infância foi pontuada diante de teorias sobre a sua relação enquanto criança com o processo subjetivo de apropriação e sentimento pelo espaço e o lugar, ainda que tanto os lugares como as infâncias também tenham suas particularidades culturais, sociais e econômicas. Entretanto, segundo a concepção de Norberg-Schulz (1980), apesar de interferirem em alguns aspectos, as dimensões existenciais não são determinadas pelas condições socioeconômicas. As condições socioeconômicas são como uma moldura, oferecem um certo espaço para a vida acontecer, mas não determinam seus significados existenciais (REIS, 2017). Os significados existenciais possuem raízes mais profundas e foram justamente eles que moldaram os estudos teóricos desta pesquisa. Na prática socioespacial, a sociedade constrói um mundo objetivo, mas o ser humano não existe no mundo de modo puramente racional e pragmático. Possui sentimentos e desejos que fazem parte da sua essência, e formam nele uma necessidade fundamental: a de experimentar a sua existência como significativa.

## 6.1 O entendimento de Cidade Amiga da criança, segundo a ONU/UNICEF.

De acordo com a UNICEF<sup>19</sup>, nos países industrializados do início do século XX, ainda não havia padrões de cuidado com as crianças. Era comum elas trabalharem ao lado de adultos em condições insalubres e inseguras. O crescente reconhecimento das injustiças de sua situação, impulsionado por uma maior compreensão das necessidades de desenvolvimento das crianças, levou a um movimento para melhor protegê-las. No mundo, a primeira grande idealização de políticas públicas para a infância foi representada pela Declaração de Genebra, de 1924, na Assembleia da Liga das Nações (precursora da ONU), que demonstrou uma preocupação internacional em assegurar os direitos de crianças e adolescentes. Essa Declaração enuncia, principalmente, que todas as pessoas devem às crianças meios para seu desenvolvimento saudável e seguro. A partir deste documento, os governos participantes implementaram suas leis no que se refere a inclusão desses princípios. Entretanto, percebemos neste documento que o foco se dá majoritariamente no cuidado e assistência das crianças, pois foi quando ainda se iniciava a intenção em valorizar a infância como etapa importante do desenvolvimento físico e psíquico do ser humano. Por isso, ainda seria feito um longo percurso até a valorização das experiências do lugar como componente importante para a criança.

Somente depois do fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU e, posteriormente, sua filial específica para a criança - A UNICEF - que os países passaram a dar mais atenção sobre a condição de vida dos menores. A UNICEF foi criada no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime da Assembleia Geral da ONU, para fornecer assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. Somente em 1950, a UNICEF assinou seu primeiro programa de cooperação com o governo do Brasil, e em 1953, torna-se órgão permanente do sistema das Nações Unidas, com seu mandato ampliado para chegar a crianças e adolescentes em todo o mundo<sup>20</sup>.

Posteriormente, em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que reconhece, entre outros direitos, os direitos das crianças à educação, à brincadeira, a um ambiente favorável e a

---

<sup>19</sup> <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>

<sup>20</sup> Idem

cuidados de saúde. No Brasil, até o final da década de 1980, nenhuma constituição havia citado as especificidades da criança. Frequentemente, estas especificidades estavam associadas ao Direito da Família e da Assistência e, quando mencionavam a infância, utilizavam termos como “cuidar”, “assistir” ou “amparar”. Foi somente a partir da Constituição de 1988 que, pela primeira vez, apareceram os direitos específicos da criança, onde são incluídos num artigo, o artigo 227 da constituição.

No ano seguinte, em 1989, no dia 20 de novembro, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pelos líderes mundiais presentes na Assembleia Geral da ONU, se tornando o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal<sup>21</sup>, sendo ratificado por 196 países. Isso configurou um testemunho do entendimento comum entre os países e as comunidades de que a criança tem direito ao desenvolvimento, à proteção, ao respeito por suas opiniões e à garantia de que todas as ações que a afetam priorizem seu melhor interesse.

A Convenção sobre os Direitos da Criança inspirou no Brasil a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando o governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece o ECA e, através do Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro 1990 aprova o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989. Com essas legislações, portanto, o Estado tem o dever de garantir os direitos da criança ajustando o seu contexto na busca de efetivá-los por meio de ações concretas, de mudança de postura e de transformação.

De acordo com a UNICEF, a Convenção sobre os Direitos da Criança, da qual derivaram as leis nacionais e municipais, desafia as cidades, independentemente da sua dimensão ou localização geográfica, a repensarem os seus serviços, equipamentos e a qualidade de vida que proporcionam aos seus cidadãos desde o nascimento. Neste sentido, a realização dos direitos das crianças em um nível mais amplo, implica que cada criança tem direito a:

- Expressar a sua opinião sobre a cidade que deseja e a influenciar a tomada de decisões;
- Participar na vida comunitária e social;
- Usufruir de serviços de qualidade, tais como cuidados de saúde e educação;

---

<sup>21</sup> <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

- Ter acesso a água potável e saneamento básico;
- Ser protegido contra todas as formas de violência, como maus-tratos, abuso ou exploração;
- Passear nas ruas em segurança;
- Participar em eventos culturais e sociais;
- Usufruir de espaços verdes e de lazer;
- Viver num meio ambiente não poluído;
- Igualdade no acesso a todos os serviços, independentemente da sua origem étnica, religião ou crença, situação económica ou condição social, género ou idade.

Nestes dizeres da convenção, já percebemos uma sinalização no que diz respeito ao espaço e o lugar da criança diante do processo de urbanização, quando é citado o direito a passear nas ruas em segurança, usufruir de espaços verdes e de lazer, viver num ambiente não poluído, e em opinar sobre a cidade que deseja. Vários países incorporaram às suas legislações nacionais códigos relacionados à criança baseados nos dispositivos da Convenção, e dentre várias iniciativas que derivaram da convenção, foi lançada a iniciativa “Cidades Amigas da Infância”, a fim de tornar as cidades habitáveis por todos.

A iniciativa insere-se no quadro de uma resolução da II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996. Naquele momento, foi declarado que o bem-estar da criança é um forte indicador para uma governança de excelência, um habitat saudável e uma sociedade democrática, atrelando cada vez mais a infância ao processo de desenvolvimento das cidades. A iniciativa representa o ponto de partida para um movimento de municípios em diversos países do mundo implementarem o programa que preconiza a adoção de políticas administrativas e de gestão territorial, que tange o espectro do desenvolvimento das cidades, para promover o bem-estar de todos os cidadãos e em particular das crianças, bem como criem condições favoráveis ao desenvolvimento saudável e incentivem a participação dos cidadãos mais jovens na vida da comunidade. Vale salientar que o conceito de “desenvolvimento” da criança no contexto da Convenção, significa desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral, psicológico e social, de acordo com o próprio documento.

Uma “Cidade Amiga da Infância” é definida então, de acordo com a UNICEF, como qualquer sistema local de governança – urbano ou rural, amplo ou restrito – comprometido com a realização dos direitos da criança nos termos da Convenção. Essa iniciativa foi a semente que germinou os principais ideais de desenvolvimento das cidades diante da infância, e de acordo com a UNICEF, define:

*“Uma cidade amiga da criança tem por objetivo garantir que sejam respeitados os direitos da criança a serviços essenciais de saúde, educação, abrigo, água limpa e instalações sanitárias decentes, e proteção contra violência, abusos e exploração. Busca também aumentar o poder de cidadãos jovens para que possam tomar parte nas decisões sobre sua cidade, expressar sua opinião sobre a cidade em que desejam viver e participar da vida familiar, comunitária e social. Promove os direitos da criança a andar sozinha nas ruas com segurança, encontrar amigos e brincar, viver em um ambiente não poluído, com espaços verdes, participar de eventos culturais e sociais e exercer sua cidadania em condições de igualdade em sua cidade, com acesso a todos os serviços, sem sofrer qualquer tipo de discriminação.”*

Podemos entender que a iniciativa reflete o cenário de crescente urbanização das sociedades globais, com grande parcela da população mundial vivendo atualmente em centros urbanos, e a importância cada vez maior dos municípios na tomada de decisões que priorizem as crianças. Porém, a construção de uma Cidade Amiga da Infância não pode ser levada apenas por um setor ou pelo município de forma isolada. De acordo com o Guia para a construção de cidades amigas das crianças, elaborado pela UNICEF<sup>22</sup>, cada município deve assentar uma estratégia baseada na Convenção sobre os Direitos da Criança e na criação de pontes e parcerias com todos os intervenientes na vida da cidade, como entidades oficiais, organizações da sociedade civil, setor privado, famílias e as próprias crianças, garantindo assim as condições para a participação, promoção da cidadania e desenvolvimento e transformação dos territórios.

---

<sup>22</sup> [https://www.unicef.pt/media/2586/cidades\\_guiate-cnico\\_2019\\_final.pdf](https://www.unicef.pt/media/2586/cidades_guiate-cnico_2019_final.pdf). Acessado em: 04/03/2021

Mais tarde, no ano de 2002, diante de tamanha adesão à iniciativa anterior, foram discutidas as metas para o milênio, em uma assembleia geral das Nações Unidas, resultando num relatório intitulado “Um mundo para as crianças”, que se torna um documento mais abrangente do que o intitulado “Cidades amigas da infância”. A agenda “Um mundo para as crianças” tem como principal objetivo colocar a criança em primeiro lugar em todas as medidas de políticas públicas, e foi adotada descrevendo metas específicas para melhorar as perspectivas das crianças durante a década seguinte, enfatizando ainda as propostas das cidades amigas da infância.

De acordo com a UNICEF<sup>23</sup>, a realização dos direitos da criança não é fundamental apenas para seu desenvolvimento e seu bem-estar, mas é crucial também para a criação de um mundo de paz, equidade, segurança, respeito pelo meio ambiente e no qual as responsabilidades são compartilhadas. Voltando esta demanda para o espectro da arquitetura e urbanismo, temos diversas possibilidades de abordagens que envolvem o desenvolvimento das cidades, onde a infância é uma parcela da população que precisa ter suas demandas atendidas nas propostas municipais diante de uma cidade amiga da criança.

#### *6.1.1 O Pensamento nacional e local diante das propostas de Cidades Amigas da Infância.*

O percurso das iniciativas nacionais em torno da criança só começou a ganhar forma em 1990, com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), motivada pelos dizeres da Convenção dos Direitos da Criança, apresentado na Assembleia Geral da ONU em 1989. O ECA é o instrumento nacional mais utilizado para representar e defender a infância no Brasil, sendo a base legal e regulatória dos direitos humanos de crianças e adolescentes, e, de acordo com a UNICEF, é uma das leis relacionadas à infância mais avançadas do mundo. Com isso, e diante do cenário internacional, em 2002, o Brasil passou então a adotar também as iniciativas de “um mundo para as crianças”, e para substanciar nacionalmente a iniciativa, desenvolveu uma articulação denominada Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), formada inicialmente por um pequeno grupo de cerca de dez organizações, que iniciaram suas atividades em março de 2007, objetivando ser referência para as políticas públicas

---

<sup>23</sup> UNICEF. Situação mundial da infância, 2009.

para a infância em todo território nacional. Hoje são mais de 200 organizações de todas as regiões do Brasil<sup>24</sup>.

Da RNPI, derivou a elaboração e a implementação do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) como um dos seus eixos de atuação, cuja primeira versão foi aprovada em dezembro de 2010. O Plano Nacional pela Primeira Infância traçou as diretrizes gerais, metas e objetivos para os 12 anos seguintes, no que se refere à proteção e promoção dos direitos de crianças entre zero e seis anos de idade, propondo ações articuladas em diferentes setores, como assistência social, educação, saúde, convivência familiar e comunitária, cujas ações finalísticas se subdividem em 13 eixos:

1. Crianças com Saúde
2. Educação Infantil
3. A Família e a Comunidade da Criança
4. Assistência Social a Crianças e suas Famílias
5. Atenção à Criança em Situação de Vulnerabilidade: Acolhimento institucional, Família acolhedora, Adoção
6. Do Direito de Brincar ao Brincar de todas as Crianças
7. A Criança e o Espaço – a Cidade e o Meio Ambiente
8. Atendendo à Diversidade: Crianças Negras, Quilombolas e Indígenas
9. Enfrentando as Violências contra as Crianças
10. Assegurando o Documento de Cidadania a todas as Crianças
11. Protegendo as Crianças da Pressão Consumista
12. Controlando a Exposição Precoce das Crianças aos Meios de Comunicação
13. Evitando Acidentes na Primeira Infância

Dentre essas ações do PNPI, a presente pesquisa direciona o olhar ao eixo número 7, que trata a criança e o espaço – a cidade e o meio ambiente. Sabendo que os Planos municipais foram conduzidos a partir dessas diretrizes, a questão da pesquisa volta à tona quando paramos para refletir que tipo de cidade e de espaço tem sido discutido e almejado no âmbito desse eixo que envolve o lugar da infância. Diante de um documento técnico e de tantas promessas, será que existe a preocupação da relação afetiva e da interação com a alma do lugar, propiciando o sentido de habitar, do *Genius Loci* para a criança?

---

<sup>24</sup> <http://primeirainfancia.org.br/> acessado em 04/03/2021

O capítulo do PNPI<sup>25</sup> que trata a criança e o espaço inicia a abordagem do espaço da cidade como um direito da criança:

*A criança tem direito a uma vida saudável, em harmonia com a natureza, a inserir-se e viver como cidadã nas relações sociais, o que implica o direito ao espaço na cidade adequado às suas características biofísicas e de desenvolvimento, a participar da definição desses espaços e finalmente, a participar da construção de uma sociedade sustentável.*

E sobre o lugar, continua:

*O ambiente não é apenas um dado: ele é um complexo de significados que entram na formação da pessoa que nele vive e com ele interage. O espaço não é neutro: fala pela forma como está disposto e organizado, pelas suas cores e cheiros, pelos seus barulhos, ruídos e silêncios. Ele define as relações entre as pessoas, desafia ou inibe iniciativas, suscita ou restringe movimentos.*

Diante desta descrição consegue-se perceber a preocupação na relação sensitiva da criança com o seu meio, o que podemos admitir como um cuidado em sua relação de experiências e vivências com o seu corpo, como foi abordado nos estudos do terceiro capítulo. O documento também afirma:

*Às crianças são destinados dois espaços: a casa, ou o espaço privado, e instituições de acolhimento e atendimento, ou espaço público. Na cidade, há dois principais espaços destinados a elas: os parques infantis e os estabelecimentos de educação infantil (creche e pré-escola), respectivamente como espaço do brincar e espaço educativo. Ou seja, as crianças ocupam o lugar que os adultos prescrevem, que a sociedade lhes reserva e que a administração simbólica lhes indica. As crianças passam mais tempo nos espaços privados do que nos públicos. Essa privatização da infância oculta e restringe a condição social da criança. Com o surgimento das escolas, a socialização e a aprendizagem que antes aconteciam no espaço público, numa troca intergeracional, passam a se dar predominantemente nos espaços específicos e segregados entre sujeitos pertencentes à mesma condição geracional: a infância.*

---

<sup>25</sup> <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>

Com esta afirmação podemos ratificar que o lugar destinado à criança ainda é limitado pela dinâmica social do adulto, e que as crianças não têm estabelecido relações com os espaços públicos a que deveriam frequentar, constituindo o espaço público como um não-lugar. Neste documento, existe a consciência dessa movimentação em que as crianças deixam de fazer parte do espaço público, utilizando-o apenas como caminhos para algum destino.

De acordo com os estudos de teoria da arquitetura, estabelecer os espaços públicos apenas como ambientes de passagem não corroboram com o processo de habitar em sua totalidade, com o sentimento de pertencimento e nem com a promoção do *Genius Loci*. O PNPI entende que existe essa lacuna na infância contemporânea, e esse esclarecimento acontece justamente para divulgar essa demanda urgente de devolver a relação da criança com o espaço público. Podemos perceber que no Plano Nacional pela primeira infância existe a preocupação em levantar este debate e promover políticas públicas que contornem e tentem resolver a perspectiva do habitar na infância, compatíveis com o *Genius Loci*, embora não atribua estes termos e não apresente referência às teorias da arquitetura na relação entre indivíduo e espaço. Este documento também não traz uma análise ou soluções, mas trata de diretrizes pelas quais os municípios devem se guiar para elaboração de seus planos municipais.

Ainda que as evidências científicas tenham se tornado o principal suporte para o desenvolvimento de políticas públicas para as crianças, somente em 2016 foi criada uma Lei nacional que buscou articular de fato os estudos científicos às legislações, defendendo que a ciência deve determinar a formulação e implementação de políticas públicas para a infância<sup>26</sup>. O Marco Legal da primeira infância<sup>27</sup> respalda a obrigatoriedade de serem criadas políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos na primeira infância e se torna então uma guia de recomendações para a formulação dos planos que deverão ser elaboradas pelos municípios, o chamado Plano Municipal pela primeira infância. A Elaboração do PMPI tem como referência central o Plano Nacional pela Primeira Infância, elaborado em 2010, e é recomendada pela Lei que rege o Marco Legal da primeira infância. Neste intuito, em 2018 foi formulado o Marco Legal da Primeira Infância do Recife, uma lei municipal que

---

<sup>26</sup> Núcleo Ciência pela Infância <https://ncpi.org.br/> acessado em 04/12/2020

<sup>27</sup> Lei nº 13.257/2016, de 8 de março de 2016. FONTE: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm) acessado em 04/12/2020

estabelece os princípios e as diretrizes para formulação e implementação de políticas públicas para a infância a nível local. Em decorrência desta lei, em 2020 foi estabelecido o Plano Municipal da Primeira Infância do Recife. Em 2020 também aconteceu a atualização do PNPI, no intuito de integrar plenamente o que preconiza o Marco Legal da Primeira Infância e atender às demandas da Agenda 2030.

Assim, podemos perceber que esta pesquisa foi caminhando junto ao desenvolvimento de diversas propostas que envolvem a infância nas cidades, o que trouxe uma dinâmica constante de interpretações e de dados. Com isso, a motivação em buscar unir a teoria da arquitetura nesse processo de pesquisa tornou-se cada vez mais palpável. Mas quando nos direcionamos a uma pesquisa relacionada à infância e às políticas públicas voltadas a elas, sempre nos deparamos com o foco na questão da desigualdade social, principalmente no que se refere às questões relacionadas à saúde e educação. No entanto, o lugar de desenvolvimento dessas crianças e o espaço público ao qual elas estão inseridas, tem se tornado um ponto de relevância diante das políticas públicas, principalmente ao referenciar os estudos científicos que comprovam a importância da relação da criança com o lugar.

## 6.2 O *Genius Loci* da criança: ser criança na cidade diante do Plano Municipal da Primeira infância do Recife.

Em maio de 2018, o Recife aprovou o seu Marco Legal da Primeira Infância, estabelecendo a Política Municipal com foco principalmente na Primeira Infância. Nesta lei estão as diretrizes, instrumentos e competências para a formulação de políticas públicas direcionadas a esse público, e dele derivou o Plano municipal da primeira infância do Recife, que veio a ser publicado oficialmente em 31 de dezembro de 2020. Além do MLPI, a elaboração do PMPI do Recife teve como base o PNPI e o Guia para a Elaboração do Plano Municipal pela primeira infância. O estudo deste guia foi um dos pontos iniciais na imersão em busca de substâncias referenciais sobre a integralidade do habitar na infância, com base no conceito *Genius Loci*, ao qual proponho nesta pesquisa.

Tratou-se de buscar nas diretrizes deste plano, que se apoiou na iniciativa de uma Cidade amiga da infância, propostas e idealizações que tivessem a intenção em concretizar o *Genius Loci* no sentido de ser criança na cidade, o que inclui aspectos

existenciais de valores e significados. Em arquitetura, de acordo com Norberg-Schulz, o ser humano tem a necessidade de responder à sua existência e a tudo que dela faz parte. O autor diz que o lugar faz parte do ser humano como algo inseparável da dimensão existencial, onde suas ações se relacionam com a espacialidade e a existência. O *Genius Loci* atende a proposta da pesquisa justamente quando argumenta que é necessária a concretização do espaço existencial, para que seja possível o habitar humano em determinado lugar, sendo, portanto, um conceito mais completo, e com maior alcance teórico a ser utilizado na hora de pensar o espaço do ser humano, principalmente por conter fenômenos mais intangíveis, que são os sentimentos. Se Norberg-Schulz considera que a vida humana deve ser dotada de significado existencial em um lugar do qual se apropria e se experiencia, busquei trazer essa reflexão para as primeiras experiências de ser no mundo com o espaço que se ocupa na cidade, considerando o *Genius Loci* como o caráter que se atribui ao lugar.

Iniciei este trabalho com um questionamento oriundo do propósito de analisar a dinâmica das vivências urbanas da infância contemporânea, mas as circunstâncias ocasionadas pela pandemia me colocaram diante de uma análise teórica sobre o PMPI do Recife, trazendo questionamentos e dúvidas tão consistentes quanto as que me fazia inicialmente. A principal problemática foi ter me colocado diante da incerteza do que estaria sendo planejado para as crianças da cidade do Recife diante do panorama mundial almejado pela UNICEF, na iniciativa de incentivar a construção de cidades para as crianças. O que os planejadores fariam diante desse desafio?

Nesta perspectiva, foi feito um recorte a nível da iniciativa Cidades amigas da Infância, na intenção de levantar o que a cidade do Recife possui como propostas neste sentido, de acordo com o que sinaliza a respeito da relação entre o espaço da infância na cidade. Mas na medida em que o processo de apreensão teórica estava acontecendo, pude acompanhar o movimento de divulgação e publicações sobre o desenvolvimento do PMPI do Recife. No momento da sua conclusão e oficialização, já havia um percurso teórico e substancial para sua análise diante do conceito *Genius Loci* para a criança.

Tratando-se de um conceito teórico da fenomenologia do habitar no âmbito da arquitetura e urbanismo, imaginei que as propostas do PMPI não explicitariam tal especificidade, mas talvez expusesse a intenção, já que diante da importância que foi

dada às ciências na elaboração de todos os critérios, penso quão indispensável se torna esse conceito, visto que todos nós somos estimulados pelas condições e circunstâncias de nosso espaço.

Na análise do Guia de Elaboração do Plano Municipal<sup>28</sup>, existem 6 argumentos aos quais são considerados como valores a serem priorizados, são eles:

1 – Argumento social, valorizando a criança como ser de direito que necessita de cuidados;

2 – Argumento educacional, dando ênfase ao direito à educação;

3 – Argumento da Justiça social, com atenção às condições de vulnerabilidade;

4 – Argumento da economia, alegando retornos positivos ao aplicar recursos financeiros na atenção à infância;

5 – Argumento das ciências, valorizando os estudos científicos relacionados a infância, enfatizando o campo da psicologia, da pedagogia, da sociologia, da psicanálise e da medicina.

6 – Argumento dos direitos, que por fim reforça que toda criança tem direito a todos os recursos como pessoa e cidadã.

Na leitura deste guia, entendo que a principal demanda é fornecer aos municípios todas as justificativas necessárias para a assistência que deve ser dada às crianças, ainda longe de ser um documento que fortaleça a importância do lugar da infância e do sentido de habitar. Em nosso país, as ações voltadas para saúde, educação e assistência social tem sido tradicionalmente as políticas privilegiadas para a ação dos governos nessa área. Este documento, apesar de apresentar indicações sobre territorialidade, são ainda insuficientes no tocante à subjetividade da relação existencial da criança com o espaço. Mas se tratando de um guia, o documento deixa claro que as equipes municipais têm toda a liberdade para escolher os caminhos que lhes pareçam mais adequados diante da realidade de cada município, desde que o Plano Municipal esteja em sintonia com o Plano Nacional.

O documento que apresenta o Plano municipal da primeira infância do Recife foi divulgado em dezembro de 2020, e sua elaboração estava em na fase de consulta pública quando fomos surpreendidos pela pandemia do COVID-19, em março do mesmo ano. Com esse recorte temporal, percebe-se que esta pesquisa esteve

---

<sup>28</sup> [http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Guia\\_Plano\\_Municipal\\_Primeira\\_Infancia\\_RNPI.pdf](http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Guia_Plano_Municipal_Primeira_Infancia_RNPI.pdf)

acompanhando o processo de desenvolvimento do plano. O PMPI do Recife, foi batizado de Plano Decenal para a primeira infância do Recife, e em sua apresentação inicial, já situa a infância municipal diante da pandemia do COVID-19, que deixou as crianças durante quase todo o ano de 2020 sem frequentar a escola, e com as várias limitações de convívio social, bem como de utilização dos espaços públicos. A própria produção do documento sofreu modificações devido ao novo cenário, o que levou o plano a ter a continuidade de sua construção remotamente. Durante sua construção, tanto os profissionais envolvidos, as crianças, bem como toda a sociedade, estavam enclausurados em suas casas, o que certamente motivou outras interpretações e percepções nos adultos, já que estavam impedidos e foram reprimidos na utilização do espaço público, assim como as crianças são, mesmo diante da “normalidade”. Ainda que o Plano seja priorizar as crianças, até então, os adultos não podiam sentir na própria pele a privação de liberdade de espaço das quais as crianças são submetidas diante do ritmo frenético da sociedade. Essa falta de liberdade deu novo sentido à liberdade, e a impossibilidade de usufruir dos espaços, deu novo sentido a esses espaços. O PMPI do Recife, foi produzido durante esse período crítico de saúde pública, mas que pode trazer perspectivas diferentes relacionadas ao espaço e à importância do convívio comunitário.

Logo na introdução do documento, é exposta a ideia de priorizar a primeira infância, e de como a sensibilização de todos os setores da sociedade é importante para o sucesso das propostas. A valorização da primeira infância vem sendo o chamado da UNICEF desde a iniciativa Cidades amigas da Infância, e se reflete no plano municipal como a maior prioridade da cidade. Contudo, ainda na introdução, a infância já passa a ser tratada com uma visão de futuro, como “melhor investimento que um governo pode fazer”, o que nos leva a pensar que ainda existe um pensamento enraizado desde a antiguidade, época em que a criança era vista como uma possibilidade do adulto que poderia vir a ser no futuro, com a intenção de servir ao desenvolvimento da polis.

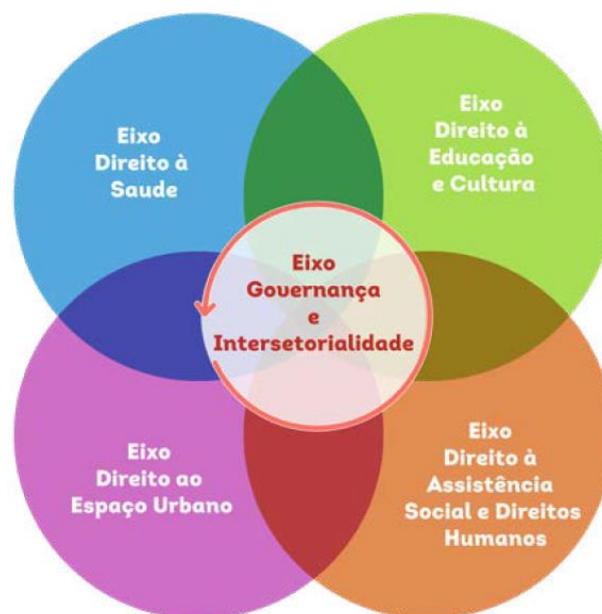
Entretanto, o que se espera hoje é que esse desenvolvimento venha como resultado de uma infância contemplada dentro da própria infância. Diante disso, é necessário considerar a importância da percepção de lugar pela ótica da criança ao se pensar em propostas para as cidades, principalmente as que estão caminhando com seus Planos Municipais dedicados à infância.

Na área de arquitetura e urbanismo, o termo pertencimento é largamente utilizado para relacionar as experiências sensíveis provocadas pela interação com as vivências do espaço, mas no caso do texto introdutório do plano decenal, se refere também à participação no processo de criação deste documento, o que inclui as crianças:

*Destacamos também a atenção especial à escuta das crianças, grandes protagonistas do processo e para quem todos os esforços e construções deste Plano devem atingir. Sujeitos do conhecimento, vivem em comunidade, interagem com o meio e percebem com clareza o que permite fazer o seu ambiente mais feliz. Assim, por meio de uma didática planejada, baseada em atividades lúdicas, puderam participar ativamente da consulta pública. Aliás, com a sinceridade e a pureza pueril, colaboraram de forma bela e contribuíram com sugestões bastante coerentes. (PMPI, p.16)*

Sobre as crianças, o PMPI segue elencando vários diagnósticos quantitativos, mas a presente pesquisa tem caráter qualitativo e busca analisar as intenções das propostas dos espaços para a infância. Vale salientar que estes diagnósticos abordam indicadores de saúde, de escolaridade, assistência social e saneamento básico, que serão locados em eixos, dos quais o PMPI os nomeia em 5 temas estratégicos:

Figura 6 - Eixos do Plano Municipal da Primeira infância do Recife



Fonte: Plano Decenal da Primeira infância do Recife

A partir dessa imagem, podemos identificar que o lugar da criança foi tratado no eixo específico que relaciona o direito ao Espaço Urbano. Entretanto, sabemos que as cidades são criadas e planejadas pelos adultos, de modo que suas necessidades sejam supridas, sendo evidente que adultos possuem uma apropriação mais livre e autônoma do que crianças na cidade. Muitas vezes isso nos leva à concepção de criança como um ser incapaz, passivo e completamente dependente. Essa visão é maximizada quando se desloca o olhar para o contexto da vida pública, para o espaço da cidade. Isto pode ser observado na tradição social, principalmente no comportamento dos adultos em relação à criança que vive nos centros urbanos.

De acordo com Muller (2014), o espaço público da cidade se apresenta como um dos fatores responsáveis pela redução das distâncias sociais, pois favorece o encontro de diferentes grupos, viabilizado pela proximidade física entre eles. Mas no que se refere às vivências e experiências corpóreas no espaço público urbano pelas crianças agrega-se uma dificuldade nesse contexto: a naturalização de sua incapacidade em agir socialmente, junto à ausência de perspectivas de que as cidades podem oferecer experiências ricas às crianças, onde para isto, as mais diversas interações são fundamentais (MULLER, 2014).

Para acrescentar neste campo de produção do espaço da cidade, dentre as parcerias estabelecidas no desenvolvimento do PMPI, destaca-se como referência para esta pesquisa, a fundação Bernard Van Leer<sup>29</sup>, com o projeto Urban95, que atua na concepção de um planejamento de cidades que possam ser vivenciadas pela altura de uma criança de 3 anos, e tem como uma das propostas uma abordagem para as cidades na perspectiva de desenho de ruas que colocam as crianças em primeiro lugar, conseguindo assim atender toda sociedade. Na imagem a seguir podemos ver a idealização do projeto:

---

<sup>29</sup> <https://bernardvanleer.org/> acessado em 07/05/2021

Figura 7 - Idealização do passeio público



Fonte: Fundação Bernard Van Leer<sup>30</sup>

O urban95 explicita que a experiência humana em bairros e cidades é moldada pelas ruas. A facilidade com que as pessoas se locomovem de um lugar a outro, acessam serviços, aproveitam seus arredores e se sentem seguras impacta sua saúde mental e seu conforto. As ruas são espaços públicos que as pessoas utilizam diariamente. De acordo com a Fundação Bernard Van Leer<sup>31</sup>, oferecer acesso à natureza com árvores e jardins nas ruas pode melhorar a saúde emocional e psicológica da população.

O projeto ainda defende que a perspectiva relacionada à criança pode possibilitar a concretização de cidades amigas da infância. Dentre os critérios de planejamento, o Urban95 busca promover o desenvolvimento de:

- Bairros que podem ser percorridos a pé e de uso misto que atendem às necessidades básicas de uma jovem família em 15 minutos a pé
- Espaços públicos verdes e animados perto de casa que oferecem comodidades para os cuidadores, permitindo que crianças pequenas explorem com segurança
- Rotas de transporte seguras e sistemas de trânsito que tornam mais fácil, acessível e agradável para famílias com crianças pequenas viajarem para onde precisam ir
- Ambientes saudáveis com níveis seguros de qualidade do ar e baixa poluição sonora
- Vida comunitária vibrante que apoia o bem-estar familiar

<sup>30</sup> [https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT\\_Guia-3\\_Diretrizes-para-desenho-urbano\\_IAB\\_2021\\_PT\\_Single-pages.pdf](https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT_Guia-3_Diretrizes-para-desenho-urbano_IAB_2021_PT_Single-pages.pdf) acessado em 10/02/2022

<sup>31</sup> <https://globaldesigningcities.org/wp-content/uploads/guides/global-street-design-guide-pt.pdf> acessado em 01/02/2021

A imagem abaixo ilustra os anseios dessa proposta:

Figura 8 - Proposta Urban95



Fonte: Fundação Bernard Van Leer<sup>32</sup>

Ainda sobre a abordagem do projeto Urban95, existe o incentivo ao uso de mobiliário urbano lúdico ao longo das ruas, tornando-se elementos significativos para o percurso das crianças. A ideia se aplica também a objetos de uso cotidiano, como a borda de um canteiro, as árvores, os degraus, trabalhados com ludicidade. No guia de diretrizes<sup>33</sup> para o desenho urbano de bairros amigáveis para a primeira infância, desenvolvido pela fundação Bernard van Leer, é exposto que uma área de recreação temporária permite que atividades lúdicas aconteçam em um lugar que normalmente não é usado para brincar, e pode durar algumas horas ou um dia inteiro. Tal ação oferece às crianças mais novas a oportunidade e o espaço para brincar ao ar livre perto de casa, reunindo cuidadores e ajudando a construir uma rede de socialização mais saudável e forte.

Em relação aos espaços de uso cotidiano, algumas intervenções urbanas foram aplicadas no Programa Mais vida nos Morros, citado na introdução, e como no próprio

<sup>32</sup> [https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT\\_Guia-3\\_Diretrizes-para-desenho-urbano\\_IAB\\_2021\\_PT\\_Single-pages.pdf](https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT_Guia-3_Diretrizes-para-desenho-urbano_IAB_2021_PT_Single-pages.pdf) acessado em 10/02/2022

<sup>33</sup> [https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT\\_Guia-3\\_Diretrizes-para-desenho-urbano\\_IAB\\_2021\\_PT\\_Single-pages.pdf](https://bernardvanleer.org/app/uploads/2021/07/REPORT_Guia-3_Diretrizes-para-desenho-urbano_IAB_2021_PT_Single-pages.pdf) acessado em 03/02/2022

documento explica, foram priorizadas as intervenções nas calçadas, nas ruas, nas praças e nas áreas verdes.

Sobre este programa, seria necessária uma análise local profunda e individualizada para tecer comentários acerca de sua realização em torno do *Genius Loci* das crianças da comunidade. Entretanto, quando existe o envolvimento afetivo ao habitar, onde a criança se sente pertencente ao espaço, onde a vivência o transforme num espaço existencial, entende-se que o lugar toma uma identidade própria. Sendo assim, podemos entender através dos dizeres do documento, a tentativa de concretização do *Genius Loci* na intenção do Programa, como podemos observar nas imagens divulgadas pelo próprio programa em 2019, antes da pandemia do covid-19:

Figura 9 - Área de lazer em local específico na comunidade



Fonte: Mais vida nos morros, 2019

Figura 10 - Área de lazer no percurso da comunidade



Fonte: Mais vida nos morros, 2019

Recife foi a primeira cidade brasileira parceira na iniciativa Urban95, e no Plano Decenal da primeira infância, o Urban95 se reverte em expectativas para as propostas que são colocadas para a cidade. Nestas imagens anteriores podemos observar que houve a requalificação de espaços nas comunidades, onde foram implantadas áreas de lazer, utilizando cores, objetos simples e em contato com a natureza. Percebe-se ainda que o programa mais vida nos morros se compromete com as áreas mais vulneráveis e periféricas, não atingindo bairros de classe média.

Na leitura do Plano, na apresentação do eixo estratégico “A criança e o direito à cidade”, assim como explicitado no próprio título, o espaço é definido como algo de direito, definido por lei, o que acaba por induzir à criação de “lugares apropriados”. Isso traz um distanciando do entendimento do espaço existencial como uma totalidade e uma realidade subjetiva para a concretização do habitar, já que diante da teoria do habitar em arquitetura, o direito ao espaço não pode ser tão somente o único critério desejável para a criação de vínculo e realização do *Genius Loci* da criança diante do lugar.

Para aprofundar a análise do Plano decenal no sentido de buscar neste documento a preocupação em concretizar a relação espacial da criança com a cidade, irei elencar os tópicos estabelecidos e trazer os subtópicos que tenham relevância neste sentido. O eixo estratégico do direito ao espaço urbano se divide em dois tópicos: o primeiro se subdivide em 17 ações a serem realizadas na perspectiva de um “Ambiente mais acolhedor e seguro para as crianças”, e o segundo, se subdivide em 6 ações a serem realizadas no intuito de promover “Mais cocriação e apropriação cidadã de espaços urbanos voltados para primeira infância”.

Dentre os 17 itens do primeiro tópico, “Ambiente mais acolhedor e seguro para as crianças”, o direcionamento principal é em proporcionar e promover o aprimoramento de espaços adequados de assistência às crianças, mas podemos considerar alguns tópicos que tratam da espacialidade como possíveis de interpretação no desenvolvimento do *Genius Loci* para a criança, apresentados aqui não na ordem numérica estabelecida pelo documento, mas sim de acordo com a relação de similaridade estabelecida com os conceitos que podem constituir a realidade de habitar a cidade na infância. São eles:

**1.2** *Desenvolver e implementar plano de adequação de calçadas e travessias para garantir mobilidade segura, acessível, confortável e estimulante para as crianças na primeira infância e seus cuidadores, priorizando as Zonas de Proteção da Primeira Infância e as ZEIS - ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (Lei 16113/1995)*

**1.3** *Ampliar a rede conectada de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, em alinhamento ao Plano Diretor Cicloviário (PDC), para estimular a mobilidade por bicicleta de cuidadores e crianças e garantir acesso aos principais serviços de Primeira Infância.*

**1.4** *Aprimorar a qualidade, o conforto e o acesso ao sistema de transporte público para garantir sua utilização segura e estimulante para cuidadores e crianças da primeira infância.*

**1.6** *Criar sinalizações e placas lúdicas e educativas, para que as crianças reconheçam o caminho e os equipamentos.*

**1.9** *Ampliar a oferta de espaços lúdicos e acessíveis em áreas externas dos equipamentos públicos, considerando as especificidades da Primeira Infância, o princípio do livre brincar, espaços de leitura e a convivência intergeracional, além de estimular a oferta em espaços privados.*

**1.11** *Promover o programa Lazer na Rua para crianças na Primeira Infância, restringindo o acesso de veículos motorizados aos finais de semana, em todo o território da cidade para usufruto da comunidade.*

**1.16** *Priorizar a construção e recuperação de espaços de convivência comunitária com áreas destinadas a atividades recreativas, esportivas e de lazer próprias para a Primeira Infância nas áreas que integram as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).*

Ao analisar estes tópicos, vale ressaltar que de acordo com Norberg-Schulz, quando há a identificação com o lugar que se vivencia, o ser humano encontra seu sentido existencial e habita o mundo. Sendo assim, podemos entender que as intenções das propostas se referem à produção de espaços e de elementos nesses espaços que podem propiciar a identificação pelas crianças, ainda que pareçam ser intervenções pontuais. Tornar as calçadas, ciclovias e rotas estimulantes para a vivência e autonomia de uso pelas crianças, com sinalizações lúdicas e de fácil entendimento e a ampliação da oferta dos espaços de convivência nos entornos dos

equipamentos públicos pode ser um fator inicial de convite a conexão que foi perdida entre a criança e seu entorno e sua vizinhança, propiciando a identificação com o lugar. Esse reconhecimento diário dos diferentes espaços que compõe o lugar, é que desenvolve na criança o sentimento de pertencimento que, quando estudado sob a ótica do *Genius Loci*, pode configurar, justamente, a experiência da realidade concreta.

Diante do que foi estudado e exposto nos capítulos anteriores sobre as relações espaciais na infância, entendo que o programa lazer na rua, com restrição do acesso de veículos motorizados, seja uma das propostas mais substanciais na concretização do *Genius Loci* para as crianças. Isso porque, diante os estudos apresentados nesta pesquisa, vimos que a brincadeira é constituidora de pertencimento, e o brincar no espaço público traz essa conexão com o lugar. Tonucci (2014) também expõe essa necessidade em suas charges ao tentar resgatar a presença da criança brincando no entorno de seus locais de convivência.

Figura 11 - Charge Francesco Tonucci - Crianças brincando na rua



Em Recife, algumas campanhas vinham buscando essa realização, como é o caso do projeto Pirilampo Criativo, realizado antes da pandemia de Covid-19, que trouxe à tona a necessidade das crianças terem acesso a rua como oportunidade de lazer, como mostra as imagens a seguir:

Figura 12 - Crianças brincando na rua

Fonte: Pirilampo Criativo<sup>34</sup>

Figura 13 - Lazer na rua

Fonte: Pirilampo Criativo<sup>35</sup>

Podemos perceber que essa forma de utilização não configura um lugar especializado ou produzido intencionalmente, mas que se torna íntimo pelo uso através da brincadeira. Dessa forma se torna palco da percepção de todos os sentidos que o lugar pode despertar, ou seja, um lugar onde será possível a experimentação

---

<sup>34</sup> <https://pirilampocriativo.org/pirilampo-no-recife/> acessado em 07/02/2022

<sup>35</sup> <https://pirilampocriativo.org/pirilampo-no-recife/> acessado em 07/02/2022

do ambiente como algo significativo. Assim, a criança pode também se orientar intimamente e se identificar com o ambiente, possibilitando a percepção dos sentidos e utilização do próprio corpo livremente e espontaneamente. Para Vygotsky (1991) o brincar é essencial para os processos de simbolização e de representação da criança, pois a brincadeira enriquece seu universo de vivências e experiências. Com isso, podemos entender que as propostas que intencionam proporcionar lugares de brincadeira no espaço urbano se tornam valiosas para o despertar do *Genius Loci*.

Nos próximos tópicos analisados, temos uma relação enfática com a natureza, como podemos ver:

**1.5** *Promover a revitalização das rotas de acesso aos serviços e Zonas de Proteção da Primeira Infância com arborização, espaços para descanso e exploração.*

**1.8** *Requalificar e revitalizar espaços urbanos ociosos próximos às residências e equipamentos de serviços voltados à primeira infância, e em ZEIS – ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (Lei 16113/1995) consolidando-os como praças arborizadas e sombreadas, fomentando o plantio de árvores frutíferas e hortas comunitárias, com espaços de brincar acessíveis e adequados ao uso de bebês e crianças na Primeira Infância, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza.*

Para a infância, de acordo com Richard Louv (2018), a natureza é fundamental no arcabouço de elementos significativos e constituidor de pertencimento. Além disso, o brincar na natureza em locais não estruturados é acessível a toda a comunidade. A experiência em vivenciar o ambiente urbanizado é a experiência de também vivenciar a natureza, e de sentir a falta dela. Louv (2018) ressalta que a natureza não se restringe a parques distantes e matas intocadas. Uma árvore na calçada é natureza, e a falta de uma árvore gerando sombra num percurso só é sentida quando fazemos este percurso. Crianças vivenciam a rua em uma altura e velocidade menores do que os adultos, o que significa que elas também vivenciam os detalhes mais intimamente. Não se percebe dentro do automóvel, e a ativação dos sentidos é essencial para o entendimento do espírito do lugar.

Figura 14 - Criança interagindo com o espaço urbano em percurso a pé



Fonte: Autora, 2020

A imagem anterior revela uma criança interagindo com o espaço urbano, a calçada, onde explora as possibilidades no percurso. Embora não haja ludicidade nem acessibilidade, existe a interação com elementos da natureza disponíveis no entorno. Espaços ao ar livre são repletos de possibilidades de interação, que incentivam o vínculo com o espaço público, com a natureza e o prazer de estar à céu aberto. De acordo com Rousseau (2005), a natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Soma-se a isso, a busca pela qualidade de vida urbana com maior valorização das áreas verdes durante a pandemia.

Voltando ao PMPI, no segundo tópico do eixo estratégico do direito ao espaço urbano, intitulado de “Mais cocriação e apropriação cidadã de espaços urbanos voltados para primeira infância”, percebe-se que a prioridade é oferecer informação, conhecimento e estimular a participação da sociedade, onde não cabe a interpretação do *Genius Loci* nos subtópicos, visto que não trata do espaço como objeto de intervenção, e sim buscando a especialização dos agentes de promoção de programas de conscientização e participação para o processo a que se destina o Plano Decenal da primeira infância.

Em síntese, para concluir a análise da existência do *Genius Loci* nos planos que almejam fazer do Recife uma cidade amiga da infância, busquei reflexões teóricas

sobre a relação da criança com o lugar e a cidade, entendida como portadora de um significado, e relacionei as propostas do Plano Municipal da primeira infância do Recife ao conceito. Entendo que a presença das crianças nos espaços urbanos, principalmente a rua e a calçada, é uma problemática que pode trazer diversas reflexões, pois somos levados a naturalizar sua ausência. Apesar de termos excelentes formulações teóricas sobre a cidade, suas qualidades e seus problemas, ainda existem inúmeras dimensões da vida social urbana que deveriam ser estudadas no intuito de agregar a infância nas questões do habitar. Entretanto, o espaço público, mesmo já sendo entendido como um lugar de direito de todos os cidadãos, precisa ser, ainda, valorizado como essencial para as experiências de vida desde o nascimento.

## 7 CONCLUSÕES DA ANÁLISE

A partir da aproximação de algumas áreas do conhecimento que relacionam a criança ao seu espaço, tornou-se possível estabelecer uma conexão com o *Genius Loci* na avaliação do PMPI do Recife. Levando em consideração que o conceito de Norbergh-Schulz entrelaça espaço e percepção, a busca pelo propósito de proporcionar pertencimento foi o que deu direcionamento na análise dos planos e das propostas. Diante desse estudo, foi possível concluir que as experiências corporais da criança são primordiais na relação de pertencimento e ao espírito do lugar. Já a falta dessas experiências, distancia cada vez mais a criança do espaço público, que acaba por não se sentir parte da realidade social da sua cidade.

Após um processo reflexivo e interpretativo do conteúdo dos documentos que se comprometem com a iniciativa “Cidades amigas da Infância”, podemos concluir que a intenção em concretizar o *Genius Loci* foi encontrada em pequena proporção no PMPI do Recife. Na realidade, o documento explicita uma vontade em proporcionar locais de uso amigáveis para as crianças, mas é insuficiente em relação à condição espacial de projeto. No sentido de intenção projetual, foram elencados como pontos importantes a adequação das calçadas, das travessias e das ciclovias, e visando o programa Urban95, as propostas de sinalizações com placas lúdicas e educativas, para proporcionar o reconhecimento das crianças com seus lugares. Ou seja, podemos entender que existe a intenção em concretizar o *Genius Loci* da criança quando se pretende fazer com que ela pertença ao seu lugar através das experiências corporais. No caso do PMPI, essa intenção se mostra na idealização de propostas e intervenções que visam a ampliação das possibilidades de vivências em diferentes espaços sociais onde as crianças possam habitar ou circular livremente, mas isso não é explicitado a nível de projeto de arquitetura.

O que existe de mais próximo no plano, diante das perspectivas de alcançar a realidade concreta dos lugares em que se habita é o estímulo ao brincar na rua e o contato com a natureza. Utilizar o espaço público cotidiano como espaço do brincar, pode despertar a concretização do *Genius Loci* pela criança, já que a brincadeira faz parte da constituição da subjetividade infantil. Contudo, percebemos que ainda existe uma tendência em criar lugares limitados como principal solução para suprir a demanda espacial da criança. Mas diante do que foi aqui apresentado, vimos que a

conexão e o reconhecimento da criança pelo lugar se dão muito mais pela relação que estabelece com a pluralidade do que pela sua especificidade.

Com isso, podemos entender que a conexão da criança com seu lugar público e de vivências na sociedade deve ser priorizada, para que ela sinta o espírito do lugar, e não se depare tão somente com ambientes que conduzem suas condutas, seus movimentos e sua liberdade. Como se trata de um plano, as intenções existem, e ainda que não tenham sido relacionadas às teorias de espaço da arquitetura, é possível convergir *ao Genius Loci*. Entretanto, é preciso atentar ao que irá ser materializado diante das intenções, e investigar na prática de que maneira as crianças poderão vir a usufruir desse espaço existencial.

### 7.1 Considerações Finais

Sobre a infância, vimos que ela se constitui, na contemporaneidade, como uma categoria social, campo de estudo de diferentes disciplinas e olhares científicos e tem se configurado como foco de discussões, debates e reflexões, intentando alargar sua compreensão. Diante das reflexões acerca da relação entre criança e espaço, entendo que a própria ideia de infância remete aos lugares que as crianças podem ocupar na vida social. Hoje, ainda existe uma noção de criança como um ser frágil e vulnerável, que necessita de proteção constante, e por isso, habitam lugares específicos, e acabam afastadas no uso cotidiano da cidade, sem construir o sentido de pertencimento. Mas se sentir pertencente a um lugar é o que há de mais significativo no desenvolvimento de um ser humano que cuida, que opina e que defende o seu espaço de habitar coletivamente. E também é na experiência direta com os espaços que identificamos nele os defeitos, as potencialidades, os prazeres e as angústias.

Entretanto, preocupada com o aumento da violência e com os perigos que se desenvolvem na cidade urbanizada, a sociedade vem a cada dia rejeitando o que é externo ao ambiente particular. Essa atitude parece ser generalizada, e o ciclo de negação e falta de vínculo com o lugar vai aumentando cada vez mais no processo de desenvolvimento das cidades.

A experiência que as novas gerações vão construir com o ambiente urbano e a sua comunidade, tende a se tornar cada vez mais dissipada caso não haja uma

movimentação que vá de encontro ao processo de crescimento das cidades que invisibilizam as crianças. É necessário que haja um chamado, um atrativo, e é preciso competir com um universo inteiro que se tem disponível nas telas, fácil e sem os “riscos” da violência urbana. Mas o que há do lado de fora que possa ser tão mais interessante a ponto de atrair a população, e atrair as crianças? Primeiramente, nós, planejadores, adultos, pais, cuidadores, somos os responsáveis diretos por aderir ao sistema imposto e promover esse distanciamento da criança com a comunidade, pelo seu isolamento. Isso porque crianças precisam de permissão, de incentivo e encorajamento, e o que nós damos, na maioria dos casos, é o impulso do medo, um freio na liberdade natural que se tem na infância.

As cidades estão se desenvolvendo no caminho em que a sociedade permite, e quando nos damos conta, estamos numa rota que parece sem retorno, mas é preciso voltar para consertar os erros deste percurso. É preciso buscar a nossa subjetividade mesmo diante de um contexto adverso, e botar o pé no chão junto com as nossas crianças. Por isso, entendo que é importante buscar as diretrizes de projeto no mundo-vivido, incluindo aspectos existenciais de valores e significados, envolvendo os estudos sobre a infância nessa renovação.

Não se trata de defender a plena autonomia de uma criança pequena no espaço urbano, pois seria simplório abstrairmos as incertezas. Porém, temos claro que é necessário romper com a imagem difundida de que a cidade apresenta mais perigos do que possibilidades às crianças. Agregar a importância das experiências vividas na cidade, da concretização do *Genius Loci* pelo ser criança na cidade e alterar esse senso comum é um árduo trabalho de desconstrução da leitura que se faz sobre o espaço urbano como lugar da violência e do medo.

É importante ressaltar que não se pode pensar o desenvolvimento das cidades de forma estritamente técnica, abstraindo as sensações e sentimentos que decorrem de todas as relações estabelecidas. O espaço público é conflitante, mas é também um ambiente onde conseguimos amplificar nossa subjetividade. Rousseau já afirmava que construir sentidos para a existência humana e pensar a melhor maneira de participação no meio social devem ser a principal preocupação de todo e qualquer projeto político-educacional. Certamente haveria maior qualidade de vida nas cidades se houvesse desde sempre uma materialização de espaços que assumissem dentre os parâmetros necessários, à percepção das crianças como usuárias, em que fosse possível apropriar-se cotidianamente da cidade como lugar.

O lugar, no sentido fenomenológico do habitar deve se apresentar como uma totalidade dada espontaneamente para ser vivida e experimentada, mas hoje aparece como um mundo estruturado e limitado. Conservar o *Genius Loci* de um lugar significa concretizar a essência desse lugar, ou seja, é não deixar que a essência existencial se perca com o passar dos tempos. Pensando na rua, na calçada, e nos lugares cotidianos que já constituíram a infância como ser no mundo em várias gerações, percebemos que as cidades têm perdido essa essência, deixando escapar o *Genius Loci* que guarda o lugar da infância, restando às crianças apenas os lugares escolhidos pelos adultos para sua livre permanência.

Com a pandemia do covid-19, pudemos perceber que o enclausuramento da infância não vem acontecendo há apenas um ano, mas que foi intensificado. E o mundo adulto só foi capaz de perceber isso porque ficou enclausurado também, sentindo os efeitos do afastamento, do distanciamento, da falta de contato com a comunidade, com o lugar que se habita. Não há como compreender os modos de existir sem levar em conta as relações com os espaços, com as pessoas que se interage e com os lugares que são significativos. Nesse sentido, sobre o planejamento urbano, o que tem acontecido é que ele ainda parece estar mais próximo à idealização e a construção de espaços especializados para as crianças do que em propostas que possibilitem ampliar suas possibilidades de vivências nos diferentes tempos e espaços sociais onde habitam ou circulam diariamente. Mas é importante que as crianças atuem nas cidades de forma a pertencer ao mesmo mundo em que as outras pessoas, e não somente dentro dos locais de cuidado e de aprendizado que tem sido indicado para elas, como afirma Castro (2001). Ou seja, é necessário materializar as políticas públicas para que os espaços urbanos sejam adequados espacialmente para as crianças poderem vivenciar e criar os seus lugares.

As sensações e as experiências adquiridas em determinado espaço são bases para a convivência harmoniosa entre a sociedade e o lugar. Quando esta relação possui rupturas e lacunas, existe uma perda significativa para ambos. Por isso, ainda é necessário alavancar o estudo das teorias do espaço com perspectivas que atendam às crianças nas propostas de planejamento urbano. E principalmente, materializar o que tem descrito nessas propostas. Assim, as crianças poderão experimentar o sentido existencial de ser criança na cidade, reconhecendo seus

limites, onde elas possam deixar de ser estrangeiras em sua própria cidade, e a sua relação subjetiva se relacione também ao processo de evolução social e urbana.

O conceito *Genius Loci* de Norberg-Schulz que expressa a sua teoria do espaço existencial pode trazer à tona essa reflexão diante das propostas do Plano decenal para a infância do Recife, como um campo de estudo que ainda precisa ser valorizado na relação da criança com a cidade e o espaço existencial. Neste sentido, voltar o olhar para a infância urbana é então dar oportunidade para entender de que forma as cidades permitem que as crianças vivenciem o *Genius Loci*, e como a cidade pode se desenvolver a partir desse olhar.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Ligia Maria Leão de. **Contribuições da teoria histórico-cultural para uma educação infantil como lugar das crianças e infâncias**. Fractal : Revista de Psicologia [online]. 2015, v. 27, n. 1 [Acessado 20 jan 2021] , pp. 39-43. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1353>>

ARAÚJO, Ana Lucia C. **Infância e cidade: reflexões sobre espaço e lugar da criança**. APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação. Vitória da Conquista. 2016. Ano X. n. 16. p. 107-127

ARAÚJO, V.C. de; CARVALHO, J. S. F. de. **As possibilidades de uma experiência compartilhada entre adultos e crianças na cidade**. Revista Pro-posições, Unicamp, v. 28, Suppl. 1, 2017, p. 111-131.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Gislaine; SARAT, Magda. **História Da Infância No Brasil: Contribuições do Processo Civilizador**. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, jan./abr de 2015, v.5, n.13 p.19-33.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. 2003.

BRANDÃO, G. G. (2016). **Arquitetura e urbanismo como fenomenologia do habitar** / Architecture and urbanism as phenomenology of dwelling. *Geograficidade*, 21-33. Disponível em <https://doi.org/10.22409/geograficidade2017.71.a12969>. Acesso em: 08/05/2021

BRASIL, **LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm)>. Acesso em: 15/01/2021

BRASÍLIA. **Rede Nacional da Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>> Acesso em : 20/04/2020

CASTRO, Lúcia Rabello. (org). (2001) **Subjetividade e Cidadania: um Estudo com Crianças e Jovens em Três Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: 7 Letras.

CENTRO DE PESQUISAS INNOCENTI UNICEF. **Banco de dados da Iniciativa Child Friendly Cities**. Disponível em: <https://childfriendlycities.org/>. Acesso em: 30 fev. 2020

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 384p.

DAMÁSIO, Antonio R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. 7ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

DIAS, Maria Simone. **Brincando Na Cidade: Parques Infantis De Barcelona**. Revista de Arquitetura e Urbanismo Oculum n.14, Campinas. Setembro-Dezembro 2017. P. 501-522. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3418>

DIAS, Marina Simone; RAMOS Ferreira, Bruna. **Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 17, núm. 3, 2015, pp. 118-133

FORTUNA, T. R. **O brincar na educação infantil**. Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, v.1, n. 3, p. 6-9, dez. 2003/mar. 2004.

FRIEDMANN, Adriana, **Brincar: crescer e aprender, O resgate do jogo infantil**, Ed. Moderna, São Paulo, 2002.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Infância, filosofia da educação e fenomenologia: aproximações necessárias**. Rev. abordagem gestalt., Goiânia , v. 24, n. 1, p. 84-90, abr. 2018 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672018000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672018000100010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 JAN. 2021.

GRUMICHÉ, Mônica Cristina Dutra. **Da ideia de infância em Jean-Jacques Rousseau ou do "sono da razão"**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. de Fausto Castilho. Editora da Unicamp; Vozes, 2012.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KOHAN, W. **Lugares de infância**. Rio de Janeiro: Ed. D.P&A, 2004.

KOHAN, W. **Devir-Criança da Filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KOHAN, W. O. Infância e filosofia In: SARMENTO. M. J; GOUVEA, M. C. S. (Orgs). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 40-61.

KOHAN, Walter Omar. **Infância e educação em Platão**. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 29, n. 1, p. 11-26, June 2003 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022003000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Maio 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEVIN, E. (1997). **A infância em cena**. Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes

LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989 – Coleção Cidade Aberta.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível** (A. Gianotti, & A. Mora, Trad.). São Paulo: Perspectiva, 1992.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MÜLLER, Fernanda e Nunes, Brasilmar Ferreira. **Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento**. Educação & Sociedade [online]. 2014, v. 35, n. 128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201435128129342>>. Acessado em 20 jan 2021.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty**. Estudos de Psicologia . 2008, v. 13, n. 2 , pp. 141-148. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200006>>. Acessado em 20 jan 2021.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci. Towards a phenomenology of architecture**. Londres, Academy Editions, 1980.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

OLIVEIRA, Cláudia. **O ambiente urbano e a formação da criança**. São Paulo: Aleph, 2004.

PALLASMAA, Juhani. **A imagem corporificada: imaginação e imaginário na arquitetura**. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga (Portugal): Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997. p. 31-74.

PROUT, A. **Reconsiderar a nova sociologia da infância**. Braga: Universidade do Minho; Instituto de Estudos da Criança, 2004.

RECIFE, LEI Nº 18.491/2018 Institui o **Marco legal da Primeira Infância do Recife** e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2018/1850/18491/lei-ordinaria-n-18491-2018-institui-o-marco-legal-da-primeira-infancia-do-recife-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20/04/2020

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (Brasil). **Guia para elaboração do plano municipal pela primeira infância**. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Centro de Criação de Imagem Popular – CECIP, 2017.

REIS, Elisabete Rodrigues dos. **Lugar do sentido**. Rev. NUFEN, Belém , v. 9, n. 2, p. 109-123, 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912017000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000200008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 24 maio 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emilio ou da educação**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, C. N. F. e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.

SARMENTO, M. & Pinto, M. (1997). **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. In: Sarmento, M. J. e Pinto, M. As crianças, contextos e identidades. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, Asa.

SARMENTO, M; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. **Políticas públicas e participação infantil**. Revista Educação, Sociedade & Culturas, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007

TOASSA, G. (2009). **Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural**. Tese de doutorado, USP, São Paulo.

TONUCCI, Francesco. **As crianças e a cidade**. Revista Pátio – Educação Infantil. Editora, Porto Alegre, Ano XII, número 40, Julho/Setembro 2014.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños: um modo nuevo de pensar la ciudad**. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1996.

TONUCCI, Francesco. **Quando as crianças dizem: Agora Chega!** Porto Alegre: Artmed, 2005.

UNICEF. **Relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância: crianças de até 6 anos, o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento**. Brasília, 2006.

VYGOTSKY, L. S. (2004). **Teoría de las emociones**. Madrid: Ediciones Acal. (Originalmente publicado em 1933)

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. **Infância contemporânea, desafios e inquietudes: uma reflexão sobre o processo de escolarização inicial**. Daiane Graciele Ribas Faoto Antonio - Priscilla Lucena Vianna Dias